



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS BROTAS –SE

Expressão cultural de Identidade e Memória

Ana Caroline Santos de Oliveira



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | UFRJ

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | FAU

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ

**AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS
BROTAS –SE: Expressão cultural de Identidade e Memória**

Ana Caroline Santos de Oliveira

Rio de Janeiro, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | UFRJ

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | FAU

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ

**AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS
BROTAS –SE: expressão cultural de Identidade e Memória**

Ana Caroline Santos de Oliveira

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari

Coorientador: Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemann

Rio de Janeiro, Outubro de 2019.

**AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS
BROTAS –SE: Expressão cultural de Identidade e Memória**

Ana Caroline Santos de Oliveira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari

Coorientação: Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemam

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovado por:



Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari |PROARQ/ FAU/ UFRJ|



Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemam |PROARQ/ FAU/ UFRJ|



Prof.^a Dr.^a Giselle Arteiro Nielsen Azevedo |PROARQ/ FAU/ UFRJ|



Prof. Dr. Alex Assunção Lamounier | FAU/ UFRJ|



Prof. Dr. Luciano Muniz Abreu |DAU/ UFRJ|

Rio de Janeiro, Outubro de 2019.

OLIVEIRA, Ana Caroline Santos de

As Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito em Santo Amaro das Brotas –SE: Expressão cultural de Identidade e Memória
159 p., 21 x 29,7cm

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari

Coorientador: Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemann

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio -
UFRJ/PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - 2019

Referências Bibliográficas: p.135 à 139.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; praças; Requalificação paisagística;
Processo participativo, Santo Amaro das Brotas/SE.

Aos que acreditam na educação como
exercício da liberdade.

Em especial à minha mãe, Adelina, e às
memórias de minha avó Maria e do querido
Aloísio Gonzaga.

AGRADECIMENTOS

O percurso que realizei para o ingresso e curso do mestrado tornou-se além de um desafio profissional, uma jornada de autoconhecimento e muito aprendizado. Como uma leitora de páginas de agradecimentos, acredito que esse elemento conta muito sobre a rede de apoio tão fundamental para que o trabalho alcance seu resultado final. Comigo não foi diferente e espero expressar aqui minha profunda gratidão.

Agradeço à Vera Tângari pela confiança, paciência, dedicação e pelo trabalho inspirador que realiza como educadora e pesquisadora.

Ao Rogério Caderman pela paciência, disponibilidade, conversas, enfim por todos ensinamentos.

Ao Alex Lamounier pela sensibilidade, o olhar atento e dedicação que possibilitaram o crescimento e enriquecimento deste trabalho.

À Giselle Arteiro e Luciano Abreu pela inspiração, gentileza e considerações fundamentais.

À UFRJ e todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – (PROARQ) e do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio.

A todos do grupo SEL- RJ que contribuíram imensamente nesta jornada com opiniões e discussões enriquecedoras.

Aos meus companheiros de turma pelo apoio mútuo, os debates e os momentos de descontração que compartilhamos, deixo aqui meu desejo de sucesso e muitas realizações. Agradeço à Juliana Gomes e Thaís Mota pela solidariedade e amizade nos momentos mais desafiadores, enfim pela parceria que construímos para além das salas de aula.

À minha mãe Adelina pelo amor incondicional, incentivo diário, a força e a sabedoria com que me ensinou que a educação era o caminho mais digno e libertador. Ao João, meu “suporte técnico 24hrs” com quem eu aprendo a ver além do óbvio e entendo a cada dia o verdadeiro sentido de fraternidade.

À minha madrinha Valdenis, Tia Nanci, Tio João, Tio Paulo, Carine, Kalyne, Agatha, Clifford e Maria José por se desdobrarem tentando diminuir minhas ausências e pelo carinho sempre constante.

Aos amigos que ultrapassam distâncias fornecendo apoio e alegrias necessárias para que tudo parecesse mais leve: Kalyanne, Claudia, Leonardo, Kelly, Felipe, Paulo, Gabi,

Fernanda, Pablo, Bárbara e Lucas. Em especial aos meus “Mixanos”- Rodrigo pela escuta atenta, a sabedoria dos conselhos e a irmandade que ultrapassa os anos; Márcio pela força de ação única e inspiradora sem a qual muito desse trabalho não seria possível; JD pela alegria e a constante troca de ideias que me fazem crescer. Ao Merlin, pelo companheirismo e amor tão ímpares.

À toda família Ferreira, especialmente aos meus “mais novos avós” Ecilda e Ottilio; ao Tolstói e Katri; ao Ottilio Filho, Paula e Clarisse pela torcida e toda ajuda que me forneceram para que tudo corresse da melhor forma possível.

Ao Pedro que entrou nessa trajetória comigo e permeou-a com companheirismo, dedicação, carinho e amor somados à muita paciência, risadas e lágrimas, muitas caronas, desenhos, debates, impressões e leituras.

Ao povo de Santo Amaro das Brotas e ao Movimento Ciranda Alternativa que me ensinaram o real sentido da vida em comunidade por meio do trabalho, da religiosidade, das danças, das cores e festas. Sempre serei grata à estas vivências. Ao Gilvan, Adeli, Tia Edilene, Edvanda, Andrea, Djenal e a Família Nascimento minha gratidão pela torcida e acolhimento caloroso aos meus trabalhos.

Aos arquitetos Danielle Sampaio e Breno de Mendonça, sempre sendo os “chefinhos” generosos e acolhedores diante das minhas dúvidas, me mostrando os caminhos da profissão.

À memória da minha avó, Maria Rosa, cuja a luta e coragem me inspiram e foram essenciais para que eu chegasse até aqui; e de Aloísio Gonzaga que me ensinou a importância de cercar-se de bons livros, arte, fontes de informação confiáveis e principalmente de amar e trabalhar pela terra natal. Seus exemplos são fundamentais em minha vida.

RESUMO

Nesta dissertação buscamos caracterizar os espaços livres públicos e a paisagem existente na cidade de Santo Amaro das Brotas – SE, fundada em 1699 sob domínio português. Em seguida, amplia-se o olhar sob duas praças: Praça Cel. Jacinto Ribeiro e Praça São Benedito, atentando-se as questões símbolo-morfológicas, seus usos cotidianos e como palco das diversas manifestações culturais existentes na cidade. A partir das análises, evidencia-se a necessidade da requalificação paisagística das praças visando fortalecer a relação entre entorno e bens tombados e, principalmente preservar seu uso como lugares de memória e identidade. Para lidar com a complexidade da intersecção entre paisagem e patrimônio cultural, a proposta de intervenção foi fundamentada em pesquisas referenciais, levantamentos cadastrais, oficinas participativas com a comunidade santoamarense afim de entender seus anseios e questões diante dos espaços livres da cidade.

Palavras-chave: sistemas de espaços livres, Patrimônio cultural; praças; Requalificação paisagística; Processo participativo, Santo Amaro das Brotas/SE.

ABSTRACT

In this dissertation we seek to characterize the public free spaces and the existing landscape in the city of Santo Amaro das Brotas - SE, founded in 1699 under Portuguese rule. Then one broadens the look under two squares: Praça Cel. Jacinto Ribeiro and Praça São Benedito, paying attention to the symbol-morphological issues, the daily uses and as the stage of the diverse cultural manifestations existing in the city. From the analysis, it is evident the need for landscape requalification of the squares in order to strengthen the relationship between surroundings and fallen goods and, mainly, preserve their use as places of memory and identity. To deal with the complexity of the intersection between landscape and cultural heritage, the elaboration of the intervention proposal was based on referential research, cadastral surveys, participatory workshops with the community in order to understand their desires and issues in front of the city's free spaces.

Keywords: free space systems, cultural heritage; squares; Landscape requalification; Participatory process, Santo Amaro das Brotas / SE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | UFRJ

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | FAU

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ

**AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS
BROTAS –SE: Expressão cultural de Identidade e Memória**

Ana Caroline Santos de Oliveira

Rio de Janeiro, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO | UFRJ

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | FAU

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | PROARQ

**AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS
BROTAS –SE: expressão cultural de Identidade e Memória**

Ana Caroline Santos de Oliveira

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari

Coorientador: Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemann

Rio de Janeiro, Outubro de 2019.

**AS PRAÇAS CEL. JACINTO RIBEIRO E SÃO BENEDITO EM SANTO AMARO DAS
BROTAS –SE: Expressão cultural de Identidade e Memória**

Ana Caroline Santos de Oliveira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari

Coorientação: Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemam

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovado por:



Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari |PROARQ/ FAU/ UFRJ|



Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemam |PROARQ/ FAU/ UFRJ|



Prof.^a Dr.^a Giselle Arteiro Nielsen Azevedo |PROARQ/ FAU/ UFRJ|



Prof. Dr. Alex Assunção Lamounier | FAU/ UFRJ|



Prof. Dr. Luciano Muniz Abreu |DAU/ UFRRJ|

Rio de Janeiro, Outubro de 2019.

OLIVEIRA, Ana Caroline Santos de

As Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito em Santo Amaro das Brotas –SE: Expressão cultural de Identidade e Memória
159 p., 21 x 29,7cm

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari

Coorientador: Prof. Dr. Rogério Goldfeld Cardemann

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio -
UFRJ/PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - 2019

Referências Bibliográficas: p.135 à 139.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; praças; Requalificação paisagística;
Processo participativo, Santo Amaro das Brotas/SE.

Aos que acreditam na educação como
exercício da liberdade.

Em especial à minha mãe, Adelina e, às
memórias de minha avó Maria e do querido
Aloísio Gonzaga.

AGRADECIMENTOS

O percurso que realizei para o ingresso e curso do mestrado tornou-se além de um desafio profissional, uma jornada de autoconhecimento e muito aprendizado. Como uma leitora de páginas de agradecimentos, acredito que esse elemento conta muito sobre a rede de apoio tão fundamental para que o trabalho alcance seu resultado final. Comigo não foi diferente e espero expressar aqui minha profunda gratidão.

Agradeço à Vera Tângari pela confiança, paciência, dedicação e pelo trabalho inspirador que realiza como educadora e pesquisadora.

Ao Rogério Caderman pela paciência, disponibilidade, conversas, enfim por todos ensinamentos.

Ao Alex Lamounier pela sensibilidade, o olhar atento e dedicação que possibilitaram o crescimento e enriquecimento deste trabalho.

À Giselle Arteiro e Luciano Abreu pela inspiração, gentileza e considerações fundamentais.

À UFRJ e todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – (PROARQ) e do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio.

À todos do grupo SEL- RJ que contribuíram imensamente esta jornada com opiniões e discussões enriquecedoras.

Aos meus companheiros de turma pelo apoio mútuo, os debates e os momentos de descontração que compartilhamos, deixo aqui meu desejo de sucesso e muitas realizações. Agradeço à Juliana Gomes e Thaís Mota pela solidariedade e amizade nos momentos mais desafiadores, enfim pela parceria que construímos para além das salas de aula.

À minha mãe Adelina pelo amor incondicional, incentivo diário, a força e a sabedoria com que me ensinou que a educação era o caminho mais digno e libertador. Ao João, meu “suporte técnico 24hrs” com quem eu aprendo a ver além do óbvio e entendo a cada dia o verdadeiro sentido de fraternidade.

À minha madrinha Valdenis, Tia Nanci, Tio João, Tio Paulo, Carine, Kalyne, Agatha, Clifford e Maria José por se desdobrarem tentando diminuir minhas ausências e pelo carinho sempre constante.

Aos amigos que ultrapassam distâncias fornecendo apoio e alegrias necessárias para que tudo parecesse mais leve: Kalyanne, Claudia, Leonardo, Kelly, Felipe, Paulo, Gabi,

Fernanda, Pablo, Bárbara e Lucas. Em especial aos meus “Mixanos”- Rodrigo pela escuta atenta, a sabedoria dos conselhos e a irmandade que ultrapassa os anos; Márcio pela força de ação única e inspiradora sem a qual muito desse trabalho não seria possível; JD pela alegria e a constante troca de ideias que me fazem crescer. Ao Merlin, pelo companheirismo e amor tão ímpares.

À toda família Ferreira, especialmente aos meus “mais novos avós” Ecilda e Otílio; ao Tolstói e Katri; ao Otílio Filho, Paula e Clarisse pela torcida e toda ajuda que me forneceram para que tudo corresse da melhor forma possível.

Ao Pedro que entrou nessa trajetória comigo e permeou-a com companheirismo, dedicação, carinho e amor somados à muita paciência, risadas e lágrimas, muitas caronas, desenhos, debates, impressões e leituras.

Ao povo de Santo Amaro das Brotas e ao Movimento Ciranda Alternativa que me ensinaram o real sentido da vida em comunidade por meio do trabalho, da religiosidade, das danças, das cores e festas. Sempre serei grata à estas vivências. Ao Gilvan, Adeli, Tia Edilene, Edvanda, Andrea, Djenal e a Família Nascimento minha gratidão pela torcida e acolhimento caloroso aos meus trabalhos.

Aos arquitetos Danielle Sampaio e Breno de Mendonça, sempre sendo os “chefinhos” generosos e acolhedores diante das minhas dúvidas, me mostrando os caminhos da profissão.

À memória da minha avó, Maria Rosa, cuja a luta e coragem me inspiram e foram essenciais para que eu chegasse até aqui; e de Aloísio Gonzaga que me ensinou a importância de cercar-se de bons livros, arte, fontes de informação confiáveis e principalmente de amar e trabalhar pela terra natal. Seus exemplos são fundamentais em minha vida.

RESUMO

Nesta dissertação buscamos caracterizar os espaços livres públicos e a paisagem existente na cidade de Santo Amaro das Brotas – SE, fundada em 1699 sob domínio português. Em seguida, amplia-se o olhar sob duas praças: Praça Cel. Jacinto Ribeiro e Praça São Benedito, atentando-se as questões símbolo-morfológicas, seus usos cotidianos e como palco das diversas manifestações culturais existentes na cidade. A partir das análises, evidencia-se a necessidade da requalificação paisagística das praças visando fortalecer a relação entre entorno e bens tombados e, principalmente preservar seu uso como lugares de memória e identidade. Para lidar com a complexidade da intersecção entre paisagem e patrimônio cultural, a proposta de intervenção foi fundamentada em pesquisas referenciais, levantamentos cadastrais, oficinas participativas com a comunidade santoamarense afim de entender seus anseios e questões diante dos espaços livres da cidade.

Palavras-chave: sistemas de espaços livres, Patrimônio cultural; praças; Requalificação paisagística; Processo participativo, Santo Amaro das Brotas/SE.

ABSTRACT

In this dissertation we seek to characterize the public free spaces and the existing landscape in the city of Santo Amaro das Brotas - SE, founded in 1699 under Portuguese rule. Then one broadens the look under two squares: Praça Cel. Jacinto Ribeiro and Praça São Benedito, paying attention to the symbol-morphological issues, the daily uses and as the stage of the diverse cultural manifestations existing in the city. From the analysis, it is evident the need for landscape requalification of the squares in order to strengthen the relationship between surroundings and fallen goods and, mainly, preserve their use as places of memory and identity. To deal with the complexity of the intersection between landscape and cultural heritage, the elaboration of the intervention proposal was based on referential research, cadastral surveys, participatory workshops with the community in order to understand their desires and issues in front of the city's free spaces.

Keywords: free space systems, cultural heritage; squares; Landscape requalification; Participatory process, Santo Amaro das Brotas / SE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Vista aérea de parte dos Sistemas de Espaços livres de Santo Amaro das Brotas.	5
Figura 2- Representação da Acrópole com Ágora ao centro em Athenas, Grécia.	7
Figura 3- Representação do Fórum Romano.	7
Figura 4- Piazza del Campo em Siena, Itália.	9
Figura 5- Layout da Piazza del Campo.	9
Figura 6 - Layout atual da Place des Vosges.	11
Figura 7- Passeio Público do Rossio - Lisboa em meados do séc. XIX.	13
Figura 8 - Representação de uma aldeia Tupi, gravura de Theodore de Bry em 1593.	15
Figura 9 - Plantas de casa – aldeia.	15
Figura 10- Representação de Praça religiosa em Vila Nova do Espírito Santo – Abrantes.	16
Figura 11- Planta da cidade de Salvador em 1625. Obra de João Teixeira Albernaz.	17
Figura 12- Planta da cidade de Cuiabá em destaque a praça cívica e religiosa.	18
Figura 13- Largo do Convento Franciscano de Nossa Senhora das Neves em Olinda -PE.	19
Figura 14- Praça São Francisco em São Cristóvão, Sergipe.	20
Figura 15- Largo do Paço em 1808.	21
Figura 16- Cenas do cotidiano no Largo Paço.	22
Figura 17- O Largo do Paço ou Praça XV após o ajardinamento em 1893.	23
Figura 18- Praça Paris em 1929.	24
Figura 19- Praça Ministro Salgado Filho em Recife, obra de Burle Marx. Desenho de Larissa Aguiar.	25
Figura 20 - Maquete da Praça dos Três Poderes.	27
Figura 21- Espaços livres na Superquadra 308 Sul – Brasília.	27
Figura 22- Tabela demonstrando a funcionalidade das praças em relação à estética predominante de cada época.	28
Figura 23- Praça das Águas em Boa Vista - Roraima.	29
Figura 24 - Memorial do Santoamarense, evento realizado na Praça Cel. Jacinto Ribeiro.	32
Figura 25- Vista do Rio Sergipe a partir do Porto das Canoas.	39
Figura 26- Batalhão São Pedro em cortejo folclórico nas ruas de Santo Amaro das Brotas.	41
Figura 27- Em vermelho a demarcação territorial da cidade de Santo Amaro das Brotas demonstrando suas principais estradas e cidades limítrofes à noroeste, Maruim; à sudoeste Aracaju e ao sul temos a Barra dos Coqueiros.	46
Figura 28 - Mapa do Estado de Sergipe indicando a localização de Santo Amaro das Brotas na Região da Cotinguiba, Leste Sergipano.	47
Figura 29- Engenho de açúcar em Santo Amaro das Brotas.	48
Figura 30- Mapa de Santo Amaro das Brotas com indicação, em vermelho, do núcleo urbano inicial da vila.	49
Figura 31- Vista aérea de Santo Amaro das Brotas com demarcação das propriedades rurais vizinhas.	50
Figura 32- Vista do Porto das Redes em 1860.	52

Figura 33 - Jacinto Dias Ribeiro	53
Figura 34- Demarcação da ocupação inicial em preto da cidade de Santo Amaro das Brotas, em azul as áreas desenvolvidas após o loteamento da Fazenda Caieira.....	55
Figura 35- Atividades de subsistência da comunidade santoamarense.....	56
Figura 36- Vista com reminiscências do ancoradouro no Porto das Rêdes.	58
Figura 37- Mapa topográfico de Santo Amaro das Brotas.	60
Figura 38- Mapeamento das edificações religiosas.....	61
Figura 39- Indicação das nascentes de água presentes em Santo Amaro das Brotas.....	62
Figura 40- Arborização urbana em Santo Amaro das Brotas.	63
Figura 41- Passeios públicos irregulares em Santo Amaro das Brotas.....	64
Figura 42- Tipologias Edilícias encontradas em Santo Amaro das Brotas.	65
Figura 43- Uso dos espaços livres em Santo Amaro das Brotas.	66
Figura 44 - Percursos da procissão do padroeiro Santo Amaro.....	68
Figura 45- Procissão e altares dedicados a Santo Amaro.....	69
Figura 46- Percursos da Procissão do Co-padroeiro São Bendito.....	70
Figura 47 -Procissão de São Benedito.....	70
Figura 48- Missa Campal na Praça de São Benedito.....	71
Figura 49- Bloco de Carnaval o Pinto do Meio-dia	73
Figura 50 - IV Exposição dos Altares a Santo Antônio, este inspirado na obra de Graciliano Ramos.	73
Figura 51- Localização do Espaço Cirandar na Praça Cel. Jacinto Ribeiro	74
Figura 52 - Percurso dos Cortejos realizados pelo Ciranda Alternativa.	74
Figura 53 - Reisado Tia Lindolfa.....	75
Figura 54- Cortejo Folclórico VIII Semana do Folclore.	75
Figura 55 - Culminância da V Semana do Folclore.....	76
Figura 56- Localização dos espaços livres.	77
Figura 57 - Demarcação da localização da Praça Cel. Jacinto na paisagem da cidade.	79
Figura 58 – Localização da Praças e o Largo da Rodoviária, de onde a foto anterior foi tirada.	79
Figura 59 - Principais edificações no entorno da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.	80
Figura 60- Capela do Amparo (atual São Benedito) em ruína.	82
Figura 61 - Demarcação das praças e suas dimensões na malha urbana da cidade.....	83
Figura 62 – As Praças e suas respectivas igrejas.....	84
Figura 63- Mapeamento de usos no entorno das Praças.....	84
Figura 64 -Reisado Tia Lindolfa em apresentação na Praça Cel Jacinto Ribeiro.	85
Figura 65- Rito de lavagem das escadarias na Igreja de São Benedito	85
Figura 66 - Tratamento paisagístico da Praça Cel. Jacinto Ribeiro e seu entorno.	87
Figura 67- Praça Cel. Jacinto Ribeiro após intervenção em 2014.	88
Figura 68- Layout atual da Praça Cel. Jacinto Ribeiro	89
Figura 69 - Praça Cel. Jacinto Ribeiro em abril de 2019.	89

Figura 70- Tratamento paisagístico da Praça São Benedito	90
Figura 71- Levantamento Cadastral da Praça São Benedito	91
Figura 72- Gradeamento da Igreja São Benedito	92
Figura 73- Vista do muro de arrimo existente na Praça São Benedito	92
Figura 74 - Zona de Proteção dos Bens – Praças	94
Figura 75- Perímetro da Zona Especial de Proteção.....	95
Figura 76- Elaboração do Pannel de Problemas das Praças.	97
Figura 77- Respostas do Pannel de Problemas.....	98
Figura 78- Respostas do Pannel de Soluções e Potencialidades.....	99
Figura 79- Confecção da Árvore dos Desejos.	99
Figura 80- Folhas da Árvore dos Desejos	100
Figura 81- 2ª Oficina Participativa	101
Figura 82- Principais emoticons utilizados para expressar emoções.....	104
Figura 83- Parte 1 do Mapeando Emoções em que as crianças reconhecem as emoções como positivas ou negativas.	105
Figura 84- Parte 2 do Mapeando Emoções em que as crianças escolhem os pontos da praça que lhes despertariam emoções positivas ou negativas. À esquerda da figura, demonstramos as escolhas que acarretam emoções positivas, à direita estão as que causam emoções negativas.....	107
Figura 85 - Mapeamento dos pontos de emoções positivas e negativas pelas crianças.	108
Figura 86- Implantação das Praças da Matriz e Praça Nove de julho	110
Figura 87 – Tratamento paisagístico da Praça Matriz de Catanduva-SP.	111
Figura 88 - Vista do Anfiteatro e das fontes d'água no piso da Praça Matriz.....	112
Figura 89 – Iluminação na Praça da Matriz em Catanduva.	112
Figura 90 - Pannel Iconográfico na Praça 9 de Julho.....	113
Figura 91 - Elevação de piso na Rua Cuiabá	114
Figura 92 - Anfiteatro e fontes de piso na Praça 9 de julho.	114
Figura 93 - Planta Baixa da Intervenção na Praça de São Pedro dos Clérigos	115
Figura 94 - Praça da Igreja de São Pedro dos Clérigos	116
Figura 95- Planta baixa do projeto de intervenção na Praça da Sé de Mariana - MG.	116
Figura 96- Intervenção na Praça da Sé de Mariana - MG.....	117
Figura 97- Tabela de aplicação dos conceitos	118
Figura 98- Figura Fundo com destaque para o espaço das Praças e o percurso entre elas destacado em vermelho.	119
Figura 99 - Diagrama conceitual Praça Cel. Jacinto Ribeiro	120
Figura 100- Diagrama Conceitual Praça São Benedito.....	121
Figura 101- Croqui proposta inicial da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.....	122
Figura 102- Implantação da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.....	123
Figura 103- Representação Gráfica da Área de Jogos de Mesa.....	124

Figura 104- Representação Gráfica do Adro Central e eixo das palmeiras imperiais	124
Figura 105- Representação Gráfica Bicicletário.....	125
Figura 106- Croqui Esquemático da Edificação de apoio na Praça Cultural	126
Figura 107- Esquema de insolação e ventilação da Edificação de Apoio.	127
Figura 108- Representação gráfica da Edificação Proposta	128
Figura 109- Implantação da Proposta para a Praça São Benedito.....	129
Figura 110 - Representação Gráfica da Praça São Benedito	130
Figura 111 - Croqui da ideia para Praça São Benedito.....	130
Figura 112- Representação da proposta de acesso para a Praça São Benedito	131

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO	3
1 REFERENCIAL TEÓRICO	4
1.1 Praças e pracialidades nos Sistemas de Espaços Livres	4
1.2 Da Ágora às Praças – síntese conceitual e histórica.....	6
1.3 A praça brasileira – Origens e Transformações	14
1.4 Cultura, Identidade Cultural e Memória.....	30
1.5 Lugar e Paisagem Cultural – meios de interpretação e preservação	32
1.6 Patrimônio Cultural Material e Imaterial	39
2 MEIOS E MATERIAIS	42
2.1 Mapeamento Cognitivo com crianças	42
2.1 Processos Participativos para repensar Espaços Livres Públicos.....	44
CAPÍTULO 3 – AS PRAÇAS NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE SANTO AMARO DAS BROTAS	46
3.1 Histórico, formação urbana e aspectos sociais	46
3.2 Aspectos morfológicos dos Sistemas de Espaços Livres em Santo Amaro das Brotas ..	59
3.3 - Aspectos Funcionais e Culturais do Sistema De Espaços Livres	65
3.4 As Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito – Características e Símbolos	77
3.4.1 – Tratamento Paisagístico e Levantamento Cadastral das Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito	86
4- INTERVENÇÃO PROJETUAL	93
4.1 Proposta de Zonas de Proteção.....	93
4.2- Processos Participativos.....	96
4.2. 1ª Oficina Participativa Repensando as Praças	96
4.2.2 2º Oficina Participativa Repensando as Praças	101
4.3 Mapeamento tipo Deriva com Crianças - Mapeando Emoções	103
4.4 Referências Projetuais	109
4.4.1 Requalificação de Praças em Catanduva – SP	109
4.4.2 Intervenção em Espaços Livres Públicos em Mariana – MG.....	115
4.5 Estruturação das propostas projetuais	118
4.6 Anteprojeto da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.....	122
4.7 Anteprojeto da Praça São Benedito	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
ANEXOS	139

APRESENTAÇÃO

Ao crescer em Santo Amaro das Brotas- SE as brincadeiras na “Rua do Parque”, os passeios nas Praças, os banhos no Porto; as festas e procissões de Santo Amaro e São Benedito; a colheita da mandioca e do milho; as idas à casa de farinha, olarias e feiras; as cantigas e danças típicas se fizeram presentes no meu cotidiano na infância e adolescência, me permitindo conhecer os elementos e fatores culturais que constituem a noção do que é ser santoamarenses.

Posteriormente, participando do Movimento Ciranda Alternativa essa identidade cultural firmou-se em mim e transformou-se para além de motivo de orgulho, um objeto de estudo. A ideia principal do Movimento é valorizar e preservar o patrimônio cultural santoamarense, além de dispor-se a introduzir novas perspectivas de entretenimento e lazer. Esta experiência me conduziu ao desejo de estudar e desenvolver projetos para a comunidade inseridos no campo do patrimônio cultural.

Em 2015, no final da graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Tiradentes- UNIT em Aracaju – SE desenvolvi o trabalho intitulado “Vila Diva – Arte, Cultura e Tradição”. No qual apresentei um projeto de intervenção e restauro de um casarão histórico conhecido por Vila Diva, localizado no entorno da Praça Cel. Jacinto Ribeiro, com intuito de possibilitar o uso dessa edificação como centro cultural.

Esse trabalho me incitou a buscar o ingresso no curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio – MPPP do PROARQ- UFRJ, em 2017, com o intuito de aprofundar meus conhecimentos na temática de projetos voltados para preservação e revitalização de edifícios e ambientes urbanos com interesse patrimonial. Dessa forma, esta dissertação- projeto é um desdobramento do meu trabalho final de graduação e, inicialmente estava voltado para a requalificação paisagística da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.

Ao cursar as disciplinas ofertadas pelo programa pude, junto aos professores, amadurecer e ampliar os conceitos inseridos neste trabalho. Durante a disciplina Ateliê 3, ao realizar uma análise mais aprofundada dos sistemas de espaços livres da cidade foi possível entender a relação sistêmica, em questões morfológicas e socioculturais, entre a Praça Cel. Jacinto Ribeiro e a Praça de São Benedito e, desde então a última passou a fazer parte dessa pesquisa.

Além disso, alguns trabalhos resultantes das disciplinas deram origem a artigos científicos apresentados em congressos internacionais. Dentre eles, destaco a participação no 5º FIPA – Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal, tendo publicado e apresentado um artigo sobre propostas projetuais que favorecessem o

reconhecimento e valorização cultural dos resquícios da Ladeira da Misericórdia, tombada em 2017 graças à sua relevância histórica para a cidade do Rio de Janeiro. Esse trabalho foi fruto da disciplina de Projeto e Gestão do Patrimônio ministrada pela Prof.^a. Ceça Guimarães.

Em setembro de 2018, fui ao 5º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto em Belo Horizonte como autora do artigo Praça Cel. Jacinto Ribeiro: Entendendo o Espírito do Lugar. No qual apresentei os estudos iniciais desta pesquisa ao entender a Praça como parte do sistema de espaços livres da cidade de Santo Amaro das Brotas, destacando principalmente sua relação com o patrimônio cultural imaterial existente na cidade.

A participação no Grupo SEL-RJ nas rodas de leitura e reuniões mensais foi fundamental para a construção das bases conceituais e metodológicas que foram desenvolvidas nesta dissertação. As discussões em grupo se mostraram bastante enriquecedoras e tem preenchido lacunas existentes em minha formação acadêmica e profissional.

O SEL-RJ realiza pesquisas que visam compreender questões a respeito dos padrões de ocupação espacial e o resultado dos mesmos nas paisagens no estado do Rio de Janeiro. Este trabalho explicita as potencialidades e fragilidades presentes no território, bem como auxilia o entendimento questões sociais, como a segregação socioespacial. Os dados resultantes das pesquisas do SEL-RJ fornecem subsídios para as discussões sobre as políticas públicas urbanas, bem como para implementação de projetos.

Durante o curso do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio do PROARQ – UFRJ, me dediquei a aprimorar conhecimentos no âmbito da arquitetura e paisagem, da preservação do patrimônio cultural e representação gráfica frequentando alguns cursos de curta duração. Entre outubro e novembro de 2017 frequentei o curso de Iniciação de Preservação em Museus promovido pelo Museu Nacional de Belas no Rio de Janeiro, em qual foram apresentados técnicas e meios de preservação de acervos diversos. Em fevereiro de 2018, frequentei o curso Photoshop para arquitetos realizado pela Academia Ágora em Aracaju- SE. Posteriormente, em setembro de 2018 participei do curso Jardins e Patrimônio: conceitos e práticas, realizado pela Rede Brasileira de Jardins e Paisagens em colaboração com a Fundação Casa de Rui Barbosa, no qual o foco era no conhecimento de alguns jardins históricos, estilos paisagísticos e como são as experiências de preservação de jardins.

No decorrer do mestrado, pude realizar uma “re– experienciar” a cidade de Santo Amaro das Brotas e vislumbrar a cidade sob uma ótica nova permeada de desafios, conceitos e práticas que fundamentaram parte desse trabalho.

INTRODUÇÃO

Sendo as cidades uma construção social, a praça é um importante elemento ligação e interação na vida cidadina. Uma praça é constituída não só pelo seu paisagismo e morfologias, mas também pela história que carrega e pela apropriação da comunidade, o conjunto desses fatores é o que possibilita a construção das praças como lugares de memória.

Dessa forma, as praças podem ser motivo de orgulho e ponto de referência, principalmente nas pequenas cidades, como é o caso de Santo Amaro das Brotas.

Diante disto, buscamos nesse trabalho entender os processos históricos e a formação dos sistemas de espaços livres em Santo Amaro das Brotas- SE, focando posteriormente na compreensão da conjunção de espaços livres- lugar de memória encontrada em duas praças da mesma cidade: Praça Cel. Jacinto Ribeiro e Praça São Benedito.

Tratando-se de um tema multidisciplinar esta dissertação buscou estabelecer uma leitura geobiofísica do espaço permeada pelo entendimento histórico- social e simbólico para assim entender a questão fundamental de como ocorreram sua formação morfológica e como lugar de memória e cultura. Para enfim propor projetos de requalificação paisagística dos espaços visando não só manter-lhes como espaços de suporte ao patrimônio cultural, mas também dar a comunidade novas perspectivas de uso.

Sabendo o espaço e o patrimônio cultural uma construção coletiva buscamos estabelecer neste trabalho e na elaboração das propostas projetuais um elo entre a teoria e a realidade da comunidade santoamarense por meio de participação popular. Partindo disto, apresenta-se neste trabalho uma análise dos espaços livres da cidade e conclui-se com a apresentação das propostas projetuais para reestruturação dos espaços das Praças.

Esta dissertação contém cinco partes: a primeira apresenta o referencial teórico que visa estruturar esse trabalho; o segundo apresenta os meios e materiais utilizados; o terceiro apresenta as análises realizadas para desenvolvimentos dos anteprojetos; o quarto expõe as propostas de intervenção projetual nas Praças Cel. Jacinto Ribeiro e Praça São Benedito, e o quinto condensa as considerações finais.

OBJETIVO GERAL

Compreender os padrões morfológicos e questões socioculturais presentes nos Sistemas de Espaços Livres da cidade de Santo Amaro das Brotas, elaborando diretrizes de

conservação e propostas intervenção projetual para duas das principais praças que compõem este sistema: e Praças Cel. Jacinto Ribeiro e Praça de São Benedito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Entender a formação urbana e práticas culturais no Sistema de Espaços Livres de Santo Amaro das Brotas;
- b) Entender o espaço- lugar de memória das Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito, em suas características físico e simbólicas;
- c) Propor a requalificação paisagística das Praças visando auxiliar no uso dos espaços como palco das manifestações culturais da cidade.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Praças e pracialidades nos Sistemas de Espaços Livres

As cidades são formadas a partir da atuação de agentes públicos e privados, sendo configurada por espaços livres de edificação e espaços edificados, a união desses elementos caracteriza e qualifica a paisagem urbana (Tângari,1999).

Esta pesquisa trata diretamente dos sistemas de espaços livres em Santo Amaro das Brotas, o qual é formado por espaços livres definidos por Miranda Magnoli como “todo espaço não ocupado por um volume edificado...” (MAGNOLI, 2006, p.179).

Para melhor exemplificar os **espaços livres** presentes no meio urbano, Silvio Macedo (1995) os ilustra como: ruas, calçadas, quintais, parques, jardins, praças, terrenos baldios, ruas, vielas, praias, mangues, florestas e outros mais livres de edificações e sobre os quais as pessoas desenvolvem atividades variadas. Podem ser classificados entre espaços livres públicos e espaços livres privados, diferenciando-se a partir da propriedade, gestão e apropriação (Mendonça, 2017). Ou seja, são espaços que compõem as cidades constituem um sistema inter-relacionado e sobreposto a outros sistemas urbanos, pois “organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano” (QUEIROGA et al. 2011, p.12-13).

Ao enxergarmos os espaços livres como um sistema podemos sintetizar e agrupar as características mais relevantes que compõem as cidades, reconhecendo os padrões estruturais existentes, bem como suas potencialidades e limitações.

Embora a ideia de sistema estabeleça vínculos organizacionais e sobrepostos pelo sistema viário, por exemplo, é necessário enfatizar que nem sempre esses espaços livres estão conectados fisicamente. Portando, junto ao suporte biofísico os espaços livres podem

apresentar um meio de leitura sobre a dinâmica ocupação territorial, apresentando impacto nas paisagens urbanas e expondo dados sobre a qualidade de vida da população. (Figura 1)



Figura 1- Vista aérea de parte dos Sistemas de Espaços livres de Santo Amaro das Brotas.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas, 2014.

Para Paulo César Gomes (2002) os espaços públicos possuem um caráter político que ultrapassa as ideias de liberdade e igualdade, o livre acesso ou delimitação desse para com o espaço privado, Gomes (*ibidem*) define que o principal atributo dos espaços públicos está na sua relação com a vida pública dos sujeitos. Hannah Arendt (2007, p.15) explica que os espaços públicos são lugares onde os indivíduos podem “[...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes.” Portanto, esses espaços são lugares que possibilitam a diversidade social.

“Trata-se, portando, essencialmente de uma área em que se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co- presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente de civilidade e do diálogo.” (GOMES, 2002, p.163)

Pensando no sentido social e cultural do sistema de espaços livres, percebemos que desde a Grécia Antiga e sua ágora, os espaços livres dão lugar a sociabilidade e a convivência entre indivíduos. Praças, parques, ruas e calçadas compõem a parte do sistema de espaços livres denominada Subsistemas de espaços de práticas sociais. Assim, compõem parte

fundamental da vida em sociedade e estão ligados diretamente as demandas sociais, especialmente de manifestações socioculturais e de lazer. (HULSMAYER, 2014, p.192)

As praças constituem o tipo de espaço livre público mais reconhecido. Temporalmente, as praças tem sido associadas a espaços de convivência, de práticas sociais e lazer para as comunidades, garantindo-lhes um caráter centralizador e desse modo, constituem o tipo de espaço livre público mais reconhecido no Brasil.

Porém projetos inadequados, ocupações informais do espaço e falta de manutenção podem acarretar no desuso dos espaços e torná-los pouco acessíveis ao público.

Bruno Mendonça (2018) expõe que se pensarmos em praças dentro do contexto das camadas menos abastadas da sociedade, que sofrem com a carência e gestão de espaços públicos, alguns espaços inusitados – canteiros, baixos de viadutos, ruas e etc - podem assumir as funções de praças e parques, configurando **pracialidades**.

Segundo Queiroga (2001) pracialidades são as ações típicas de praças públicas, sejam elas o convívio, encontro e manifestações públicas sendo exercidas em espaços diversos. Estes espaços plurifuncionais tornam-se adaptáveis, se transfiguram dentro do espaço das cidades, podem expressar a identidade de um lugar e além de possibilitar o exercício de sociabilidade e lazer.

1.2 Da Ágora às Praças – síntese conceitual e histórica

“Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos.” (PAUSÂNIAS apud SITTE, 1992).

No contexto da Antiguidade Clássica¹, a praça estava materializada na figura da Ágora (Figura 2) ou do Fórum (Figura 3), sendo o espaço livre público mais relevante e o lugar onde o conceito de *civitas* era exercido. Tal fato pode ser observado na obra de Marcus Vitruvius Polião, arquiteto romano do séc. I a.C., em que afirma a importância de uma praça implantada em local de destaque no território citadino com o entorno ocupado por edifícios institucionais (CALDEIRA, 2007).

Coulanges (1975) descreveu que na Antiguidade para habitar a cidade, ser um cidadão de fato, era necessário estar nos locais de assembleias, festas, procissões e cultos que tinham como palco principal a praça.

A praça ganhou destaque na cultura ocidental e muitas vezes tornou-se ponto estruturante e referencial na urbanização das cidades, conseqüentemente suas formas e

¹ O período Antiguidade Clássica na história da Europa compreende o séc. VIII a.C, correspondente ao surgimento das poesias de Homero, ao séc. V. d.C, quando ocorreu a queda do Império Romano ocidental.

funções também “estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da *gênese urbana*” (CALDEIRA, 2007, p.6)

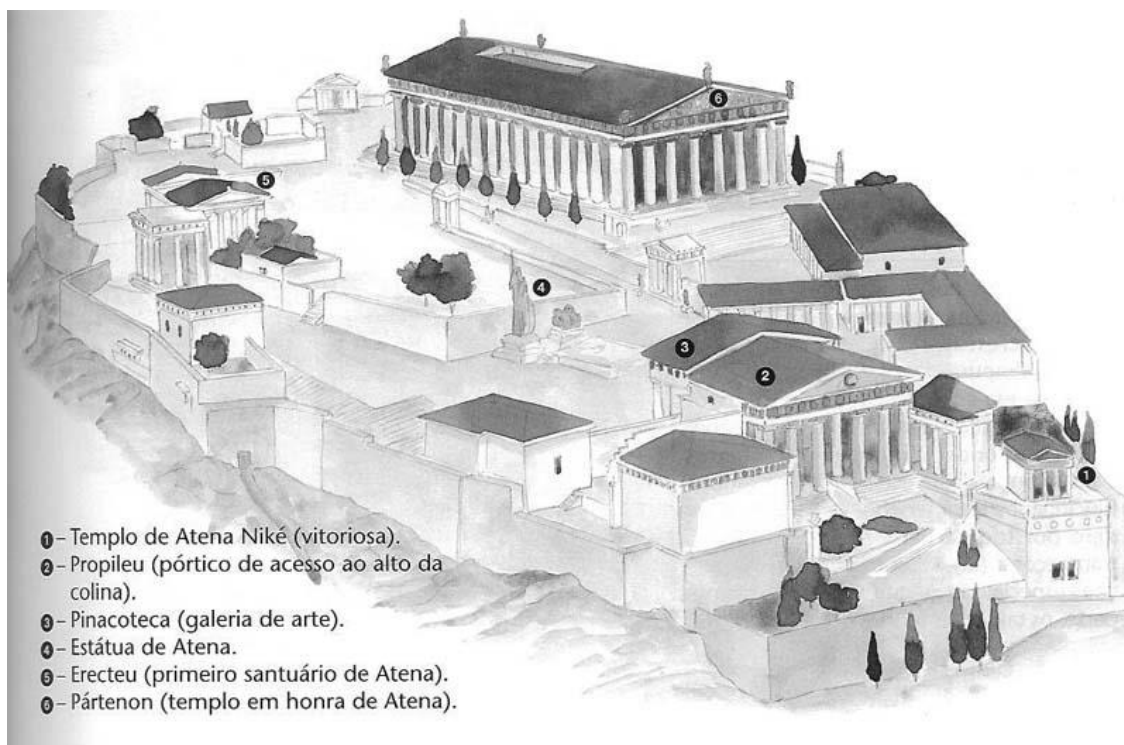


Figura 2- Representação da Acrópole com Ágora ao centro em Athenas, Grécia.

Fonte: Arte e História (2019).



Figura 3- Representação do Fórum Romano.

Fonte: CALDEIRA (2007).

Na Idade Média as praças foram definidas, formalmente, por espaços vazios em meio à enorme densidade, estruturando várias funções em um só lugar: praça da igreja, praça cívica, praça de mercado e etc. Nessa época, a praça tornou-se “além do espaço de sociabilidade [...] era o lugar onde se demonstrava o poder das leis.” (CALDEIRA, *ibidem*, p.25) Assim, a praça passou a abrigar julgamentos e execuções públicas, explícitas demonstrações de poder e justiça à população.

Bakhtin (1984) ao analisar a obra de François Rabelais compôs um estudo sobre cultura popular nos períodos entre Idade Média e o Renascimento² e ao tratar sobre praças nestes períodos, afirmou:

“A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as “tomadas de palavra” (desde as interpretações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade. [...]” (BAKHTIN, 1984, p. 132)

Dentro deste contexto histórico, a Piazza del Campo de Siena (Figura 3) na Itália tornou-se um dos exemplos tipológicos mais citados do período. O fato se dá porque a configuração urbana da cidade de Siena é bem característica do medievo: uma cidade murada, em que as ruas são estreitas e as construções aglomeram-se, os espaços livres estão em sua maioria intramuros sendo pátios e jardins internos, as áreas fora dos muros eram destinadas à agricultura e aos torneios típicos dos período. As áreas centrais de Siena eram a praça da catedral, fortemente marcada pela institucionalidade e a praça do mercado, por sua vez destinada às trocas comerciais e sociais. Esta última representa a Piazza del Campo, localizada onde antes existia um antigo fórum romano e tornou-se o principal mercado de Siena (ALEX, 2008).

A Piazza del Campo foi reestruturada em 1293, pois o conselho citadino decidiu transformá-la em uma grande *piazza* cívica. Em seu entorno foi erigido o Palazzo Público e as atividades do mercado foram deslocadas para atrás desta edificação. Dessa forma, Siena passou a contar com três praças com funções bem definidas: a Piazza del Duomo – atrelada à religiosidade, Piazza del Mercado – como espaço comercial e a Piazza del Campo – com funções cívicas (*ibidem*, 2008).

Sun Alex (2008) descreve que, arquitetonicamente, o projeto da Piazza del Duomo lidou com o polígono irregular semelhante ao formato de um leque aberto, em que a pavimentação de tijolos dividida em nove linhas radiais de pedra. Essas representam os nove distritos e conselhos e indicam como ponto focal o Palazzo Público. As circulações, acessos e drenagem estão adaptadas à topografia e, o terreno ligeiramente inclinado faz a praça parecer um anfiteatro. No

² O período que compreende a Idade Média na Europa se estende de 476 d.c. a 1492, sendo considerada Idade Média tardia de 1300 a 1500. Já o período do Renascimento tem início na Itália em meados de 1300 séc. XIV e foi-se estendendo-se pela Europa durando até 1600.

entorno da praça haviam onze acessos; dentre eles cinco estavam cobertos pelos prédios. MUNFORD (1982, p. 338) aponta que após a reestruturação da Piazza del Campo houve uma preocupação maior com a “beleza artística urbana” e “o governo municipal ordenou que os novos edifícios [...] tivessem janelas do mesmo tipo” dessa forma, o entorno da Piazza ganhou uma unidade visual.



Figura 4- Piazza del Campo em Siena, Itália.

Fonte: Pinterest, 2019.

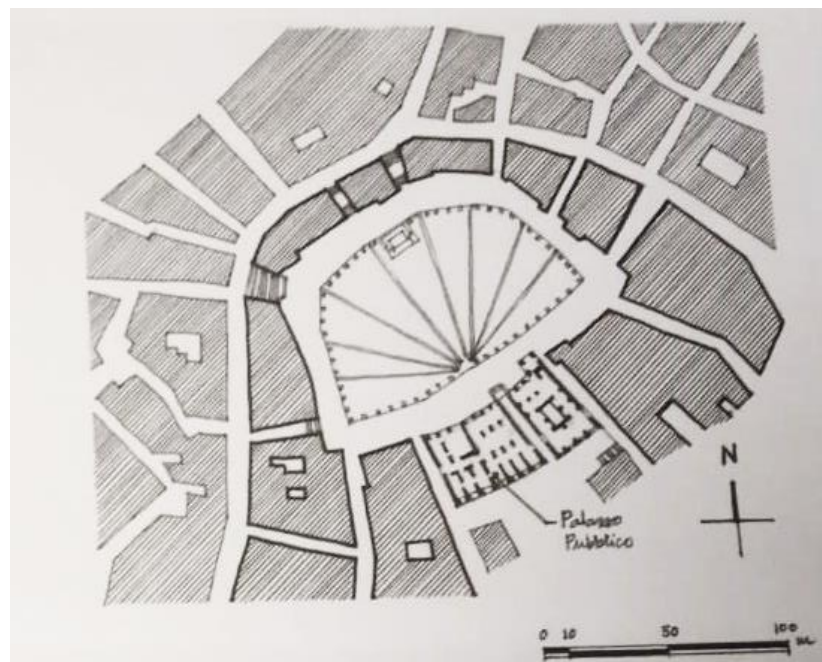


Figura 5- Layout da Piazza del Campo.

Fonte: Projeto de Praça (SUN ALEX, 2008)

Com a transição para o Renascimento, o poder civil passou a sobressair-se frente ao poder da Igreja Católica graças ao desenvolvimento econômico. A partir do advento do mercantilismo e do início de uma pequena produção industrial, surgiu a burguesia e uma reestruturação social e no crescimento das cidades, por conseguinte, uma maior preocupação com a beleza que deu força as artes e à arquitetura.

A teoria estética vigente no Renascimento passou a buscar o equilíbrio, a ordem, a pureza de formas e a disciplina em um regaste dos valores vigentes na Antiguidade Clássica. Inevitavelmente essas ideias atingiram os princípios de urbanismo, de forma que as ruas, praças e avenidas tornaram-se objetos de intervenção urbana. Estes princípios foram transformados em Tratados de Arquitetura e Urbanismo que contavam também com referências ideológicas baseadas em obras como a Utopia de Thomas Morus e A cidade do Sol de Tommaso Campanella, tais obras refletiam bem os ideais sócio filosóficos da época. Essas referências foram transferidas para o urbanismo em preceitos como: a busca de regularidade e ordenação urbana baseadas em rígidos traçados geométricos no quais as praças são “elementos estruturantes” (CALDEIRA, 2007, p.27).

“O sentido de ordem vai presidir as grandes intervenções urbanas processadas na trama urbana medieval ou nas novas áreas de ocupação das cidades européas. O emaranhado tecido de estreitas e abafadas vielas e ruas do passado vai gradativamente sendo substituído por largas, luminosas e arejadas vias de comunicação — o espaço urbano ganha novas referências com as perspectivas inéditas de avenidas retas; fontes, chafarizes, obeliscos, rampas, escadarias, em recintos ao ar livre arquitetonicamente homogeneizados, vão configurar uma cenografia à altura da afluência do absolutismo real, do poder eclesiástico e da nascente burguesia mercantil no panorama europeu [...]” (SEGAWA, 1996, p.48)

Dentre as reformas urbanas e praças realizadas no contexto do Renascimento podemos citar a Place des Vosges ou Royale em Paris, que no começo do séc. VIII contava com cerca de 500 mil habitantes em uma cidadela cercada por muros, repleta de vielas estreitas e contava com duas praças apenas, as quais eram a Place de L'Hôtel de Ville – com funções cívicas e a Place Le Parvis – com funções religiosas localizada em frente à igreja Notre Dame. Muitas das mudanças urbanas realizadas na Paris do reinado de Henrique IV (1553 – 1610) foram influenciadas na experiência italiana trazidas pela rainha Maria de Médici, dentre os novos espaços criados estão a Place des Vosges (ALEX, 2008).

O projeto arquitetônico da Place des Vosges (Figura 6) consistiu em um quadrado perfeito medindo 140m por 140m definido “por uma arquitetura regular e uniforme, sobreposta ao tecido urbano medieval” (*ibidem*, 2008, pg. 47). A função inicial da Place era servir como espaço grandioso de festividades reais e um centro de comercialização tecidos luxuosos

como veludo e seda no centro do Marais. O projeto foi encomendado a Clément Métezeau em 1605 sendo inaugurado em 1612 e implantado em um espaço onde anteriormente funcionava um mercado de cavalos. A Place des Vosges foi implantada em meio a um tecido urbano consolidado, mas distante das vias locais mais movimentadas, tem seu entorno composto por edificações com fachadas simétricas de pedra com cerca de três pavimentos alojados sob arcadas. À época de sua inauguração era uma praça sem ornamentos e pavimentada com pedriscos, em 1639 foi instalada uma estátua do rei Luís XIII, já o jardim com paisagismo clássico foi inserido em 1663, só em 1792 a Place foi arborizada (ALEX, 2008).

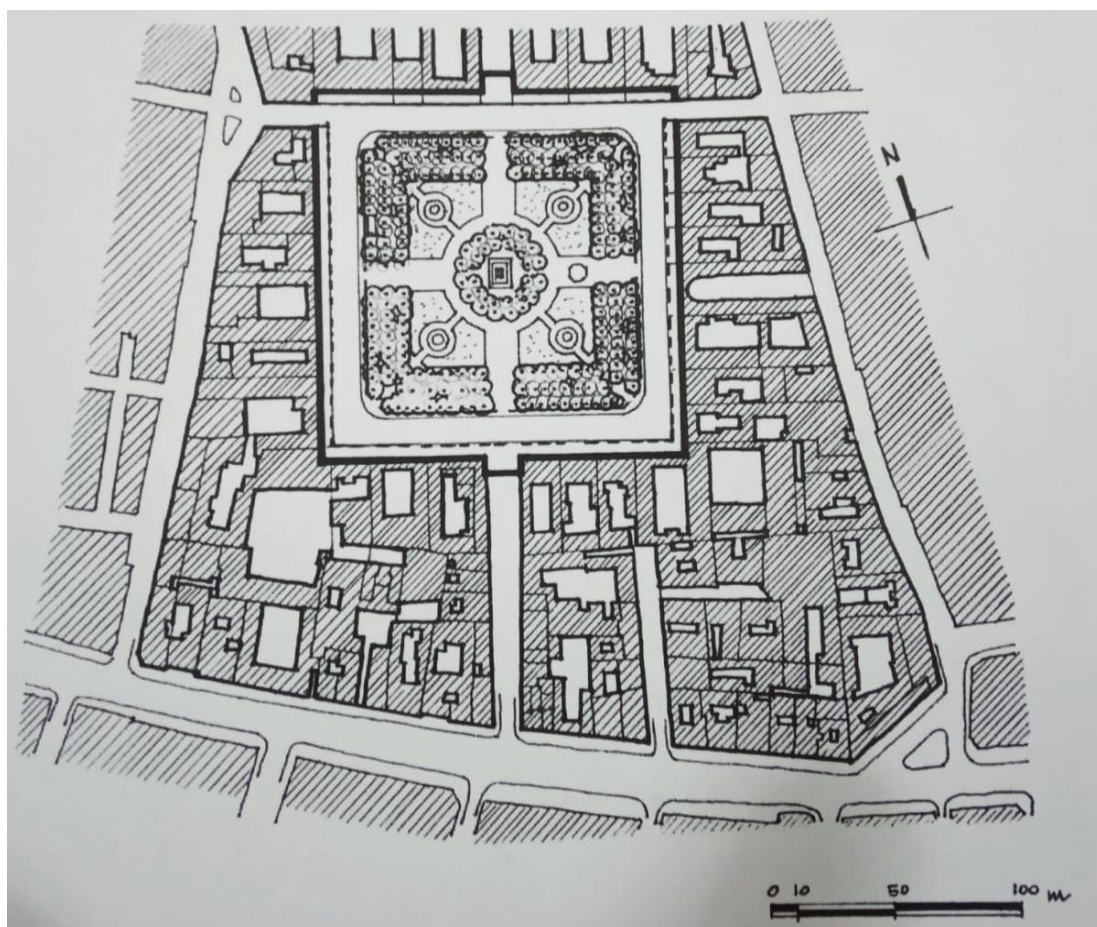


Figura 6 - Layout atual da Place des Vosges

Fonte: Projeto de Praça (Sun Alex, 2008)

Sun Alex a define como:

“[...] um dos exemplos emblemáticos da “praça” francesa formal, que organiza elementos simples por meio da repetição, da sucessão de eixos e focos e do contraste de formas geométricos, de claros e escuros, luz e sombra, vazios e cheios. Isolado das ruas de tráfego e resguardado pela arquitetura, o jardim da Place des Vosges transmitia tranquilidade, elegância e sofisticação e, ironicamente seria o adotado como um dos

modelos frequentemente usados no projeto de praças do séc. XIX até metade do séc. XX.” (*ibidem*, 2008, pg. 50)

Durante muitos anos a Place des Vosges foi ponto de encontro da nobreza parisiense e tornou-se símbolo de status, um local para “ver e ser visto” algo que favoreceu o comércio que ali funcionava. Posteriormente, a Place virou um modelo de praça aristocrática e residencial semelhante aos “squares residenciais londrinos”, com a exceção que a praça parisiense se mantinha aberta e acessível ao público todo o tempo (ALEX, 2008, p.50).

A 1ª Revolução Industrial³ acarretaria em novas transformações sociais e urbanas, pois a partir de meados do séc. XVIII o crescimento da burguesia e da sua preferência por cafés, bares e teatros como locais de socialização fez com que as ruas e as praças perdessem prestígio como espaços públicos. Sennet (1988) explica que a transição do comércio para locais fechados e restritos foi um dos principais fatores que levaram ao declínio da vida pública⁴.

“assiste-se a um processo de redução, falsificação e empobrecimento progressivos das formas dos ritos e espetáculos carnavalescos populares. Por um lado, produz-se uma estatização da vida festiva, que passa a ser uma vida de aparato; por outro, introduz-se a festa no cotidiano, isto é, ela é relegada à vida privada, doméstica e familiar. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringem-se cada vez mais.” (Bakhtin, 1984, p. 30)

Dentre os impactos advindos da Revolução Industrial, o crescimento acelerado e desordenado das cidades foi a raiz de grandes problemas sociais e sanitários para as populações urbanas. “As aldeias se expandiam e se transformavam em cidades; as cidades se transformavam em metrópoles. O número de centros urbanos multiplicava-se” (MUNFORD, 1982, p.486)

Frente à esta problemática, representada por um enorme contingente populacional vivendo em condições insalubres e suscetível a diversas doenças e epidemias, surgem as primeiras ideias com intuito de solucionar essa situação. Elas estavam baseadas nos discursos médicos-sanitaristas para sanear as cidades, buscando estabelecer assim um novo tipo de ordenamento urbanístico (CALDEIRA, 2007).

Em O Urbanismo, Françoise Choay (1979) sintetiza as principais teorias urbanísticas surgidas nesta época em duas correntes distintas: o modelo culturalista e o modelo progressista. O modelo culturalista propunha um retorno à valores históricos, buscando retomar uma sociedade

³ Compreende um período entre 1760 a 1850 na Inglaterra em que iniciou-se uma transição do sistema econômico feudal para o sistema capitalista.

⁴ Para Sennet (1988) “público veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital.” Esses sentidos se correspondiam na Antiguidade Clássica e no Renascimento.

pré-industrial com sugestões de reestruturação urbana mais orgânica, voltada para a vida em comunidade e em pequenos núcleos, visando favorecer um estado de bem-estar social. Em contrapartida, o modelo progressista, formulado por pensadores críticos à estrutura da cidade industrial, propagava a ideia de que a sociedade seria transformada a partir de uma nova organização espacial. Ultrapassando o campo da teoria, as propostas de reestruturação urbana mais conhecidas são: o projeto de expansão de Barcelona de autoria de Ildefonso Cerdá em 1859 e o Plano Haussmann em Paris, uma obra monumental realizada na gestão do prefeito George-Eugène Haussmann entre os anos de 1853 a 1870.

Diante deste cenário, a praça pública perde parte do status de centro social e parte das atividades nessas praticadas são deslocadas para as edificações e/ou seus pátios internos. Os parques e jardins públicos (Figura 7) por sua vez, ganharam força e tornaram-se o cenário ideal para o florescimento da vida social burguesa. Para SENNET (1988, p.32) os jardins e passeios ajardinados que despontaram neste período são “o grande teatro onde os homens vão se comportar como atores, a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade”.

Os planos urbanísticos do séc. XX buscaram contemplar a versão global dos planos, pensando a cidade de modo integral, em detrimento dos planos e intervenções fragmentadas dos séculos anteriores. Dessa forma foi rompido o paradigma de cidade tradicional e deu-se lugar ao planejamento de bairros, loteamentos e planos urbanos mais integrados.

Com as mudanças relacionadas à escala das cidades, a praça do séc. XX incorporou funções estéticas e técnicas; tornou-se suporte ao sistema viário e, esteticamente isolada entre ruas e avenidas, adquire contornos geométricos com canteiros, equipamentos urbanos, esculturas e fontes (CALDEIRA, 2007).



Figura 7- Passeio Público do Rossio - Lisboa em meados do séc. XIX

Fonte: Biblioteca Nacional Eça de Queirós, 2019.

1.3 A praça brasileira – Origens e Transformações

O espaço da praça, embora tenha assumido temporalmente diversas funções e morfologias, tem como principal característica a definição de espaço coletivo destinado à interação social.

A gênese da praça brasileira foi constituída com base nos assentamentos e aldeias indígenas, que após a colonização portuguesa⁵ fundiu-se ao urbanismo das vilas e cidades por eles implantadas. Essa fusão deu-se inicialmente pelo desconhecimento territorial por parte dos portugueses, que buscando apropriar-se do território incorporou técnicas e saberes indígenas⁶, para contudo, suprimi-las posteriormente com intuito de consolidar as políticas de colonização (CALDEIRA, 2007).

“as aldeias indígenas da costa do Brasil se viram cada vez mais envolvidas pela nascente colonização europeia, até serem dizimadas, e o que restava de sua população transferido para as aldeias jesuíticas” (Perrone-Moisés, 2000, p.8)

A estruturação espacial das aldeias indígenas estava diretamente relacionada à cultura das tribos ou etnias. Os *tupis* eram nômades, suas aldeias no litoral tinham casas coletivas implantadas em um círculo que formava uma praça/terreiro central (Figura 8) no qual eram desempenhadas as funções comunitárias e rituais; outras tribos como os *pano*, os *tucanos* e *marubos* habitavam uma única casa – aldeia (Figura 9) destinada a abrigar toda população; para os *yanomamis* a casa – aldeia tem um formato circular com um pátio central. Essas tipologias ainda são reproduzidas em muitas aldeias bem como as praças/terreiros indígenas permanecem como lugar de comunhão social e celebração (CALDEIRA, 2007).

Inicialmente, o projeto colonialista de Portugal era baseado na exploração de recursos naturais e matérias primas brasileiras. Porém as tentativas de implantação desse sistema falharam, em parte pela extensão territorial do Brasil e pela intensa concorrência de outros países europeus dominar esse território. Buscando fortalecer e defender seu domínio no Brasil, Portugal utiliza a estratégia de colonizar por meio da povoação implantando o sistema das capitanias hereditárias⁷. Coube aos donatários das capitanias a fundação de vilas e cidades, visando a adaptação climática e do aproveitamento de recursos naturais disponíveis, os portugueses intercalaram ideais e técnicas indígenas na escolha de sítios de povoamento (REIS FILHO, 1968).

⁵ O período chamado de Colonização Portuguesa no Brasil compreende os anos de 1500 a 1822. As grandes navegações resultaram da política de expansão mercantil pelos europeus, com a finalidade de comercializar especiarias asiáticas, tecidos e jóias.

⁶ De acordo com a estimativa da FUNAI a população indígena em 1500 era de aproximadamente cerca de 2,5 milhões de pessoas pertencentes a diversas etnias.

⁷ As capitanias hereditárias consistiam em um sistema administrativo colonialista implantado pela Coroa Portuguesa em 1534, o território brasileiro foi dividido em faixas de terra doadas a nobres portugueses.



Figura 8 - Representação de uma aldeia Tupi, gravura de Theodore de Bry em 1593.

Fonte: Domínio Público, 2019.

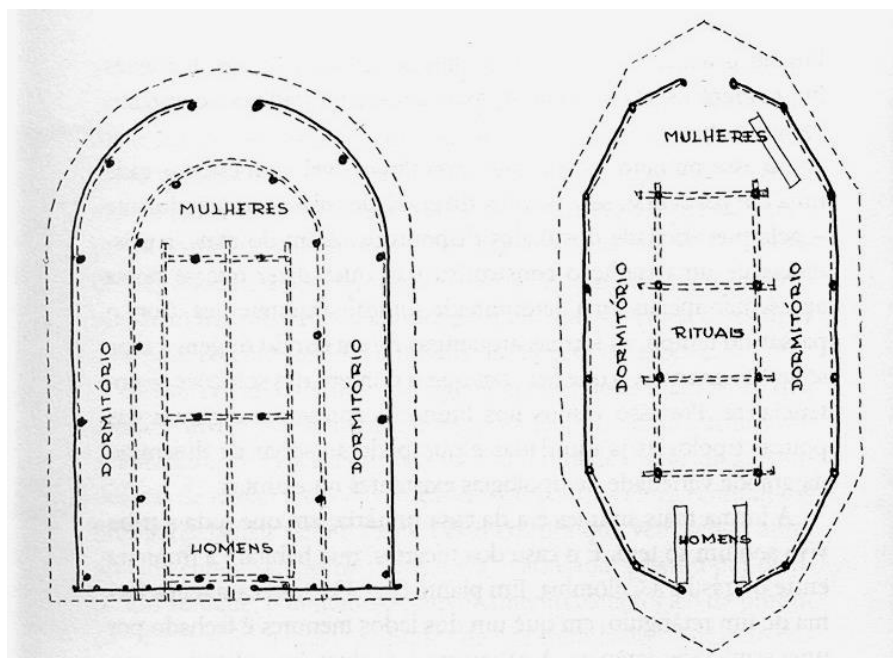


Figura 9 - Plantas de casa – aldeia.

Fonte: CALDEIRA, 2007.

Nesse cenário os padres jesuítas exerceram um papel importante para a Coroa Portuguesa, iniciando o processo de catequização dos índios facilitando a dominação pelos portugueses. CALDEIRA (2007, p.66) descreve que:

“os jesuítas se instalavam nos aldeamentos e seu primeiro ato era fincar um cruzeiro no meio da oca (Figura 10), espécie de praça. O segundo passo consistia na construção de uma capela, em face do cruzeiro ou substituindo alguma casa. Essa apropriação da forma de organização espacial indígena, seguida pela introdução de símbolos cristãos, facilitou a penetração no ambiente tribal por parte dos jesuítas.”

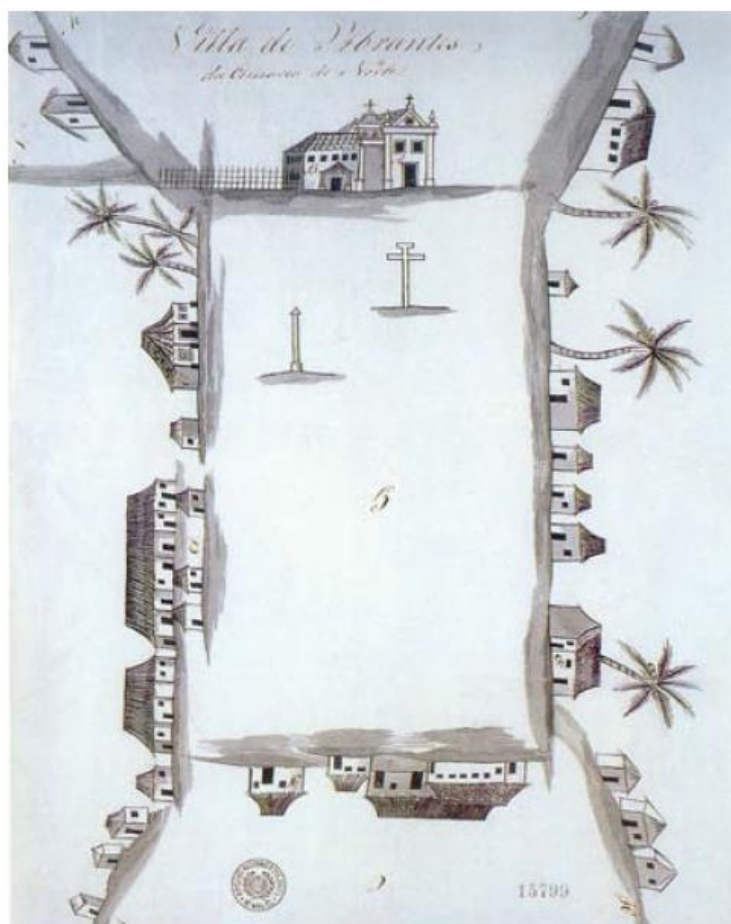


Figura 10- Representação de Praça religiosa em Vila Nova do Espírito Santo – Abrantes

Fonte: IPHAN, 2019.

Os primeiros núcleos urbanos tinham como objetivo a proteção e defesa do território conquistado assim, sobressaiu-se o urbanismo português e sua preferência em fixar seus sítios em colinas que favorecessem controle das vias de acesso fluvial e marítimo auxiliando na defesa territorial.

Teixeira (2001) explica que as cidades portuguesas eram, em maioria, estruturadas em duas partes: cidade alta, onde estava poder institucional - militar, político e religioso e as

habitações da população de estatuto social elevado; cidade baixa destinada ao comércio, atividades marítimas e à habitação das camadas mais pobres da sociedade, a cidade de Salvador (Figura 11) está enquadrada nessas características.



Figura 11- Planta da cidade de Salvador em 1625. Obra de João Teixeira Albernaz

Fonte: VITRIVIUS, 2019.

Os traçados urbanos poderiam ser vernaculares ou racionais (Figura 12), mas em comum existia a concordância em criar pontos de referência e estruturação na cidade articulando o traçado das ruas para coincidirem na localização de edifícios notáveis. Dessa forma, as praças tornaram-se os principais locais de articulação na cidade colonial abrigando funções cívicas, religiosas e comerciais pois em seu entorno estavam localizados os principais edifícios institucionais (CALDEIRA, 2007).

“É habitual encontrarem-se nas praças portuguesas diferentes praças para diferentes funções: função de mercado, em espaços que muitas vezes tinha sua origem em campos e em terreiros localizados à margem das malhas urbanas e que posteriormente se transformavam em praças urbanas; funções militares, nomeadamente os campos associados às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; funções políticas e administrativas, em que se incluem as praças associadas ao poder municipal, onde se localizavam a Casa de Câmara e o pelourinho; funções religiosas, associadas à origem de alguns destes espaços como adros de igreja, terreiros de igrejas matrizes ou de conventos.” (TEIXEIRA, 2001, P.11)



Figura 12- Planta da cidade de Cuiabá em destaque a praça cívica e religiosa.

Fonte: CALDEIRA, 2007.

Morfologicamente, as praças fundadas à época da colonização eram resultado da localização estratégica dos sítios tirando partido da topografia, das diretrizes espaciais e das edificações em seu entorno, ligando-se diretamente aos principais caminhos das cidades e não raramente, apresentavam fortes características simbólicas da dominação portuguesa.

Dentre essas características simbólicas se sobressaem, num primeiro momento, a presença da Igreja no entorno das praças coloniais expondo assim a importância das ordens e irmandades religiosas durante a colonização. Para Murilo Marx (1980, p. 54) a ligação entre praças e igrejas representava “uma regra geral nas nossas povoações antigas” graças a isto, é muito comum encontrar denominações de praças secas, largos e terreiros ligados à igreja como: Praça Matriz, Terreiro de Jesus, Largo São Francisco (Figura 13). Esta ligação com a igreja também foi favorável para que no Brasil, assim como na Europa, as praças coloniais fossem um lugar essencial para as relações sociais e a vitalidade dos centros urbanos.

Demarcando o poderio, dominação e controle s frente do regime escravista e da exploração colonialista a Coroa Portuguesa implantava na principal praça da cidade um pelourinho e, em seu entorno, uma Casa de Câmara e Cadeia.

“No cruzamento da via longitudinal primitiva e desta transversal desenvolve-se habitualmente uma praça. De uma forma gradual, estrutura-se deste modo um sistema de duas vias principais cruzando-se um ângulo recto, com uma praça no seu cruzamento. Trata-se da estrutura urbana básica que os romanos haviam racionalizado e geometrizado. Esta praça transforma-se muitas vezes na praça da igreja matriz. A casa de câmara e cadeia, ou se implanta no primitivo ponto defensivo da

cidade, ou se vai localizar nesta praça, que assume assim por vezes uma dupla função cívica e religiosa ou se implantará noutra local da cidade. Nestes casos, uma nova praça se desenvolverá em torno desta função cívica. Outras igrejas, outros edifícios singulares surgem espalhados pela malha urbana, gerando outras praças” (TEIXEIRA, 2001, p.15).



Figura 13- Largo do Convento Franciscano de Nossa Senhora das Neves em Olinda -PE.

Fonte: IPHAN, 2018.

Em meio aos exemplares de praças coloniais cívicas e religiosas podemos citar a Praça São Francisco (Figura 14) datada de 1590, localizada em São Cristóvão – SE, por uma característica particular: sua implantação e medidas seguiram as determinações da Lei IX Ordenações Filipinas⁸ vigentes no período da União Ibérica⁹, mesclando os conceitos das *Plazas Mayores*¹⁰ da América Hispânica com o diferencial de estar inserida em um traçado urbano típico português- cidade alta e cidade baixa. Graças à estas características, a Praça São Francisco foi inscrita em 2010 como patrimônio mundial da Humanidade pela Unesco.

⁸ Ordenações Filipinas consistem uma compilação jurídica constituindo uma espécie de código civil e penal que fornecia normas de conduta, definia crimes e punições sendo utilizada nas colônias e nas metrópoles durante o período Ibérico.

⁹ A União Ibérica consistiu em um período entre 1580 e 1640 em que as Coroas Portuguesa e Espanhola foram unificadas, devido a uma crise sucessória portuguesa.

¹⁰ Plaza Mayor de acordo com CALDEIRA (2007, p.77) “representava o centro geográfico da cidade e era composto pelos principais edifícios institucionais.” Constituía o marco zero das cidades de colonização espanhola.



Figura 14- Praça São Francisco em São Cristóvão, Sergipe.

Fonte: Expressão Sergipana, 2018.

Quando o Brasil se tornou vice-reino de Portugal em 1720, o Rio de Janeiro tornou-se a capital do vice-reinado. Esse fato desencadeou muitas intervenções no espaço urbano visando atender as expectativas de torná-la uma cidade – capital.

Nesse contexto, um dos espaços públicos mais relevantes e representativos das praças coloniais é a atual Praça XV de Novembro. Em sua origem, este espaço estava ligado ao Convento do Carmo instalado nas proximidades da Rua Direita - rua mais antiga do Rio de Janeiro, ligava o Morro de São Bento ao Largo da Misericórdia – sendo então conhecido por Largo do Carmo (Figura 15), cuja principal função era abrigar procissões e festas religiosas. No final do séc. XVII estas características começam a serem transformadas com a construção de novos edifícios entre eles: a Casa da Moeda e os Armazéns del Rei que passaram a delimitar parte do Largo e expressarem sua centralidade (SANTOS, 2014).



Figura 15- Largo do Paço em 1808.

Detalhe do Convento do Carmo ao fundo e o chafariz de Mestre Valentim- Aquarela de Richard Bate (1808). Fonte: ITAÚ CULTURAL, 2019.

Posteriormente essas edificações deram lugar ao Paço dos Governadores, projetada por José Fernandes Pinto Alpoim, que também projetou edificações para a família Teles de Menezes na face norte do Largo do Carmo, delimitando seu espaço de forma mais simétrica. Alpoim também implantou um chafariz no centro do Largo que em conjunto com as edificações do entorno passariam a ordenar visualmente o espaço. Com o funcionamento do Paço do Governadores e da implantação do pelourinho, o Largo do Carmo passou a ser conhecido como Largo do Paço (CALDEIRA, 2007).

“Em 1789, e para favorecer paradas militares, foi também calçado o largo do Paço, substituindo-se o antigo chafariz por outro a beira-mar, engastado no centro do novo cais de “pedra lavrada, com peitoris, e assentos, [...] com três escadas para o mar e uma rampa.” (SISSON, 2001, p.3)

O Largo do Paço, estando entre dois dos principais caminhos da cidade – as ruas da Misericórdia e da Direta, também abrigava em seu entorno os principais prédios representativos da Coroa Portuguesa e porto tornando-se um lugar único, de intensa movimentação social e comercial (Figura 16). Após chegada da Família Real Portuguesa em 1808 até a Proclamação da República em 1889, tornou-se também lugar de grandes e importantes celebrações, sendo um local de prestígio e poder.



Figura 16- Cenas do cotidiano no Largo Paço

Detalhe do chafariz de Mestre Valentim ao fundo - Aquarela de Debret (1889).

Fonte: ITAÚ CULTURAL, 2019.

Com a Proclamação da República, os governantes assumiram uma postura de negação ao passado colonial, imperialista e escravagista. Além disso, no séc. XIX a política do sanitarismo e busca pela salubridade nos centros urbanos estava em seu auge. Face à isto, muitas intervenções urbanas foram empreendidas em busca da transformação e mudança de espaços simbólicos nas cidades bem como também de melhores condições higiênicas na vida urbana (REIS FILHO, 1994).

“Regularizar, ordenar, organizar, limpar, sanear, embelezar são palavras de ordem de um novo mundo que deseja se distanciar do ambiente colonial.” (CALDEIRA, 2007) Com as diversas intervenções e o contexto econômico pós-revolução industrial a sociedade modificou-se e sua relação com espaço livre público também, a velocidade dos deslocamentos, das notícias e do comércio tornaram fizeram com que a função das praças como pontos de encontro e de comercialização de mercadorias diminuísse consideravelmente.

Lanna (1996) considera que as transformações ocorridas nesse período impuseram novas formas de controle e exclusão social pois estabeleceram distinções no uso nos espaços da cidade, expondo o afastamento entre as classes sociais.

No decorrer do séc. XVIII a praça brasileira passou a ter formas mais geométricas e racionais, já no séc. XIX os projetos de embelezamento e intervenções urbanas marcaram os espaços. Dentro deste contexto, a maior mudança na paisagem foi a inserção dos jardins nas cidades e praças (Figura 17).

De acordo com SEGAWA (1996, p.73) o movimento do salubrismo foi fundamental para a divulgação e a posterior prática do ajardinamento urbano, transformando os antigos largos, terreiros e praças secas:

“O conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico científico. O processo de ajardinamento dos “vazios urbanos” que se registrou nessa época [...] derivou desse furor salubrista.”



Figura 17- O Largo do Paço ou Praça XV após o ajardinamento em 1893.

Fonte: CALDEIRA, 2007.

As praças foram atingidas pela transformação da cidade em seus marcos e símbolos, principalmente em suas formas. Enquanto na cidade colonial as praças destacavam-se pelo seu espaço aberto em meio a ruas estreitas e edificações, com a abertura das grandes vias as praças precisaram ser reinventadas e o caráter estético passou a prevalecer diante do funcional, logo tornaram-se espaços com paisagens ordenadas. Durante o séc. XX propagaram-se as praças ajardinadas com características estéticas do ecletismo ou neoclassicismo (Figura18).

“O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano, não acontecem mais nos largos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas. Assim a praça-jardim deixa de ser [...] o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. A praça agora é um belo

cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio.” (ROBBA e MACEDO, 2002, p. 28)



Figura 18- Praça Paris em 1929

Projeto de Alfred Agache seguindo referencias dos jardins franceses.

Fonte: RIO E CULTURA, 2019.

Segundo Robba e Macedo (2002) esse padrão de praça ajardinada com desenhos detalhistas do espaço, criação de cenários e uso de elementos pitorescos – pontes, cascatas, riachos e lagos – seguiria em voga no Brasil até meados da década de 1950. A quebra desse padrão viria com o processo de metropolização em grandes cidades que viria a mudar a escala urbana e em meio as tentativas de planejamento e ordenamento seriam introduzidos os princípios e teorias do modernismo.

“Pode-se definir essa nova ordem por um certo número de características. Primeiro, a racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias e a criação de estações. Depois, a especialização bastante ativada dos setores urbanos (quarteirões de negócios do novo centro, agrupados nas capitais em torno da Bolsa, a nova Igreja; bairros residenciais na periferia destinados aos privilegiados). Por outro lado, são criados novos órgãos que, por seu gigantismo, mudam o aspecto da cidade: grandes lojas [...], grandes hotéis [...], grandes cafés [...], prédios para alugar. Finalmente, a suburbanização assume uma importância crescente: a indústria implanta-se nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada [...]” (CHOAY, 1979, p.4)

O Modernismo buscava estabelecer o ideograma de novo mundo condizente à “Era da Máquina” sob a hipótese de uma sociedade também modificada racional, sem apego ao

passado e igualitária. Nesse sentido, os espaços simbólicos e representativos em padrões antigos perderam sentido, foi o que ocorreu às praças públicas em relação ao seu destaque como espaço de sociabilidade.

No decorrer dessas transformações, um novo modelo de praça é constituído. Assim, surgiram duas correntes apontaram a morfologia das praças modernistas: a primeira propunha a reformulação da escala dos espaços livres mesmo em espaços urbanos já consolidados, a intenção era que esses lugares se adequassem à ideia de livre deslocamento, como exemplo temos a Praça Sé em São Paulo. A segunda corrente propõe a concepção de novos espaços ajardinados sem, contudo, estarem ligados ao paisagismo da escola francesa, e sim expressarem uma espontaneidade em seus desenhos. Aqui, destaca-se como principal expoente Burle Marx e seu trabalho de composições orgânicas (Figura19) ligadas à valorização da flora brasileira (ROBBA e MACEDO, 2002).



Figura 19- Praça Ministro Salgado Filho em Recife, obra de Burle Marx. Desenho de Larissa Aguiar.

Fonte: VITRUVIUS (2019)

“No Brasil, a praça moderna adquire sua máxima expressão na cidade de Brasília. Como paradigma do urbanismo moderno brasileiro, Brasília constitui um exemplo único de transformação da configuração urbana tradicional. O plano, elaborado por Lúcio Costa, apresenta a proposta de um novo espaço urbano, onde ruas, praças, bairros e casas são substituídos por uma nova espacialidade de eixos, quadras, blocos e espaços livres. A praça, como elemento intrínseco à cidade, comparece reelaborada sob essa ótica da modernidade. O modelo da praça moderna apresenta suas raízes em princípios urbanísticos

internacionais que serviram como referência para a prática urbana brasileira.” (CALDEIRA, 2007, p. 267)

Dentre os espaços livres presentes no Plano Piloto de Brasília, existem dois espaços que são fundamentais para o entendimento evolutivo das praças brasileiras são eles: a Praça dos Três Poderes e as superquadras.

A Praça dos Três Poderes (Figura 20) é o espaço livre mais simbólico da cidade - capital, com o eixo monumental partindo dela entende-se que a simbologia dos três poderes fundamentais constitui ali o centro do poder político. Caldeira (2007) expõe a relação conceitual entre a Praça dos Três Poderes e as praças cívicas da Antiguidade representando simbolicamente e espacialmente centralizando e estruturando a malha urbana. MARX (1980, p.50) compara a Praça dos Três Poderes à Praça Municipal de Salvador, a qual seria a primeira praça cívica do Brasil:

“A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador. Voltada para o mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital. É conhecida de todos por estar servida pelo elevador Lacerda [...] Ela é antecessora da atual Praça XV de Novembro no Rio, que aliou a igreja que serviu de catedral ao paço dos governantes da colônia e do Império, embora não tivesse sido para isso concebida, assim como da Praça dos Três Poderes, que hoje reúne no coração do país os principais edifícios da República. Três capitais, três praças cívicas. A primeira e a última criadas para tal; as três abertas em um dos lados. As duas mais velhas para o mar como se abre para o Tejo a Praça do Comércio, antigo Terreiro do Paço, em Lisboa; a terceira voltada para o alvorecer do Planalto Central, num gesto de esperança. São logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós. Cumpre entendê-los, respeitá-los, recuperá-los, defendê-los”

Em contraponto com a escala monumental, na escala residencial Lúcio Costa buscou recuperar o convívio social ao estabelecer as superquadras:

“um conjunto de edifícios residenciais sobre pilotis (que tem em Brasília, pela primeira vez, presença urbana contínua) ligados entre si pelo fato de terem um acesso comum e de ocuparem uma área delimitada – no caso, um quadrado de 280 X 280 metros, a ser cercado dos quatro lados com renques de árvores de copa densa, e uma população de 2.500 a 3.000 pessoas.” (COSTA e LIMA, 1985, p. 25)

Nas superquadras (Figura 21) o espaço público é que delimita e condiciona o espaço privado, os edifícios residenciais são construídos sobre projeções, de modo que o pavimento térreo é de uso público. Dessa forma os equipamentos públicos são distribuídos para incentivar a sociabilidade e favorecer a circulação dos pedestres, as bordas das superquadras possuem um cinturão verde, fortalecendo a escala doméstica.

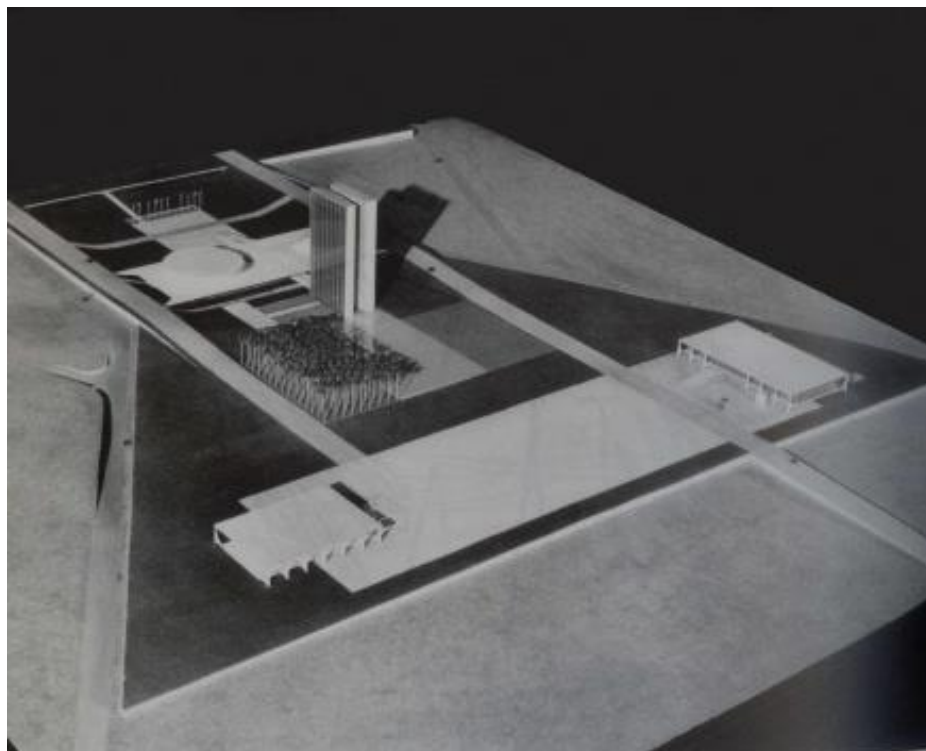


Figura 20 - Maquete da Praça dos Três Poderes.

Fonte: VITRUVIUS, 2010



Figura 21- Espaços livres na Superquadra 308 Sul – Brasília

Fonte: IPHAN, 2015.

Eugênio Queiroga (2003) a esfera de vida pública tem sido ideologicamente e estrategicamente desprezada afim de uma dominação social, nesse sentido ao pensar as

praças contemporâneas afirma que são espaços fundamentais para a cidade, para o exercício da cidadania, levantando assim alternativas para condições alienantes em que vivemos.

A palavra – chave para as praças contemporâneas é a diversidade, pois devem apresentar discursos para atender os diversos grupos ou grupos sociais, bem como sua construção e/ou administração podem ir além com as conhecidas parcerias entre administração públicas e empresas, movimentos sociais, associações de bairro e etc.

O programa funcional da praça contemporânea (Figura 22) é pluralista e parecido com o da praça moderna, porém com a retomada da função comercial banida durante o ecletismo. Esta liberdade programática tem permitido aos arquitetos paisagistas associar as apropriações do espaço à diversas propostas funcionais, afim de atender comunidades diversas (Robba e Macedo, 2002).

	PERÍODO			
	COLONIAL	ECLÉTICO	MODERNO	CONTEMPORÂNEO
FUNÇÃO DA PRAÇA	Convívio social Uso religioso Uso militar Comércio e feiras Circulação Recreação	Contemplação Passeio Convívio social Cenário	Contemplação Recreação Lazer esportivo Lazer cultural Convívio social Cenário	Contemplação Recreação Lazer esportivo Lazer cultural Convívio social Comércio Serviços Circulação de pedestres Cenário

Figura 22- Tabela demonstrando a funcionalidade das praças em relação à estética predominante de cada época.

Fonte: ROBBA E MACEDO (2002).

Para Robba e Macedo (2002) o projeto da praça contemporânea se baseia na liberdade e na profusão de temas e linguagens, o que pode possibilitar o atendimento a uma sociedade tão heterogênea. Em muitas ocasiões, o projeto pode ser realizado pela necessidade de revitalização ou reconfiguração do espaço livre, com peculiaridades formais como a presença de colagens decorativas, formalismo gráfico em oposição à praça ajardinada, criação de cenários.

Para Queiroga (2003, p.1) “o que define a praça é o que nela se realiza.” Portanto, o programa da praça precisa respeitar as apropriações anteriores. A linguagem arquitetônica se põe deste modo em menor importância do que o sucesso da praça frente a comunidade, a questão central do projeto diz “menos à visualidade da paisagem e mais à visibilidade dos lugares.”

A Praça das Águas faz parte de um complexo de equipamentos de lazer em Boa Vista – Roraima (Figura 23) foi requalificada em 2015 e exemplifica a diversidade de funções e apropriações das praças contemporâneas. O projeto tem diversas áreas de lazer esportivo, recreação infantil, comércio de produtos locais e área de alimentação. Como elementos inusitados, a Praça das Águas conta com diversas fontes de água dançantes que são alimentadas por energia solar, além disso a praça conta também com luzes de emergência, pontos para carregar os celulares e rede WI-FI pública. A requalificação contou também o restauro do mural artístico de autoria de Francisco Brennand, umas características mais representativas da praça. Com a última intervenção a Praça das Águas tornou-se o espaço livre público mais utilizado da cidade, a prefeitura de Boa Vista estima que mais 2 mil pessoas utilizem a praça semanalmente.



Figura 23- Praça das Águas em Boa Vista - Roraima.

Fonte: RORAIMA EM FOCO, 2019.

1.4 Cultura, Identidade Cultural e Memória

Inicialmente, o termo Cultura teve seu significado atribuído a duas denotações, na primeira, vinculada a tradição grega, a cultura significaria a formação do homem como indivíduo correspondendo assim a sua busca de conhecimento relacionado as expressões sociais, artes e ofícios.

Posteriormente, a cultura tem sido entendida como a designação dada a um determinado conjunto de técnicas, tradições e instituições capazes de caracterizar um determinado grupo, assim é também vista como instrumento de normatização social. Englobando as questões econômicas, técnicas e sociais do grupo a que se refere (ALMEIDA E GUTIERREZ, 2004, p.48).

O antropólogo Clifford Geertz (1989) descreve a cultura como um sistema simbólico que expressa as relações próprias de uma comunidade, e ultrapassa gerações tornando-se um sistema de ações conjuntas identificadas por ideologias, crenças e formas de ser.

Ao longo do tempo, as noções de cultura foram modificadas e conforme Peter Burke até o séc. XVIII, o termo era entendido por “O termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música (...) hoje contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante” (BURKE, 1989, p.25).

Burke (1989) busca na teoria do antropólogo Robert Redfield um ponto de apoio para definir o entendimento entre os termos e o surgimento da cultura erudita e da cultura popular. De acordo com ele as sociedades tribais eram pequenas, isoladas e autossuficientes, de modo que seus componentes partilhavam valores básicos, símbolos e mitos. No entanto, com o advento da Idade Média e elaboração de uma sociedade estratificada, em que havia uma minoria que sabia ler e escrever e a maioria analfabeta. Tal fato resultou na estratificação cultural, dividida em “grande tradição” pertencente a minoria culta seria ensinada em universidades e tornar-se-ia a chamada “cultura erudita” enquanto a “pequena tradição” pertencente a maioria da população era ensinada pela família e pela comunidade, seria então chamada de cultura popular.

Posteriormente, com a ocorrência da 1ª Revolução Industrial, o impacto provocado pela mesma na economia, nas relações de trabalho, na ocupação das cidades e no mercado de notícias impactou direta e profundamente na cultura popular, principalmente no que diz respeito ao sentido material. A padronização dos objetos afetou diretamente a produção artesanal e muitas técnicas foram substituídas, o crescimento das cidades afastou a população do campo e posteriormente criou outros tipos de entretenimento cultural.

Bosi (1986) afirma que a crise da cultura popular afastada do folclore presente no campo, forneceu os subsídios para o surgimento da cultura de massa, definida essencialmente pelos meios de capital, sem muitas distinções sociais ou isolamento, tornando-a uma cultura incorporada a todos, manipulando a sensibilidade e inteligência da população.

Porém, para Santos (1994, p.83) é importante ver a cultura como algo dinâmico, pois “se a cultura não mudasse, não haveria o que fazer senão aceitar como naturais as suas características e estariam justificadas, assim, suas relações de poder.” Ou seja, a dinamicidade da cultura nos permite modificar o meio natural e entender nossas realidades, os processos históricos que construíram a sociedade, bem como perceber a nossa própria cultura.

Outra questão fortemente transmitida pela cultura é a noção de identidade, que nos caracteriza pessoalmente ou como pertencentes a um certo grupo social. Assim, Stuart Hall (2006) destaca que a noção de identidade cultural corresponde ao nosso sentimento construído de pertencimento a cultura que absorvemos desde que nascemos.

Contudo, a caracterização das sociedades modernas pautadas nas mudanças constantes e na globalização, tem fragilizado a noção de uma identidade única e estável aos sujeitos. De modo que, a percepção de identidade passou a ser definida historicamente e de modo mutável, onde o indivíduo assume identidades diferentes em diversos momentos.

“A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar” (HALL, 2006, p. 13)

Assim, recorremos a memória como instrumento de rememoração e construção identitária, num tipo de memória classificado por Candau (2011) como metamemória, correspondente a memória coletiva, que pode ser compartilhada pois trata-se de um conjunto de representações. Tais representações, ele define como “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória que supostamente é comum a todos os membros do grupo” (CANDAU, 2011, p.24). Ao relacionar metamemória e patrimônio histórico e cultural, o autor afirma que o patrimônio é uma prática da memória em que esta exerce um projeto de afirmação de si mesma (ibid. p.163).

Como patrimônio histórico e cultural, temos espaços potencializadores do exercício da memória, espaços estes que Pierre Nora (1993) definiu como:

“Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os

particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.”(NORA, 1993, 12-13).

Compreendemos que o lugar de memória é configurado por um conjunto de lugares que trazem à tona o que restou e se perpetuou da cultura produzida em outros tempos. Esses locais ativam a memória de uma comunidade (Figura 24) fazendo com que estes identifiquem naquele espaço aspectos fundamentais de sua identidade coletiva.



Figura 24 - Memorial do Santoamarense, evento realizado na Praça Cel. Jacinto Ribeiro.

Fonte: Acervo Ciranda Alternativa, 2017.

1.5 Lugar e Paisagem Cultural – meios de interpretação e preservação

O conceito de lugar perpassa diversas escalas espaciais como: comunidades, lares, Estados e está diretamente ligado aos preceitos pertencentes aos diversos grupos sociais. O lugar pode ser considerado um espaço repleto de complexas variáveis que incluem uma combinação do meio ambiente, relações, padrões sociais e possibilidades técnicas, desta forma possui peculiaridades que o tornam um *locus* particular (MASSEY, 2000).

Consequentemente, o lugar desempenha o papel de ser o elemento de ligação entre diversos grupos sociais, como também individualmente pode despertar diversas emoções e a

rememoração de vivências, de modo que o lugar não deve ser visto como um palco neutro para a vida social (SANTOS, 1985).

“E, assim, existe “lugar”. No contexto de um mundo que é, certamente, cada vez mais interconectado, a noção de lugar (geralmente citado como “lugar local”) adquiriu uma ressonância totêmica. Seu valor simbólico é, incessantemente, mobilizado em argumentos políticos. Para alguns, é a esfera do cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado, vital como ponto de apoio, enquanto “o global” tece suas teias, cada vez mais poderosas e alienantes. Para outros, “um refúgio no lugar” representa a proteção de pontes levadiças e a construção de muralhas contra as novas invasões. Lugar, através dessa leitura, é o local da negação.” (MASSEY, 2008 p.24 a 25)

Para Harvey (2004) no lugar podem ser observados modos de vida e formas de relacionamentos sociais e de produção, crenças e estruturas sociológicas expondo a identificação dos grupos sociais e suas atividades. Mas, é preciso ressaltar que os grupos não serão homogêneos ou isolados, mas sim constituídos de diversos indivíduos que constroem incessantemente o sentido de lugar.

Anne Cauquelin (2007) afirma que os primeiros contornos de Paisagem como termo e noção seriam definidos entre a Holanda e a Itália em meados de 1415. Nesse momento, estava diretamente ligado à pintura e às noções de perspectiva e tratava especificamente da representação de elementos componentes de uma determinada vista da natureza ou do meio urbano.

“Tomada exclusivamente no contexto da pintura, a paisagem seduziria, pois, a uma representação figurada, destinada a seduzir o olhar do espectador, por meio da ilusão de perspectiva. A inesgotável riqueza dos elementos naturais encontraria um lugar privilegiado, o quadro, para aparecer na harmonia emoldurada de uma forma, e incitaria então o interesse por todos os aspectos da Natureza, como por uma realidade à qual o quadro daria acesso.” (CAUQUELIN, 2007, P.37)

O termo paisagem trabalhado pela geografia determinista foi fundamentado por um artigo escrito pelo geógrafo Carl Ortwin Sauer, denominado “ A morfologia da Paisagem” de 1925, no qual Sauer afirma a importância científica do estudo da paisagem, em que esta deveria ser analisada em suas formas e materiais afim de entender como esta é transformada pela cultura. Segundo Ribeiro (2007) as primeiras considerações da relação cultura – paisagem foram delineadas pelo geógrafo alemão Otto Schlüter que utilizou os termos *Kulturlandschaft* para paisagens transformadas por influências do homem e *Naturlandschaft* para paisagens naturais e intocadas pelo homem.

Partindo desses conceitos, Carl Sauer definiu que a paisagem cultural seria o produto da intervenção de um determinado grupo cultural sobre a paisagem natural. Em que a cultura seria o agente e a paisagem natural o meio de ação, resultando na paisagem cultural.

Na década de 1960, a paisagem passou a ser estudada também em aspectos simbólicos, valorizando assim seu viés subjetivo. Já nos anos de 1980, essa abordagem ficou conhecida como uma das principais características da “Nova Geografia cultural”. Para este movimento, a paisagem era atribuída de sistemas de valores humanos de modo que a estética da paisagem seria uma criação simbólica (Ribeiro, 2007).

O estudo aprofundado sobre a relação entre paisagem, os aspectos intangíveis que as cercam e os seres humanos podem ser fundamentais para o entendimento de algumas culturas e seus símbolos; logo, fornece um amplo campo de análise sobre as preferências humanas.

Dentro desta corrente se destaca a produção de Tuan (1980), salientando a associação entre as impressões deixadas pelo homem na paisagem ao conceito de lugar, de modo que estes expressariam ao indivíduo noções de cultura e pertencimento. Para Tuan, a apreciação estética e/ou visual, aliada a percepção dos sentidos e as nossas noções culturais, nos permite encontrar o sentido de lugar, assim é dada a Topofilia – o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente apreciado.

Para Augustin Berque (2004, p. 84) “a paisagem é uma *marca* pois expressa uma civilização, mas também é uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação- ou seja da cultura.” Assim, Berque defende que é preciso compreender que uma paisagem pode ser apreendida e julgada por uma estética, política ou moral e ao mesmo tempo tornar-se modelo ou influência para tais valores. De tal forma, a paisagem está impregnada de cultura e valores simbólicos.

Entendendo a paisagem como um complexo “texto cultural” que também pode corresponder a uma “maneira de ver” ou mesmo uma forma de tentar ordenar o mundo em cena harmônica, Denis Cosgrove (2004) buscou sistematizar critérios que possibilitassem a leitura das paisagens simbólicas. Neste sentido, ele destaca três principais implicações: I) “um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial”; II) “unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente”; III) “a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo.” (COSGROVE, 2004, p.99)

Nesse sentido Tuan (1980) descreve parte do simbolismo expresso nas paisagens do campo e da cidade:

“Dos múltiplos e variados motivos para mudar-se para o subúrbio, a busca de um meio ambiente saudável e de um estilo de vida informal estão entre os mais antigos. Temos repetidamente observado como o sentimento pela natureza e vida rural é encorajado pelas pressões da vida urbana. O meio ambiente da cidade é ao mesmo tempo sedutor e irritante, bonito e desagradável. Os ricos sempre puderam escapar disso saindo para descansar em suas casas de campo. No mundo ocidental o sentimento pela natureza culminou com o movimento romântico dos séculos XVIII e XIX (...). A cidade simbolizava corrupção (...). O campo simbolizava a vida: a vida revelada nos frutos da terra, nas coisas verdes que crescem, na água pura e no ar limpo, na saudável família humana.” (TUAN, 2012, p. 324-325)

Cosgrove (ibidem, p. 103) defende que para entender os atributos culturais de uma paisagem devemos “entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, representar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos.” O autor ressalta ainda os diferentes pontos de vista existentes numa sociedade e que “o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder.” Portanto, é necessário atentar-se que um grupo dominante “pode” reproduzir normas culturais e estabelecer valores pertencentes às camadas dominantes fazendo-os parecer e serem entendidos como “senso comum”. É possível observar e entender estes símbolos e valores pois comumente estes aparecem representados em pinturas, cartões postais e principalmente em anúncios de revistas e televisão. Mesmo em paisagens com simbologias atribuídas ao grupo dominante podem existir aspectos que referem-se às culturas alternativas, as quais Cosgrove denomina e exemplifica como: Cultura residual – símbolos, valores ou mesmo elementos físicos que remetem ao passado; Cultura emergente – apresenta símbolos estão relacionados a uma mudanças futuras na sociedade e cultura dominante em si; Cultura excluída – apresentam simbologias ligadas à grupos que são ativamente ou passivamente suprimidos da narrativa principal.

Para Cosgrove (ibidem, p. 109) a leitura e compreensão das paisagens deve imbuir-se, em um primeiro momento, de nossa interpretação dos seus significados. Ademais, deve-se estar preparado e disposto a fazer “a pergunta inesperada e estar aberto a desafios e suposições...”, também deve-se observar o passado a partir de produtos culturais como: filmes, pinturas, documentos, fontes orais e de arquivo e por fim, manter-se atento para não deslocar a paisagem de seu contexto de tempo e espaço.

Percebendo que o simbolismo cultural e a forte divulgação de paisagens simbólicas que favorecem a construção e a propagação de culturas e maneiras de viver, David Meining (1979) discorreu sobre o que ele chamou de “paisagens ordinárias” ou mesmo paisagens comuns da América do Norte, que são facilmente identificadas como pertencentes ou que

contém símbolos de uma determinada cultura, para ele essas paisagens podem servir de referências a um tipo de lugar. Embora existam símbolos comuns em muitas dessas paisagens, Meinig afirma que é possível distinguir lugares específicos graças as associações entre forma, conteúdo e função.

Assim como Cosgrove, Meinig (1979, p. 173) percebe que recorrentemente as paisagens simbólicas evocam a realidade e vivência de um grupo social dominante e são descritivas de sua economia, preferências e estrutura sociais. Partindo dessas reflexões o autor buscou elaborar questões que possam auxiliar a leitura de paisagens, são elas:

1. Como eram as paisagens que servem como bases para estes símbolos? - Com esta pergunta o autor indica a necessidade de conhecermos as paisagens desde sua estrutura morfológica, evolução histórica e consequentes alterações de significado da mesma. Para Meinig também é importante evitar clichês e estereótipos que podem ocorrer junto à presença de alguns símbolos.

2. Como paisagens reais tornam-se paisagens simbólicas? - Esta questão aborda a identificação de quais aspectos e simbólicos estão presentes nos cenários escolhidos. Para tanto, o autor sugere a análise das representações paisagísticas presentes nas mídias visuais e na literatura, enfatizando realizar essa leitura em materiais realmente populares e próximos ao cotidiano da temática analisada.

3. Como podemos avaliar o impacto, o poder, do símbolo? – Meinig (1979, p. 176) defende que este questionamento deve partir da "própria paisagem para ver o que podemos encontrar de como a substância é moldada pelo simbólico" no sentido de elaborar como as paisagens podem vir a expressar determinados valores. Por conseguinte, devemos buscar compreender os padrões regionais, numa delimitação do alcance do reconhecimento dos padrões simbólicos identificados.

4. Como definimos e avaliamos o significado da diferença entre o ideal e o real? - Para o autor essa questão deve promover uma reflexão entre a idealização imagética reproduzida midiaticamente e os reais conflitos e interações sociais presentes no lugar. Isso é importante porque as representações idealizadas dificilmente correspondem e contemplam todas relações e grupos sociais existentes na paisagem, e consequentemente deslocam as paisagens do seu contexto real.

5. O que esse triplo conjunto de símbolos nos diz sobre a América? – Nesta questão Meinig (ibidem,178) refere-se especificamente as paisagens americanas por ele analisadas no texto em questão. Porém, num contexto geral em que este questionamento fosse aplicado a outro conjunto de paisagens de uma outra região, ainda é pertinente questionar-se acerca

dos símbolos nessas propagandas; assim, é possível compreender porque foram elegidos como símbolos representativos do lugar.

6. O que está acontecendo? Existe qualquer novo padrão discernível nas paisagens de comunidades americanas? – Assim como na questão anterior, o autor retoma as paisagens americanas; contudo, a questão também pode ser utilizada em outras análises para entender se nas paisagens analisadas existem referências que indiquem mudanças desde os padrões culturais, de consumo ou nas questões morfológicas da cena. A identificação de novos padrões tem relevância especial pois interferem, positiva ou negativamente, direto na toponímia e nas questões intangíveis.

Em meados dos anos de 1970, as ideias de Paisagem Cultural e Lugar fundamentaram e deram corpo à atual noção de patrimônio imaterial, onde os aspectos subjetivos atribuídos à paisagem e ao lugar passaram a valer para o reconhecimento do simbolismo destas para determinadas comunidades. Dessa forma, tanto as dimensões físicas e objetivas quanto as dimensões simbólicas e subjetivas possibilitam a leitura das paisagens, algo que permite o entendimento das complexidades que envolvem um determinado ambiente e a cultura local.

Essas concepções fundamentaram um elo entre paisagem, lugar e patrimônio cultural e posteriormente, essa vinculação tornou-se categoria operacional para preservação do patrimônio cultural (Ribeiro, 2007).

Dentro do universo das cartas patrimoniais¹¹, a Carta de Machu Pichu (1977) aprofundou a noção de que o caráter e a identidade das cidades são resultado da “[...] sua estrutura física, mas também [das] características sociológicas” (p. 241)

Mais tarde, a Carta de Washington (1986) publica o conceito “Cidade–documento”¹² fundamentado na leitura histórico social que as cidades possibilitam a partir das suas características morfológicas, sejam elas: traçado; dimensões dos lotes; uso e ocupação do solo ou aspectos arquitetônicos: particularidades estilísticas, volumetrias e tipologias. Em outras palavras, os elementos compositivos da paisagem cultural são fundamentais para a manutenção de ambiências históricas.

¹¹ As Cartas e recomendações são formadoras de conceitos e princípios. Dizem respeito, entre outros temas, àqueles ligados à preservação e conservação dos chamados Bens Culturais. Estes documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais.

¹² O conceito de Cidade-documento foi definido na Carta de Washington – Carta Internacional de Salvaguarda para Cidades Históricas. (ICCOMOS, 1986)

A Recomendação R(95) Europa definia as áreas de paisagem cultural como lugares formados pelo “agenciamento natural e humano, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço [...] refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.” Este documento também considera a paisagem cultural um objeto de estudo multidisciplinar, expressa a necessidade de alinhamento entre a preservação das paisagens com o desenvolvimento sustentável definindo que para esse objetivo ser atingido deve haver alinhamento entre o planejamento econômico e as políticas de preservação.

A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) em 1999, estabeleceu que:

“Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem [...] são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões.” (UNESCO. Convenção do Patrimônio Mundial, 1999).

Em 2009, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ponderou que a definição de paisagem cultural brasileira seria “[...] a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas, ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009)

A Carta de Machu Pichu (1977) define que o caráter e a identidade das cidades são resultado da “[...] sua estrutura física, mas também [das] características sociológicas” (p. 241).

Em suma, a paisagem e o lugar apresentam a possibilidade de leituras socioculturais e históricas; sua análise pode relevar aspectos essenciais para a preservação da identidade das comunidades e inclusive possibilitar a inclusão de novas perspectivas e atrativos que ajudem a preservá-los.



Figura 25- Vista do Rio Sergipe a partir do Porto das Canoas.

Fonte: Autora, 2019.

1.6 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Em *Patrimônio e Mundialização* (2005), a historiadora Françoise Choay afirma que a primeira noção, ao tratarmos do termo patrimônio, refere-se diretamente a ordem genealógica, pois em seu sentido inicial está relacionado aos bens de herança transmitidos pela família aos indivíduos.

A ampliação do significado de patrimônio deu-se a partir do impacto da Primeira Guerra Mundial sobre os bens do Estado e Igreja. De forma que no primeiro congresso internacional de conservação histórica e artística dos monumentos, realizado em Atenas (1931, p.106) foi-se referido a esses bens como “patrimônio artístico e arqueológico da humanidade, com interesse para a comunidade de Estados, guardiães da civilização”.

Com as ondas de globalização que acarretaram numa certa uniformização do mundo, as quais estão intrínsecas à questão das identidades pós-modernas abordadas por Stuart Hall (2006), Castriota afirma que “Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel

central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente” (CASTRIOTA, 2009, p.11).

Como consequência destes processos, o Patrimônio Histórico e Artístico que anteriormente definia apenas os grandes monumentos do passado, teve sua noção ampliada e passou a ser definido como o conjunto de bens culturais pertencentes as mais diversas comunidades.

Para Lemos (2004) o termo Patrimônio Histórico e Artístico abrange um segmento de acervo bem maior, conhecido como Patrimônio Cultural que de modo simplificado seria o conjunto de bens imateriais ou materiais que ajudam a manter e identificar características de uma determinada comunidade.

Lemos (ibidem) segue as definições feitas pelo professor e assessor da Unesco Huhgues de Varine Boham (1974) o qual sugere que o Patrimônio Cultural seja dividido em três conjuntos de categorias. A primeira categoria engloba os elementos pertencentes à natureza, ou seja, são os recursos naturais que possibilitam a sobrevivência do ser humano e desse modo influenciam diretamente a cultura de uma região, podendo ser exemplificados pela diferença de costumes locais de regiões litorâneas em contrapartida com costumes de presentes nas regiões serranas.

Para Boham (ibidem), o segundo grupo compreende os conhecimentos técnicos, o saber e o saber-fazer são elementos denominados como não-tangíveis ou patrimônio imaterial, caracterizados por serem cunhados a partir da capacidade inventiva e técnica de um povo, englobando assim desde técnicas construtivas até crenças religiosas, danças (Figura 26) e a culinária local.

O terceiro grupo reúne os bens culturais tangíveis ou patrimônio material, dizendo-se a respeito de objetos, artefatos e construções, de modo que são produtos diretos dos dois grupos anteriores, ou seja, do ambiente e do conhecimento adquirido na lida com a natureza. A esse grupo cabe desde o machado de pedra polida até as cidades e suas construções.



Figura 26- Batalhão São Pedro em cortejo folclórico nas ruas de Santo Amaro das Brotas.

Fonte: Acervo Ciranda Alternativa, 2018.

Os conceitos complementam-se e dão ao patrimônio cultural um novo aspecto a ser considerado: a imaterialidade, que dá significância única à materialidade. Ao unirmos todas as categorias, estas constituem as referências culturais que dão sentido e constroem matrizes de identidade e cultura.

2 MEIOS E MATERIAIS

Os métodos utilizados como base para elaboração deste trabalho foram definidos e, em sua maioria, postos em prática ao longo do curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio. Cabe destacar os trabalhos executados durante os Ateliês, entre eles: a fase de levantamentos cadastrais e pesquisa histórica inicial realizada durante o Ateliê 1, enquanto durante o Ateliê 2 os conhecimentos foram ampliados na elaboração de um quadro teórico que revisou o projeto de pesquisa inicial, bem como foram iniciados os estudos sobre as Zonas de Proteção. Posteriormente, no Ateliê 4 passamos a definir os conceitos a serem apresentados bem como os produtos finais desta pesquisa.

Enquanto no Ateliê 3 realizamos uma análise geobiofísica dos sistemas de espaços livres fundamentadas nos exercícios propostos. O Exercício tinha como objetivo entender os padrões morfológicos da paisagem e aspectos funcionais de parte dos sistemas de espaços livres do recorte urbano que cabe à pesquisa do discente. O segundo exercício, procura demonstrar as relações dicotômicas existentes entre dois espaços livres que fazem parte do sistema estudado no primeiro exercício, neste caso a Praça Cel. Jacinto Ribeiro e a Praça São Benedito.

Posteriormente, os produtos destes trabalhos foram sistematizados e serviram como base para o desenvolvimento desta dissertação. Com o final do período do curso presencial, outros métodos foram desenvolvidos junto à comunidade santoamarense com o objetivo de aproximar a teoria da prática e assim, entender como se dá o uso dos espaços livres na cidade. Para a elaboração das atividades práticas junto a população, foram utilizadas as seguintes metodologias:

2.1 Mapeamento Cognitivo com crianças

Como meio de ativar a participação popular na construção do projeto de intervenção proposto na Praça Cel. Jacinto Ribeiro, buscamos entender as percepções e emoções das crianças diante do espaço da praça. O mapeamento cognitivo possibilita a leitura dos espaços a partir da percepção dos sujeitos, de modo que podemos entender suas preferências e necessidades. Partindo dessa leitura, é possível transgredir noções pré-determinadas e compreender a visão dos usuários do espaço e atendê-los, consequentemente, se aplicarmos suas percepções na reestruturação de um novo espaço.

A inspiração para esta atividade partiu das pesquisas realizadas pelo Grupo Ambiente Educação (GAE – UFRJ) que tem como foco principal a análise de ambientes destinados à educação infantil. Conceitualmente, o GAE busca entender o papel, as necessidades, desejos e afetividade (Topofilia) dos usuários- sujeitos diante dos ambientes construídos. O GAE destaca que:

“ [...]a Análise das relações entre os arranjos espaciais e o ambiente construído e sua influência nas questões relacionadas com a habitabilidade, incluindo o conforto de adultos e crianças que vivenciam estes ambientes. A aproximação entre áreas de conhecimento como a arquitetura, a psicologia e a educação ambiental contribui para uma compreensão do ambiente destinado à educação infantil, refletindo no próprio processo de concepção projetual destes ambientes, que deverá integrar objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais, sob a ótica da sustentabilidade e da inclusão [...]”

As crianças, ao vivenciarem e estabelecerem um território criam e compartilham com os demais uma relação de identidade, vivenciando a infância dentro das relações sociais que compõem o território¹³. Em meio aos diferentes contextos da infância, das diferentes situações sociais e culturais, é possível perceber que as crianças ao se apropriarem dessas situações reconfiguram e reconstroem lugares (LOPES, 2006).

Tonucci (2009) afirma a importância de as crianças terem acesso aos espaços livres públicos com autonomia para que tenham o desenvolvimento psicossocial necessário, assim, esta atividade teve como objetivo incluir e entender o processo de territorialização das crianças nas praças de Santo Amaro das Brotas. O autor também destaca que uso dos espaços livres por crianças consegue atrair a atenção dos adultos para cidade, tornando-as mais seguras para ambos.

O mapeamento aplicado com as crianças permite que elas não somente internalizem a cultura e a sociedade, mas que se tornem sujeitos ativos na produção cultural e no desenvolvimento do projeto em questão. (CORSARO, 2003).

Flora Fernandez em sua dissertação *A Criança e a cidade* (2017) destaca que ao aplicar esse tipo de mapeamento ao público infantil, devemos buscar nos aproximar da percepção das crianças em que o território é imbuído de ressignificados elaborados em conjunto com a imaginação. Ainda que a construção de espaços livres urbanos que possibilitem a autonomia e o desenvolvimento das crianças é fundamental, pois possibilita-lhe compreender a cidade, expondo-se a situações diversas as crianças podem melhor desenvolver suas capacidades motoras, sociais e cognitivas.

¹³ O conceito de Território aqui empregado não só significa um espaço definido e delimitado a partir de poder, mas também carregado de simbolismos e materialidade. (GOMES, 2016)

2.1 Processos Participativos para repensar Espaços Livres Públicos

Em uma pequena cidade, as características de sociabilidade nos espaços livres públicos são potencializadas pois a comunidade se baseia na proximidade, seja ela relacionada as pequenas dimensões do espaço ou dando forma as relações humanas (GATTI E ZANDONADE, 2017).

Estas particularidades fazem com que os espaços necessitem de um direcionamento específico e seus projetos sejam pautados na construção coletiva. Do mesmo modo em que permitem aprender o sentido de coletividade no desenvolvimento de estratégias conjuntas, ativando noções de cidadania e dificultando processos de corrupção. Em seu manual *Espaços Públicos – Leitura urbana e metodologia do projeto*, Gatti e Zandonade (2017), salientam que:

“No Brasil, a lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, Estatuto da Cidade, determina que toda política urbana tem como uma de suas diretrizes gerais a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (artigo 2º, inciso II, 2001 apud Gatti e Zandonade 2017,p.16).

Assim, compreendemos que os processos participativos podem contribuir a:

- Fomentar e legitimar decisões,
- Fornecer subsídio para a construção de projetos únicos e de maior qualidade pois estes são elaborados em conjunto com a comunidade;
- Facilitar a troca de saberes populares;
- Incitar e promover aprendizado social;
- Diminuir os riscos do projeto não ser executado.

Entretanto, Gatti e Zandonade (2017) salientam que existem critérios gerais para desenvolver um projeto participativo, são eles:

- Comunicação objetiva e transparente, afim de explicitar possíveis conflitos existentes no projeto e apresentar informações sobre os procedimentos e andamentos.
- Favorecer a participação de diferentes grupos de interesses, fornecendo apoio e suporte a grupos e indivíduos historicamente invisibilizados e discriminados socialmente, como negros, indígenas e mulheres;
- Promover meios de monitoramento e avaliação do processo.

O planejador deve manter-se sensível as particularidades e contextos social e cultural onde o processo será aplicado, para assim elaborar metodologias adequadas para cada comunidade.

O processo participativo envolve oficinas participativas que podem ser formatadas de acordo com as formas de participação, os tipos de oficinas mais utilizados são:

Participação por representação de agente e grupos – neste tipo, os indivíduos divididos e representados por grupos de interesse presentes na comunidade. Neste caso, é imprescindível a compreensão prévia das redes de interesse presentes no local do projeto, para que a consulta seja democrática e os mais diferentes grupos sejam representados;

Participação direta em oficinas abertas – Os indivíduos são representados por si mesmos, num exercício direto da democracia. Esse tipo de metodologia permite que toda e qualquer pessoa participe do processo participativo.

Combinação de representação + participação direta – Une os métodos citados acima, maximizando os pontos positivos de cada tipo. Possibilitando a ampliação da escuta da comunidade.

Em uma sociedade desigual em que a representatividade não chega à todos, a importância do processo participativo se dá justamente na oportunidade da construção de espaços e de uma convivência mais igualitária, dando voz e escuta aos anseios pertencentes aos mais diversos grupos e indivíduos.

CAPÍTULO 3 – AS PRAÇAS NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE SANTO AMARO DAS BROTAS

3.1 Histórico, formação urbana e aspectos sociais

Os espaços escolhidos como objeto de estudo foram a Praça Cel. Jacinto Ribeiro, a Praça de São Benedito e seus entornos imediatos, com a intenção de compreender as relações existentes e fatores ambientais e sociais que consequentemente definem estes espaços.

A escolha se deve ao fato de ambos estarem localizados no núcleo urbano inicial da cidade de Santo Amaro das Brotas – SE (Figura 28), a qual consta entre os primeiros núcleos de povoação de Sergipe, tendo sua área conquistada em meados de 1590. A cidade, à época Vila, viveu um grande apogeu econômico e consequentemente populacional, graças à produção canavieira no século XVIII, e teve seu declínio no final do século XIX.

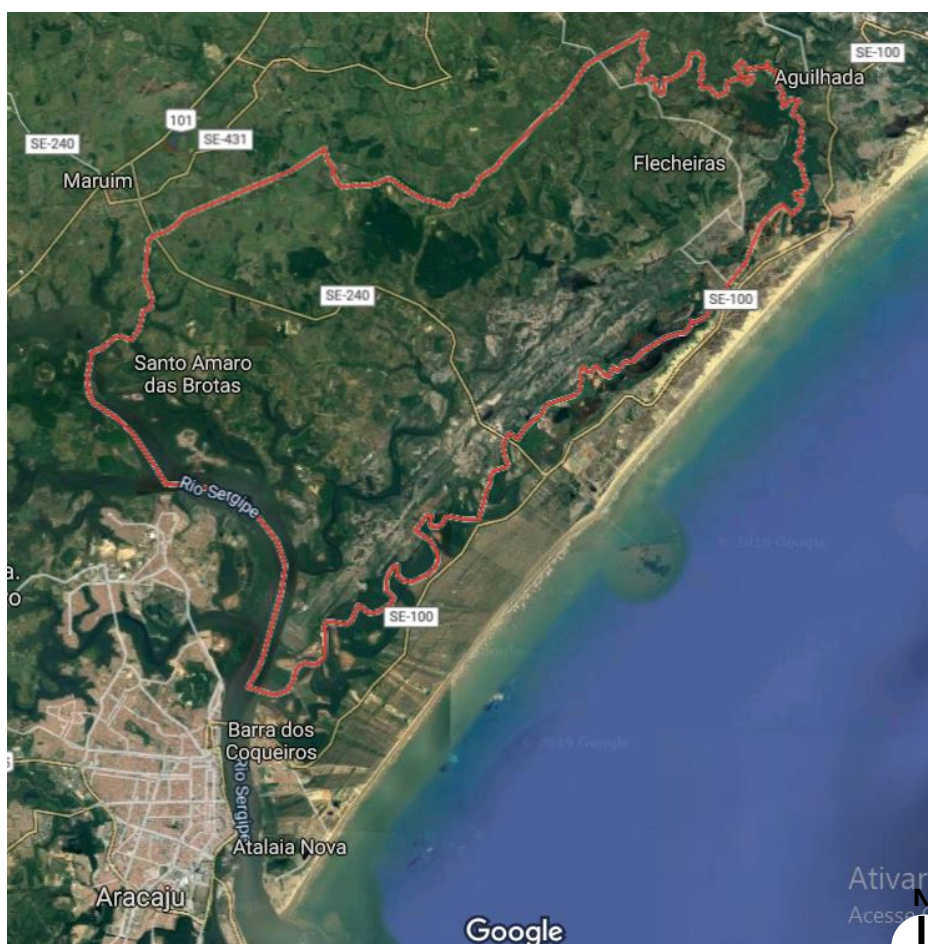


Figura 27- Em vermelho a demarcação territorial da cidade de Santo Amaro das Brotas demonstrando suas principais estradas e cidades limítrofes à noroeste, Maruim; à sudoeste Aracaju e ao sul temos a Barra dos Coqueiros.

Fonte: GOOGLE, 2019.

Santo Amaro das Brotas está distante cerca de 37km da capital Aracaju, possui cerca de 12.086 habitantes (IBGE, 2016). Localiza-se na microrregião do Cotinguiaba (Figura 29), fazendo parte da mesorregião do Cotinguiaba localizada no Leste de Sergipe, estando inserido entre as bacias hidrográficas dos rios Sergipe e Japarutuba, de modo que a região se destaca pelos recursos hídricos e pela biodiversidade.



Figura 28 - Mapa do Estado de Sergipe indicando a localização de Santo Amaro das Brotas na Região da Cotinguiaba, Leste Sergipano.

Fonte: NATÁLIA VILELA (2016).

A transformação mais efetiva da paisagem natural de Santo Amaro das Brotas deu-se com a colonização portuguesa, sendo a então Vila de Santo Amaro a mais antiga da região do Cotinguiaba e seu território ocupado por índios boiames (BOMFIM, 2007).

“A ocupação das terras sergipanas esteve durante o século XVII associada à expansão da cultura canavieira no Recôncavo Baiano. A criação de gado, principal atividade sergipana até fins do século XVIII, satisfaz as necessidades de força motriz, alimentação e transporte dos engenhos da Bahia, principalmente, e de Pernambuco” (RISÉRIO, 2010, p.98,99).

No século XVIII, a produção canavieira começou a prosperar na região do Cotinguiba que, posteriormente, tornou-se o núcleo principal de produção de açúcar na capitania de Sergipe D'el Rey.

É importante salientar que o suporte físico da região foi o ponto crucial para o desenvolvimento do cultivo de cana-de açúcar. O solo tipo massapé¹⁴, o clima quente e úmido, bem com a localização privilegiada entre os rios Sergipe e seus afluentes favoreciam o cultivo e o escoamento da produção.

As terras, que atualmente, formam o município foram doadas por Aires da Rocha a Antônio Martins Azevedo, que instalou um engenho de açúcar (Figura 30) à margem do Rio Sergipe e bem como o Porto das Redes. Posteriormente a Coroa Portuguesa definiu a criação de uma vila no Porto das Redes de modo que Martins Azevedo doou duzentas braças de terra a cerca de três quilômetros do porto (CAMPOS, 1972).



Figura 29- Engenho de açúcar em Santo Amaro das Brotas.

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1889, p.276)

No alto da colina, da qual se enxergava a confluência dos rios Sergipe e Cotinguiba, foram construídas: uma cadeia pública, onde atualmente se encontra a Escola Esperidião Monteiro; uma capela de Nossa Senhora das Brotas e um pelourinho. Essas foram as primeiras ocupações do que mais tarde viria a ser a sede do município. Segundo Freire (1995, p.63)

¹⁴ Tipo de solo muito fértil encontrado principalmente no litoral nordestino constituído a partir da decomposição de rochas com características minerais de gnaisses de tonalidade escura, calcários e filitos.

“A primeira vila criada no século XVIII foi a de Santo Amaro de Brotas, em 1720. Foi resultado do povoamento do rio Cotinguiba e Sergipe. As terras em que está ela edificada pertenceram a Pedro Barbosa Leal, que doou aos padres do Carmo a ermida de N. Sra. Das Brotas, em Santo Amaro. (...). Foi a vila de Santo Amaro a única criada no século XVIII.”

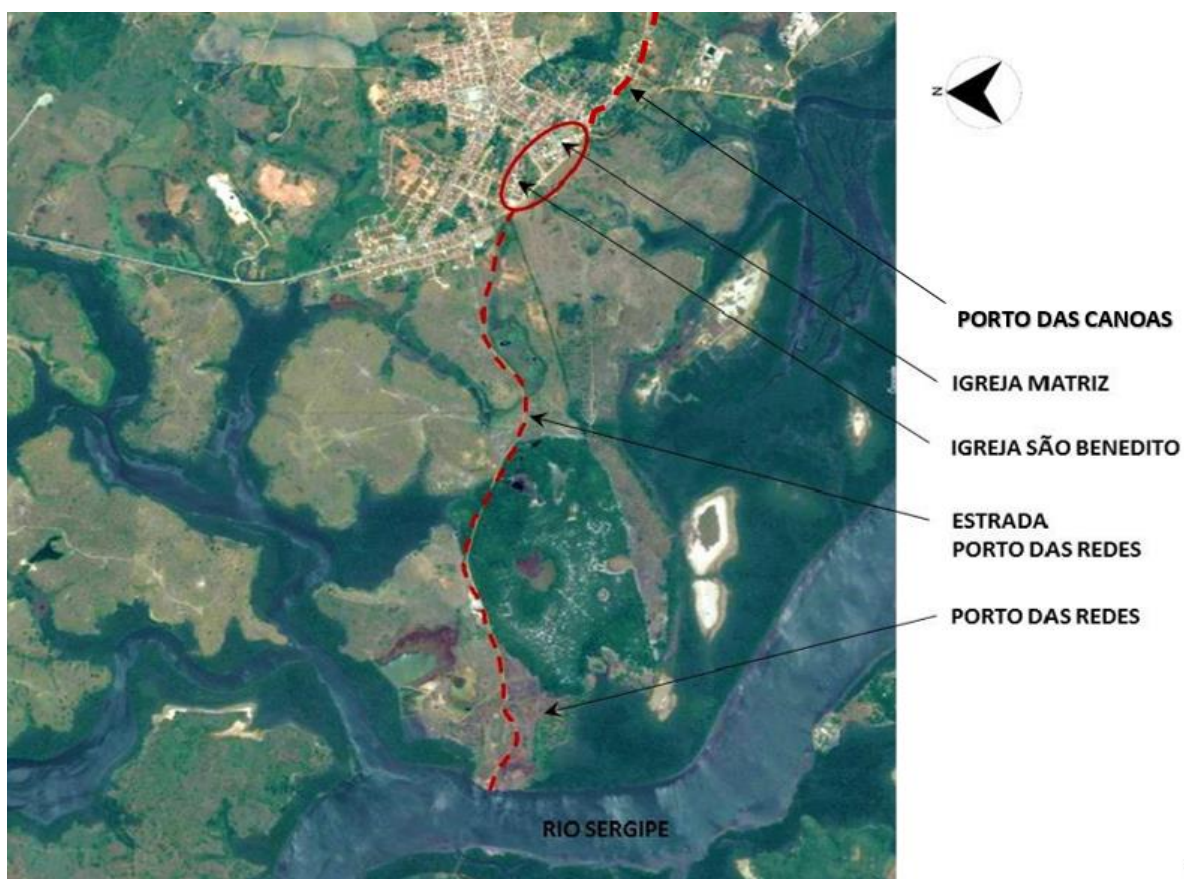


Figura 30- Mapa de Santo Amaro das Brotas com indicação, em vermelho, do núcleo urbano inicial da vila.

Fonte: Natália Vilela (2016) adapt. da autora

A questão fundiária é fundamental para entender o histórico da cidade, além de ser também um agente de transformação importante na paisagem de Santo Amaro das Brotas. Desse modo, a localização das propriedades rurais (Figura 32) no entorno da vila orientou o crescimento urbano nas direções norte e leste partindo o núcleo inicial. Mesmo atualmente notamos que essa disposição continua a definir o perímetro urbano. (VILELA, 2016).

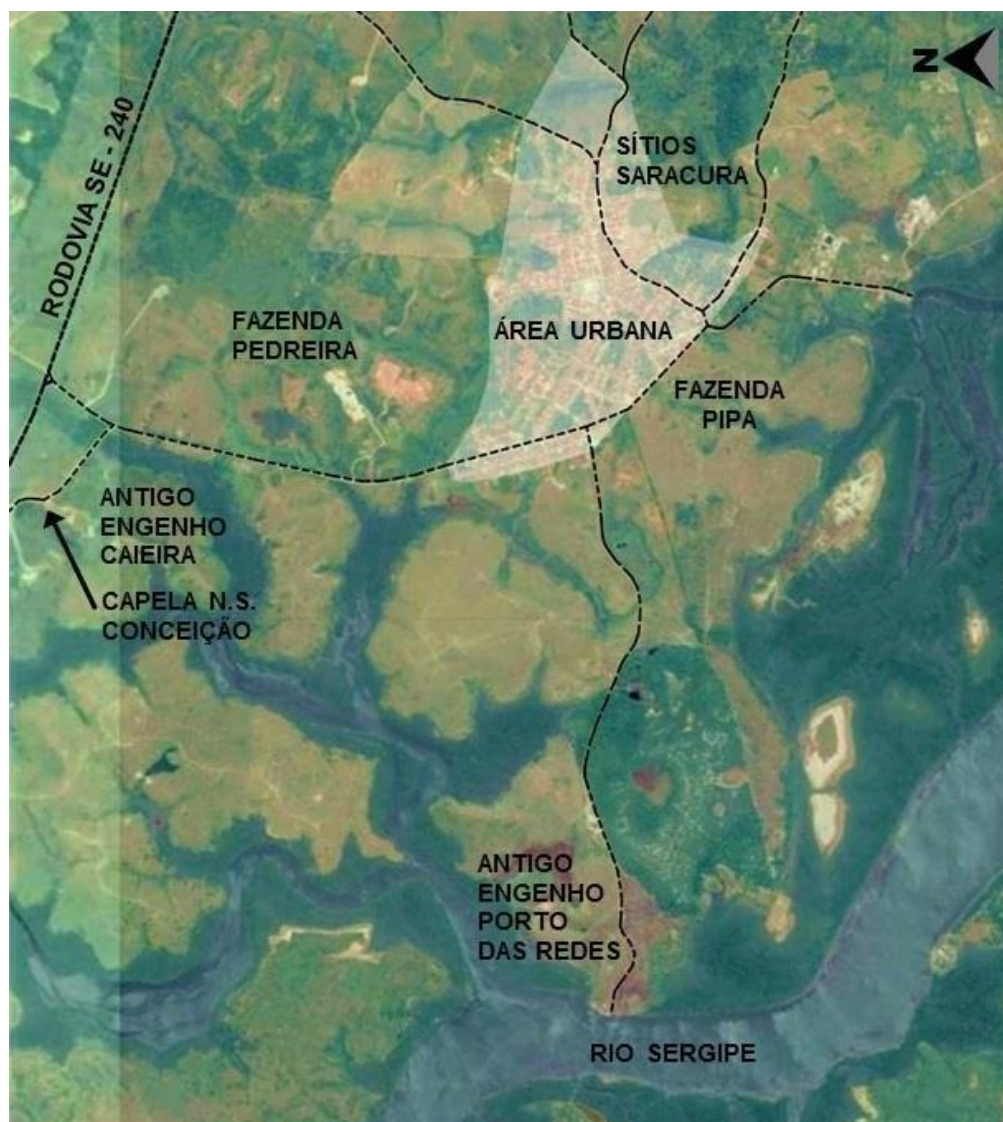


Figura 31- Vista aérea de Santo Amaro das Brotas com demarcação das propriedades rurais vizinhas.

Fonte: Natália Vilela (2016).

Além dos engenhos, a proximidade da Vila de Santo Amaro aos rios Sergipe e Cotinguiba (com cinco portos de cabotagem), favoreciam o fluxo das embarcações, sendo os dois mais utilizados o Porto das Canoas e o Porto das Redes. Esse último é conhecido como local em que a povoação teve suas origens e em plano secundário esteve o primeiro, muito utilizado para pesca e para o transporte de passageiros.¹⁵

Favorecida pela sua geografia, a Vila de Santo Amaro prosperou e tornou-se um centro econômico e social da província, constando em 1802 com 8128 habitantes. Porém, em 1881

¹⁵ Entrevista cedida pela professora Maria Adelina dos Santos, em janeiro de 2019.

o censo demonstrava uma queda na população, contando assim 4812 habitantes sendo 3372 livres e 1440 escravos (FIGUEIREDO, 1988, p.50).

Esse declínio populacional está diretamente ligado as questões econômicas, com o avanço da colonização no interior da província, outras áreas se desenvolveram de modo satisfatório e assim a Vila de Santo Amaro perdeu prestígio. Além disso, uma fusão de interesses políticos contrários daria início a um período de instabilidade administrativa que prejudicaria gravemente o desenvolvimento da vila.

Em 12 de março de 1835, foi implementada uma lei que revisava os limites da Vila e diminuía sua área e também a quantidade de engenhos que se encontravam em seu território, sobrando apenas dez engenhos. Esse fato reduziu também a receita da vila e comprometeu sua estabilidade geopolítica, passando essa a ser vinculada à vila de Maruim (BOMFIM, 2007).

Nesta mesma época, o Porto das Redes em Santo Amaro recebeu o primeiro trapiche alfandegário (Figura 33) da província de Sergipe, afim de favorecer a elite política e comercial maruinense, já que esta cidade se destacou na década de 1830 pela instalação de casas de comércio europeias, como a casa de comércio alemã Schramm¹⁶, que consequentemente trouxe diversas ligações comerciais em toda Europa.

“O trapiche trouxe a Alfândega e a Mesa de Rendas, colocadas no Porto mais comercial de Sergipe, que servia também de Mesas de diversas Rendas, na conformidade com o artigo 2º do Regulamento de 20 de setembro de 1834, que acompanhou o decreto da mesma data, que a criou no Porto das Redes, onde o Rio Ganhamoroba, de Maruim, faz barra com o Sergipe. Era uma alfândega Maruinense, instituída por Decreto Régio, de 11 de agosto de 1835 (...)” (SOBRINHO, 1955, p.38,39).

¹⁶ Em 1865, a empresa de Ernest Schramm, instalada em Maruim, possuía filiais em Recife, Salvador, no Rio de Janeiro e na cidade alemã de Hamburgo, se torna a primeira casa bancária de Sergipe e passa a dar crédito aos agricultores da província de Sergipe, dentre esses os de Santo Amaro, financiando safras de açúcar e a aquisição de propriedades rurais. Empresa de grande prestígio econômico trouxe para Maruim aproximadamente trinta alemães entre comerciantes, médicos e trabalhadores rurais livres (ALMEIDA, 1984)

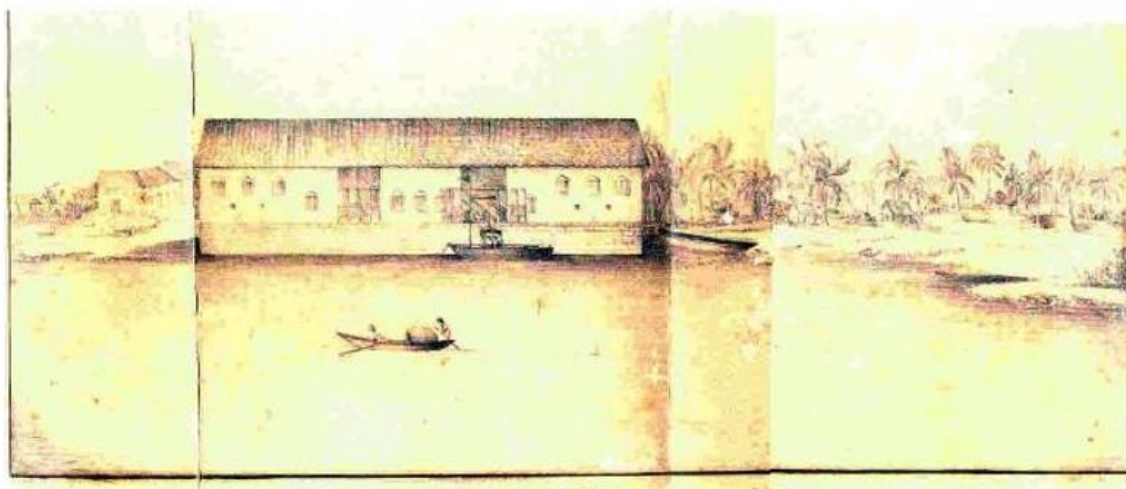


Figura 32- Vista do Porto das Redes em 1860.
Reprodução fotográfica enviada da Alemanha por Gebhard Schramm em 2003, de um desenho a crayon pintado por Adolphine Schramm no século XIX. Fonte (SILVA, 2006 p.31).

Os santoamarenses reivindicaram fortemente estas decisões e, por fim, o governo revogou a lei no que dizia respeito a autonomia de Santo Amaro.

Nos anos que se seguiram, prosseguiram as instabilidades políticas e administrativas, tendo essas culminado na Revolução de Santo Amaro “que teria durado de três a quatro meses, provavelmente de novembro de 1936 até fevereiro de 1837”. (BOMFIM, 2007. pg.51).

Esta revolta consistiu basicamente numa disputa de poder entre os que defendiam a autonomia da vila, os chamados Camundongos, pertencentes ao Partido Liberal e liderados por Antônio José da Silva Travassos, e os Rapinas – Partido Conservador, comandado por Sebastião Gaspar de Almeida Bôto e que defendiam a ideia de que Santo Amaro passasse a ser ligado a Maruim. Após diversas lutas e muitas mortes, os Camundongos saíram vitoriosos (CAMPOS, 1972.). A Revolução de Santo Amaro fez com que a população da cidade ganhasse a fama, na província, de povo insurreto.

Segundo Bomfim (2007), apesar de todas as lutas em busca de manter a hegemonia e poder econômico da Vila de Santo Amaro, a economia da cidade foi fortemente afetada pela criação de outra alfândega na vila de Laranjeiras no final do séc. XIX. Esse fato reduziu ainda mais a receita gerada e resultou também na mudança de foco no que diz respeito ao desenvolvimento social na capitania de Sergipe D’el Rey.

Assim, a vila de Santo Amaro das Brotas entrou em decadência, como descreve Ribeiro, em 1945 em seu livro O diário de um Santoamarense.

“Na época do meu afastamento (1890) de Sergipe já era intensa a decadência da então vila de Santo Amaro das Brotas e quando tornei a vê-la em 1915, tinha ela atingindo o nível mais ínfimo do seu declínio. Eram trezentos e tantos tugúrios habitados por uma população pobre, humilde, resignada e sem ideais, atravessando uma vida pouco acima de vegetativa, cercado uma igreja majestosa, porém arruinada, mesmo assim único elemento assinalável de expressão social e civilização [...]” (RIBEIRO, 1945. P. 47)

Foi neste contexto de desolação que Jacinto Ribeiro, encontrou sua terra natal nos idos de 1919, e tal fato fez com que ele se tornasse um ferrenho defensor da vila.

O autor Clóvis Bomfim descreve em seu livro Retratos da História de Santo Amaro das Brotas (2007) que o Cel. Jacinto Dias Ribeiro (Figura 34) nasceu em 18 de agosto de 1874 na Vila de Santo Amaro das Brotas, onde viveu até os 16 anos quando foi morar no Rio de Janeiro para forma-se militar pela Academia Militar da Praia Vermelha, hoje Academia Militar das Agulhas Negras. Já formado retornou à Santo Amaro em 1919, quando ao deparar-se com a situação de abandono em que vivia a vila, como um grande patriota, deu início as suas “lutas e benfeitorias” na tentativa de torná-la uma povoação melhor.



Figura 33 - Jacinto Dias Ribeiro

Fonte: BOMFIM, 2007.

Jacinto Ribeiro escreveu o Livro O Diário de um Santoamarense (1945), nele relata sua trajetória de vida e suas realizações em busca de desenvolvimento para a cidade em que nasceu.

Foi responsável por diversas melhorias urbanas e arquitetônicas em Santo Amaro das Brotas. Liderou a população da vila para realizar obras de melhoria e manutenção da construção da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, o que ocorreu em dois momentos, em 1919 e em seguida de 1923 a 1927. Além de ter pleiteado junto ao governo da província, na época sob a direção de Maurício Graccho Cardoso, melhorias no ponto de embarque e desembarque localizado no Porto das Redes, pois na época o acesso para cidade era feito basicamente por vias fluviais; também buscou a extinção da Casa de Câmara e Cadeia para a construção, da então chamada, Escolas Reunidas Esperidião Monteiro em 1924, hoje conhecida como Escola Estadual Esperidião Monteiro (RIBEIRO, 1945).

O apreço que Jacinto Ribeiro sentia por sua cidade natal o levou a construir sua segunda residência em Santo Amaro das Brotas, a Vila Diva. Sua intenção era de promover uma melhoria no aspecto da praça principal, nomeada atualmente a partir dele, e incentivar os latifundiários da região a construir casas melhores na cidade. De fato, a construção da Vila Diva trouxe energia elétrica para a praça da matriz, fornecida a partir da sua casa, bem como a construção da sede administrativa do governo de Santo Amaro e outras residências na sede da vila.

Santo Amaro das Brotas tornou-se cidade em 15 de dezembro de 1938. A paisagem da cidade transformou-se lentamente entre os sécs. XIX e XX, as mudanças mais efetivas vieram nas décadas de 1970 e 1980 (Figura 35). De acordo com a professora Maria Adelina dos Santos¹⁷, em entrevista cedida à autora, foi nessa época que grande parte da área do antigo engenho Caeira foi cedida à prefeitura municipal como pagamento de dívidas e, desse modo, os campos de criação de gado ganharam lentamente os contornos de ruas e lotes de residências formando assim as áreas mais novas da cidade.

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2019.

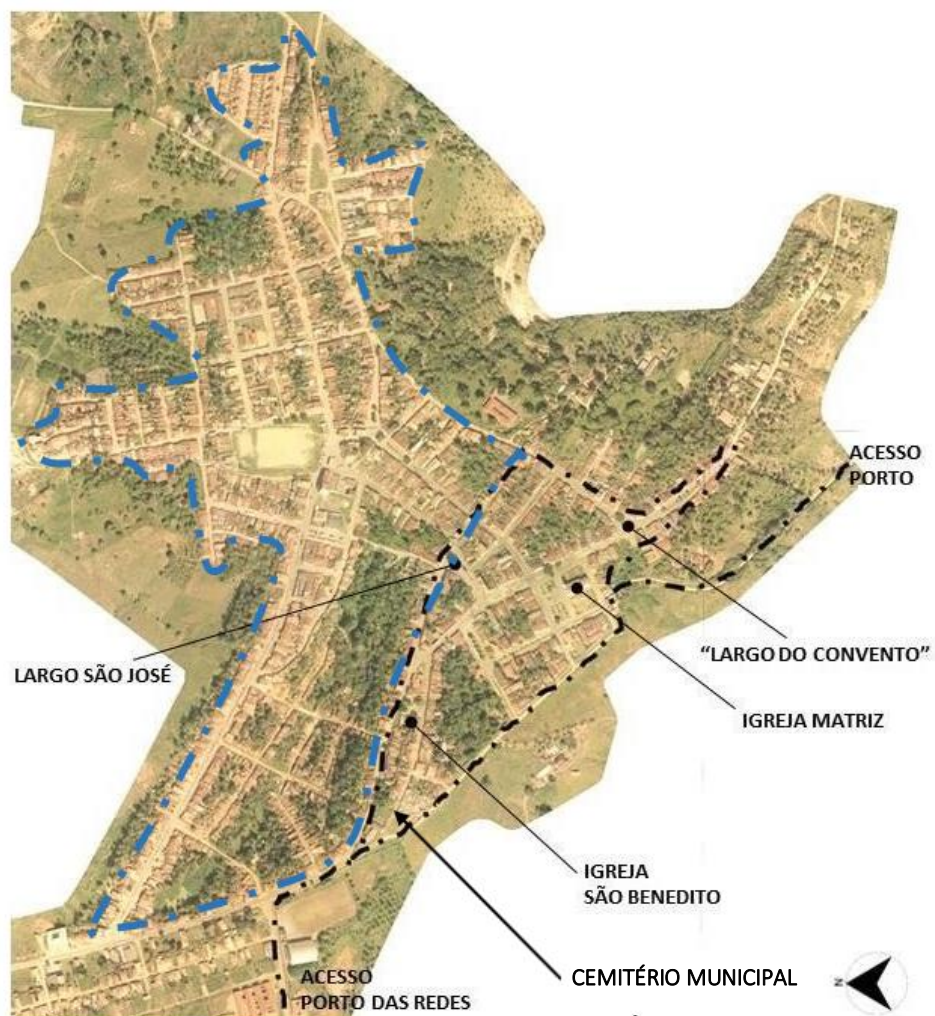


Figura 34- Demarcação da ocupação inicial em preto da cidade de Santo Amaro das Brotas, em azul as áreas desenvolvidas após o loteamento da Fazenda Caieira.

Fonte: NÁTALIA VILELA, adapt. autora, 2019.

A realidade social santoamarense não difere da maioria do Brasil, os latifundiários locais além da posse da terra, exerceram por muito tempo seu poder na política pautando as decisões que nortearam a vida da população. Ainda no século XX, a maioria das pessoas vivia basicamente da prestação de serviço nas fazendas e na Usina Caraíbas; da venda escassa de artesanatos de palha e barro; da agricultura de subsistência e da pesca (Figura 36). Em certos momentos, era inevitável que a fome e as dificuldades de sobrevivência se fizessem presentes.

Um divisor de águas se deu na década de 1960, quando chegaram à Santo Amaro das Brotas as freiras da Congregação Nossa Senhora de Sion. Essas contribuíram para a criação de novas perspectivas sociais na cidade, ao estabelecer a Unidade de Proteção ao Pequeno Escolar (UPPE) com a criação do Aprendizado Agrícola São José. A partir disso, foram implementados cursos de alfabetização, datilografia, culinária e artesanato; também

estabeleceram uma horta comunitária e uma pequena granja visando auxiliar o combate da fome na comunidade (SANTOS, 2017).



Figura 35- Atividades de subsistência da comunidade santoamarense. À esquerda, produção de potes de barro, à direita processo de torra da farinha de mandioca; abaixo, a pesca.

Fonte: Acervo Gilvan Santos E Márcio José (2015).

A professora Maria Adelina dos Santos explica que, posteriormente, a Congregação estabeleceu parceria com a Legião Brasileira da Boa Vontade e assim pôde implementar medidas de combate à mortalidade infantil bem como prestar auxílio à população na confecção de documentos de identificação, pois muitos santoamarenses sequer possuíam registro de nascimento.

No livro Santo Amaro das Brotas - Do Histórico ao Lúdico, o sociólogo Gilvan Santos (2017) relata que outro meio de auxílio ao combate da fome e miséria da cidade se deu com a criação da PRHOCASE – Programa do Homem do Campo de Sergipe, implantada no estado pelo Arcebispo D. Luciano Duarte e gerenciada pela economista italiana Enrica Mimimui. O programa consistia na implantação de fazendas comunitárias na região do Baixo Cotinguiba, em que o prhoacasiano tinha um contrato de uso da terra por até cinco anos, com a obrigação de trabalhar de modo efetivo na mesma seguindo orientações dos técnicos agrícolas e o regimento interno da fazenda a qual a esta terra pertencia.

O autor conta ainda que em Santo Amaro foram implementados dois núcleos da PRHOCASE: um foi instalado no antigo engenho e fazenda Limoeiro, umas das oito fazendas presentes no município no séc. XX, e outro no povoado Aldeias, onde cerca de 84 famílias obtiveram posse definitiva da terra anos após o início das atividades de plantio. Alguns historiadores sergipanos acreditam que a PRHOCASE foi um protótipo de reforma agrária.

Entre o final da década de 1970 e toda década de 1980, a população santoamarense viveu a expansão econômica e sociocultural mais marcante desde o início do sec. XIX. Esse fato deu-se com a implantação do Estaleiro Araújo S.A. no Porto das Redes. Como nos descreve Santos (2017):

“Fala-se que todo povo tem uma era de ouro. Aquele povo que ainda não vivera tal era, é porque ainda não chegara de fato, mas inevitavelmente a terá. Não foi o caso de Santo Amaro das Brotas, esta já a viveu. Em meados dos anos 70 houve ouro em terra de Padre Aurélio. Santo Amaro das Brotas, uma das cidades mais antigas do Brasil, mas, empoeirada e submersa em escombros de sua longínqua glória, se viu na expectativa da instalação de cinco plataformas de exploração em águas rasas.” (SANTOS, 2017, P.183).

De fato, a implantação da Araújo S.A em meio ao chamado e controverso “milagre econômico brasileiro”, foi motivada essencialmente pela exploração de petróleo na Bacia do Rio Sergipe. Conhecendo as possibilidades de cabotagem do Porto das Redes (Figura 37), a empresa firmou contrato com a prefeitura municipal e ali atuaria na montagem e manutenção de plataformas off-shore.¹⁸

¹⁸ Off- Shore é um termo que traduzido do inglês significa “afastado da costa”. No sentido aqui citado, comumente associado a atividades de extração de petróleo em alto mar.



Figura 36- Vista com reminiscências do ancoradouro no Porto das Rêdes.

Fonte: TV Sergipe, 2019.

Imediatamente a chegada da firma trouxe trabalhadores de outros estados do país, movimentando a economia santoamarense e com isso, novas possibilidades de renda passaram a ser vislumbradas. Santos (2017, p.182) refere-se e sintetiza esse fato como a “Revolução Industrial Santoamarense”.

“Em relação ao novo modo de vida e produção antiga, o então novo santoamarense deixou de praticar uma economia basicamente agrícola atrasada, com metodologia rudimentar [...] para ganhar um ‘salário certo’, ou melhor fixo como peão[...] Obviamente houvera desigualdade, ou melhor, ações descontinuadas pelos gestores públicos que estavam despreparados para os avanços necessários na infraestrutura do município[...] Santo Amaro praticamente dobrou de tamanho em seu crescimento espacial e populacional” (SANTOS, 2017, P. 183).

O impacto econômico desse evento para uma população caracterizada inicialmente pelo modo de vida rural e simplório marcou profundamente a comunidade santoamarense, dando-lhe uma nova camada identitária.

Segundo Maria Adelina (2019) podemos apontar como a principal mudança o entendimento dos santoamarenses com o mercado de trabalho. Já no viés sociocultural a comunidade experimentou novas formas de lazer com aparição das discotecas como o famoso “Clube de Arnaldo”, a presença de academias de ginástica, o acesso mais amplo a mídia de rádio e tv. No âmbito da infraestrutura, a ligação Aracaju-Santo Amaro antes só realizada por meio de transporte fluvial, ganhou uma nova possibilidade com a implantação de uma linha de ônibus ligando Santo Amaro à Maruim e à Aracaju; também foram implantados postos de saúde.

O contingente populacional atraído pela Araújo S.A. espalhou-se pela cidade e loteamentos e novas ruas surgiram, gerando a ocupação mais efetiva dos Bairros Tabuleiro, Esperança (Baixada) e Brasília. Curiosamente, muitos trabalhadores da Araújo S.A. formaram famílias com pessoas da comunidade santoamarense e a geração nascida após este fato ficou conhecida na cidade como “os Filhos da Araújo”.

Porém, no final da década de 1980 e início de 1990, a Araújo S.A. já não produzia e a empresa abriu processo de concordata. Os santoamarenses que aprenderam novas profissões graças à empresa, espalharam-se pelo Brasil trabalhando em outros polos de produção da indústria off-shore, especialmente em Macaé- RJ.

Após a década 90, Santo Amaro das Brotas não teve um avanço econômico muito significativo para a população em geral, as principais fonte de trabalho na cidade são o funcionalismo público, pequeno comércio e a prestação de serviços (IBGE, 2019). Consequentemente, a infraestrutura urbana vivenciada no município é insuficiente para sua população.

Diante do exposto, o desenvolvimento dos projetos de requalificação das Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito podem trazer alternativas socioeconômicas para a população. Além disso, salientamos que para uma pequena cidade, as praças podem ser pontos de encontro e lazer significativos e, nos casos citados também representam lugares de memória dessa comunidade.

3.2 Aspectos morfológicos dos Sistemas de Espaços Livres em Santo Amaro das Brotas

Segundo Munford (1961, p.16) as cidades são a “humanização do ambiente natural” compreendendo em si as organizações econômicas, institucionais e funções sociais presentes em sua população, assim as ações humanas acabam por inserir o espaço urbano símbolos estéticos que o definem.

Godoy (2011, p.10) afirma que “na história das conquistas territoriais, as cidades aparecem como espaço do poder político e militar, de efetivação do processo colonizador e de ordenação dos fluxos de mercadorias.” No processo de colonização portuguesa as cidades tiveram papel fundamental para a apropriação do território conquistado, caracterizando a demarcação de fronteiras.

Fundada em meio a colonização portuguesa, Santo Amaro das Brotas apresenta as características em que se leem as premissas urbanizadoras vigentes na época. Morfologicamente, a exceção da escolha de sítios religiosos, as cidades portuguesas são

caracterizadas por Holanda (1963, p.32 apud Godoy 2011, p.12) como: “não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem”. Assim devemos o traçado tortuoso das ruas à melhor conveniência do relevo (Figura 38) em Santo Amaro, caracterizado por ser um tabuleiro costeiro com planícies fluviais entremeadas por tipos de colinas e interflúvios, em que sua altitude é 55m acima do nível do mar (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000).

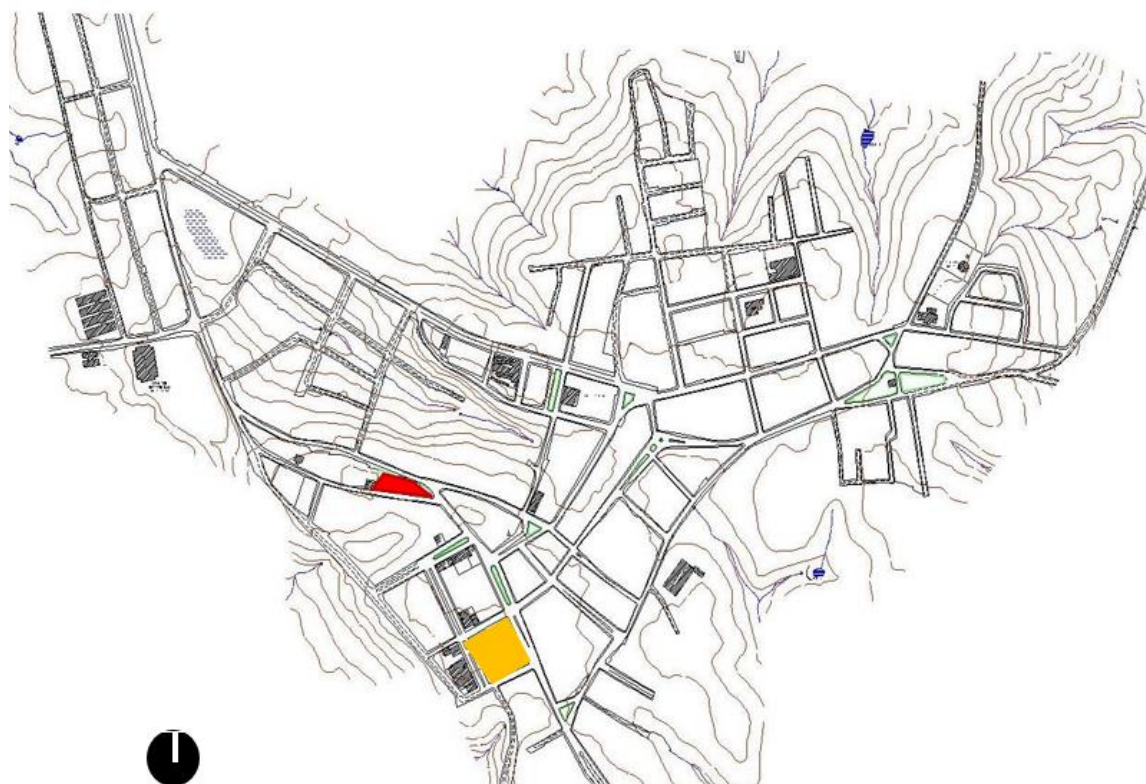


Figura 37- Mapa topográfico de Santo Amaro das Brotas.
Praça Cel. Jacinto Ribeiro em amarelo e da Praça de São Benedito,
em vermelho; pontos de água perene em azul.
Fonte: SEDURB, adapt. autora, 2019.

Como já mencionado anteriormente, as cidades fundadas no período colonial apresentam uma forte influência da igreja católica em sua formação urbana. Para Teixeira (2012) a constituição das cidades de colonização portuguesa está baseada em uma escolha criteriosa dos locais onde seriam implantados os edifícios notáveis, como edificações religiosas, políticas e militares.

A arquiteta Natália Vilela em sua dissertação intitulada “Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe” - realizada dentro do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN – avaliou e buscou estabelecer uma delimitação do território religioso e

cultural de Santo Amaro das Brotas. Para tanto, a autora avalia a conformação urbana da cidade entendendo que seu desenvolvimento inicial esteve diretamente ligado às construções de edifícios religiosos pelos frades carmelitas após a doação de terras próximas ao Porto das Canoas em 1721. Os frades construíram, uma Ermida de Nossa Senhora das Brotas, a Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, um Convento e Hospício do Carmo e uma Capela do Rosário¹⁹. Tanto a ermida, a capela quanto o convento já se extinguíram, embora o IPHAN tenha documentado em 1952 os resquícios da capela e do convento,²⁰ suas possíveis localizações são baseadas nos relatos da população e na análise do traçado urbano. No mapeamento podemos notar que a existência e implantação desses edifícios direcionou a formação de um eixo viário e consequentemente, direcionou a ocupação citadina.

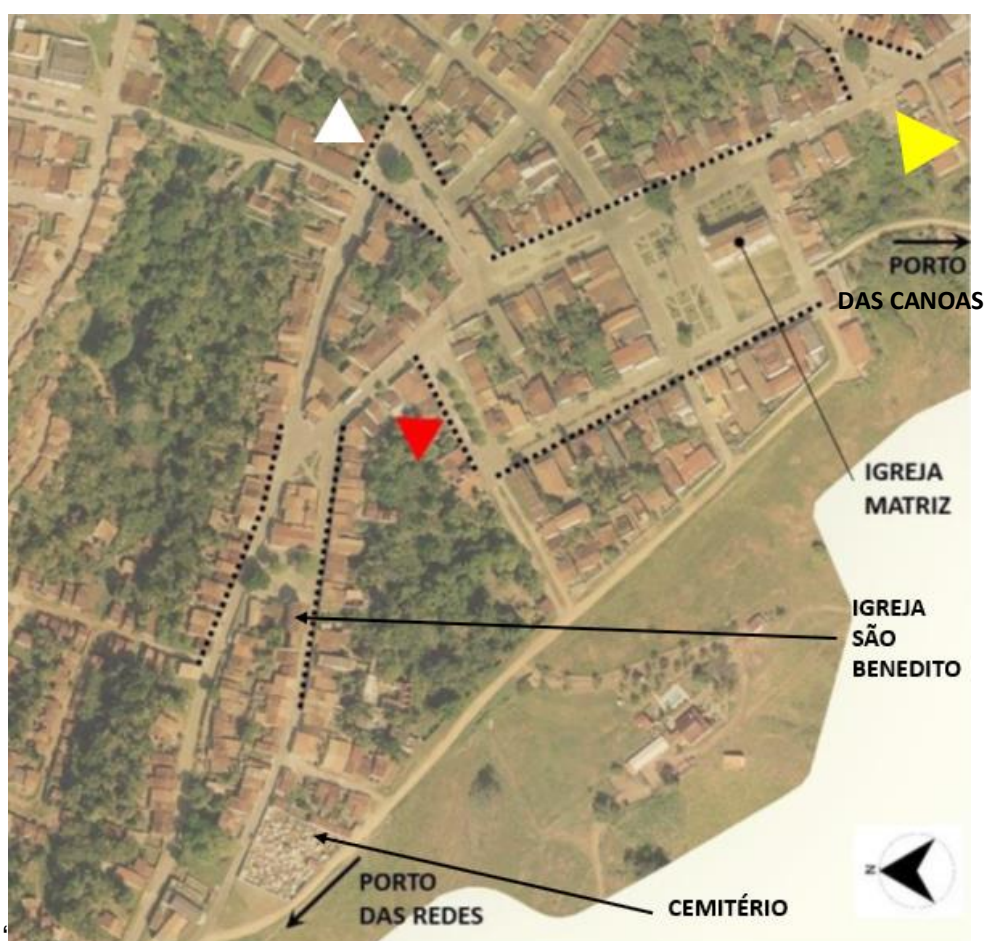


Figura 38- Mapeamento das edificações religiosas.

A seta amarela indica a localização possível do Convento e Hospício do Carmo, a seta branca a Capela do Rosário e a seta vermelha a Ermida de Nossa Senhora das Brotas.

Fonte: VILELA, 2018. Adapt. autora, 2019.

¹⁹ Recomendamos a leitura da Tese de doutorado de Roberta Bacellar Orazem, intitulada "Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800)". Natal/RN, 2015, na qual a autora relata e demonstra documentos sobre a atuação e construções dos frades carmelitas em Sergipe.

²⁰ Registros fotográficos dos resquícios da Capela do Rosário e do Convento do Carmo, podem ser encontrados na Série Inventários do IPHAN de 1952. Posteriormente, os resquícios do Altar mor do Convento do Carmo foram transportados e estão expostos no Museu de Sergipe em São Cristóvão- SE.

Além da proximidade aos Rios Sergipe e Cotinguiba, a cidade apresenta em seu território muitas nascentes de água, fato pelo qual foi nomeada como Santo Amaro “das Brotas”. Seguindo termos hidro geológicos, a cidade apresenta aquíferos granulares, com elevada permeabilidade o que favorece as condições de armazenamento e fornecimento de água (CPRM, 2002). São estas nascentes (Figura 40) que ainda provêm grande parte o abastecimento de água potável para a população, pois a água fornecida pelo Departamento de Saneamento de Sergipe (Deso) é ofertada de maneira irregular e apresenta elevados níveis de cloro.

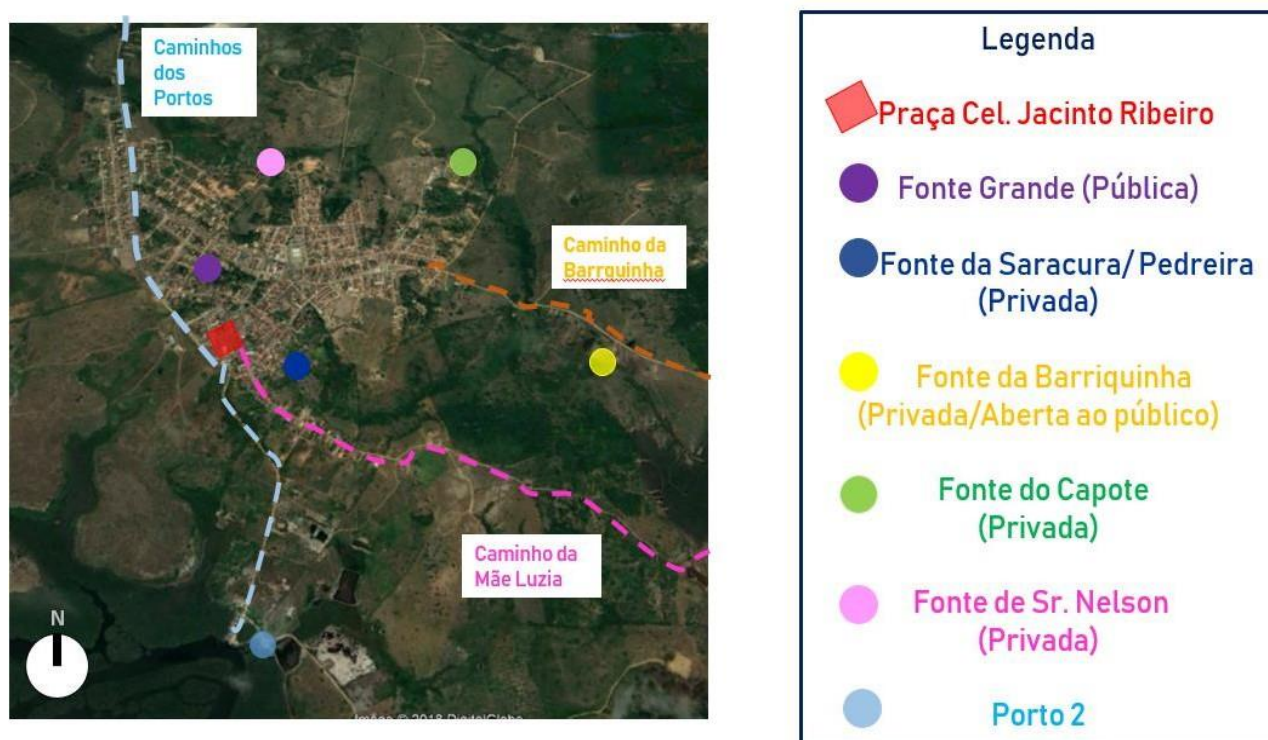


Figura 39- Indicação das nascentes de água presentes em Santo Amaro das Brotas.
Fonte: Autora, 2018.

A vegetação característica local é composta de vestígios de Mata Atlântica, manguezais, áreas de capoeira e higrófitas (SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000). Quanto à arborização urbana (Figura 41), a cidade apresenta principalmente o uso de espécies de grande porte como Espinheiro (*Pithecellobium Dulce*), Amendoeira da praia (*Terminalia catappa*), Palmeiras Imperiais (*Roystonea oleracea*); de médio porte como Ficus (*Ficus benjamina*), de pequeno porte: Buquê de Noiva (*Spiraea cantoniensis*) e Ixoras (*Ixora coccínea*), em sua maioria a vegetação encontra-se em canteiros centrais. Devido as temperaturas elevadas, em que a máxima média corresponde aos 29.5° C, a arborização existente na cidade não é satisfatória pois não fornece muitas sombras e/ou conforto térmico e estético aos transeuntes.



Figura 40- Arborização urbana em Santo Amaro das Brotas.

Fonte: Autora, 2018.

Em Santo Amaro das Brotas não existem parâmetros legais municipais tampouco fiscalização de obras; assim, as construções são realizadas de acordo com os proprietários. Embora em sua maioria predomine um certo bom senso em seguir os alinhamentos, a falta de parâmetros impacta principalmente os passeios públicos e a acessibilidade, que se mostram cada vez mais irregulares (Figura 42). A infraestrutura urbana encontra-se inadequadamente cuidada, a iluminação pública precária tem acarretado em insegurança e como consequência, os usos cotidianos dos espaços públicos bem como o lazer da população têm sido prejudicados.



Figura 41- Passeios públicos irregulares em Santo Amaro das Brotas
Fonte: Autora, 2019.

O parcelamento do solo encontrado em Santo Amaro das Brotas é característico em maioria das cidades coloniais brasileiras, consistindo em lotes de testada estreita e grande profundidade; assim as residências são construídas de acordo com o alinhamento das ruas e até as laterais limítrofes dos terrenos. Esse tipo de traçado era o que definia as ruas em si, pois ainda não haviam aqui noções de passeios nem de definição de aperfeiçoamento do tráfego em suma, eram as edificações que mantinham o desenho das ruas.

Nos primórdios, as casas da cidade eram pouquíssimas e de construção bastante simples com telhados de palha pois, a população em sua maioria morava e trabalhava nos engenhos. A partir da década de 1960, a cidade ganhou mais residências (SANTOS, 2019).

As tipologias edilícias encontradas na cidade, pelo menos em relação ao partido arquitetônico, são em grande parte advindas do período colonial. As residências em sua maioria são geminadas ou parede-meia, térreas com telhados em duas águas e grandes beirais, aberturas bem distribuídas. Os tipos mais antigos encontrados em Santo Amaro são o (A) porta e janela – o mais comum, (B) meia morada e (C) sobrado; é importante salientar que as dimensões relativas aos tipos são um importante indicador econômico e social (TAMASO, 2015). No séc. XX, algumas famílias mais abastadas passaram a edificar residências com pequenos jardins e pequenas salas de estar (D), gradeadas por portões de ferro e também foram surgindo as primeiras garagens. Embora algumas fachadas tenham

sido modificadas e apresentem configurações contemporâneas, as construções mantêm-se ocupando os limites dos lotes e apresentando fachadas junto ao alinhamento das ruas.



Figura 42- Tipologias Edilícias encontradas em Santo Amaro das Brotas.

Fonte: Autora, 2019.

3.3 - Aspectos Funcionais e Culturais do Sistema De Espaços Livres

O modelo de parcelamento do solo colonial apresenta ainda hoje grande influência sobre o uso dos espaços livres da cidade, como descreve Tamaso (2015, p.16)

O esquema imposto pela administração colonial regulou a construção das casas sem recuos frontais ou laterais, seguida a casa pelo quintal que avança até os becos ou travessas. Assim construídas, coladas nas ruas e umas nas outras, facilitam a interpenetração do público no privado e vice-versa [...]

Portanto, compreendemos que os limites de público e privado são bastante tênues em Santo Amaro das Brotas, onde a comunidade usa o espaço público das ruas como uma extensão da sua sala de estar cotidianamente ao sentar nas calçadas para bater papo (Figura 44), enquanto as crianças se apropriam do espaço por meio das brincadeiras. Concomitantemente, os espaços livres agregam as funções de permanência e de circulação.



Figura 43- Uso dos espaços livres em Santo Amaro das Brotas.

Fonte: Autora, 2019.

Candau (2014) afirma que o fenômeno da memória, em sua ação no ponto de vista coletivo ou individual, manifesta-se como referência na construção e/ou reafirmação das identidades a partir das lembranças. Por sua vez, as lembranças apreendidas como sensações e imagens do passado alteram-se com o tempo e em sua rememoração, ativam as identidades. Nesse sentido, o processo de rememoração é estabelecido a partir de “artefatos memoriais”, ou seja, a partir vestígios do passado que envolvem desde discursos e testemunhos até ações e relíquias.

Portanto, o ato de rememorar e conservar vestígios que fornecem uma noção de identidade, cultura e continuidade a uma determinada comunidade, cria o patrimônio memorial.

Em relação à memória e a construção da identidade local, os espaços livres de Santo Amaro das Brotas exercem uma função especial, pois constituem um território em que as ações de religiosidade, festividade e lazer são desempenhadas.

Nos termos da religiosidade, é importante entender que a igreja católica teve um papel fundamental mesmo na conformação do tecido urbano da cidade e em seu uso, o qual estruturou por meio da edificação dos templos e de suas normas institucionais. Murilo Marx (2003) explica como tal fato ocorria:

“(...) influência dos critérios para a concessão de determinada categoria ao povoado, para a localização das capelas, igrejas e clausuras, para definir a orientação dos templos e a abrangência de seus adros. Somente estes aspectos implicariam um forte condicionamento do espaço urbano, porém outros considerados pelas sinodais da Bahia também condicionariam o uso e o trato de nossas ruas e largos. Foi o caso do estrito controle sobre as datas, os horários, a duração e as maneiras detalhadas para se organizarem e fazerem as procissões, ou do cuidado revelado com o emprego das imagens dos santos e, sobretudo, da cruz.” (MARX, 2003, p.31,32).

Dessa forma, visando os usos litúrgicos estabelecidos pela igreja durante a colonização, as ruas que serviam como trajeto de procissões bem como os largos e templos que recebiam parte dos ritos religiosos tiveram parte de suas formas definidas pela igreja. O conhecimento desses fatos possibilita a identificação de elementos e manifestações que compõem não só a paisagem, mas também os elementos que compõem e alicerçam a espacialização da sua identidade.

Dentro do calendário litúrgico da Igreja Católica as procissões, marcam desde o sistema colonial, grandes manifestações públicas de fé que para além do sentido religioso, suscitavam o uso do espaço público e a vida social em uma época de controle e escassez. Marx (2003, p.64) descreve a importância desses eventos para a população: “eram seus acontecimentos maiores e transcendiam inegavelmente seu cunho litúrgico e sua função cívica; transcendiam para vazão das necessidades e aspirações de aglomerados tacanhos e de vida modorrenta.”

A arquiteta Natália Vilela (2018) avaliou e buscou estabelecer uma territorialização do território religioso e cultural de Santo Amaro das Brotas, nesse sentido pesquisou o percurso das procissões.

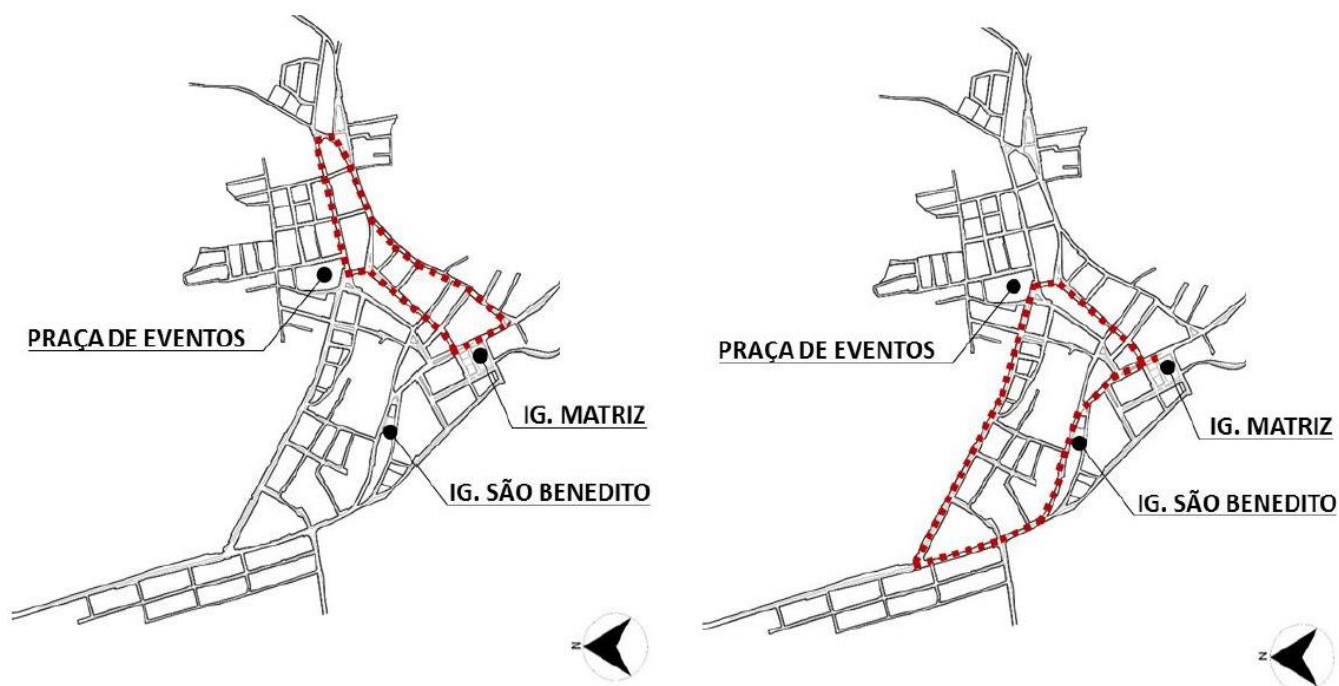


Figura 44 - Percursos da procissão do padroeiro Santo Amaro.
Fonte: VILELA, 2018.

No município o calendário católico é marcado principalmente pelas celebrações do padroeiro Santo Amaro, do co-padroeiro São Benedito. Os festejos a Santo Amaro são realizados no período de uma novena que precede o dia 15 de janeiro, dia do santo padroeiro e no qual acontece a procissão que culmina na Praça Cel. Jacinto Ribeiro, onde é realizada uma missa campal com apresentação da banda de música da igreja e queima de fogos de artifício. Os percursos da procissão variam a cada ano porém, os fiéis são avisados previamente em virtude da tradição de montagem de pequenos altares com flores e plantas nas calçadas e janelas das casas (VILELA, 2018).





Figura 45- Procissão e altares dedicados a Santo Amaro
Fonte: Paróquia De Santo Amaro das Brotas, 2017.

As novenas em honra a São Benedito antecedem o dia 5 de outubro, quando são realizadas a procissão, a missa campal e a festa na Praça de São Benedito. As festas em honra a São Benedito ocorrem desde 1940, quando a igreja foi recuperada da ruína. Assim como acontece na procissão de Santo Amaro os percursos variam a cada ano e são previamente divulgados pela paróquia aos fiéis.

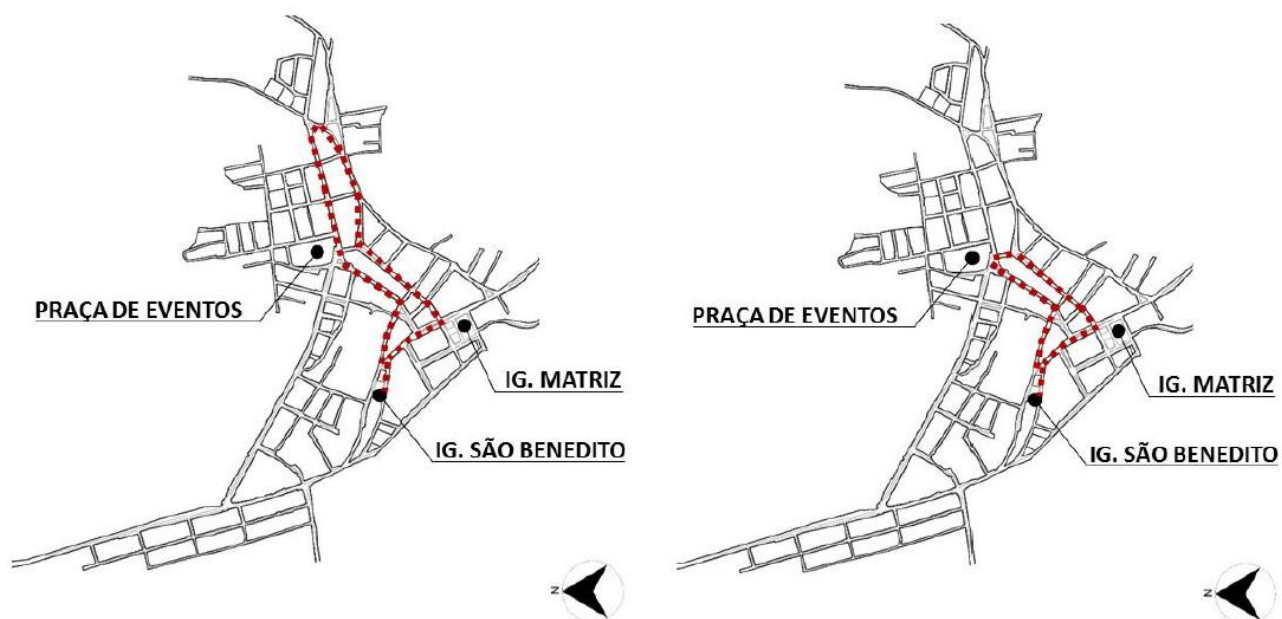


Figura 46- Percursos da Procissão do Co-padroeiro São Bendito.
Fonte: ASSIS, 2018.



Figura 47 -Procissão de São Benedito.
Fonte: Paróquia De Santo Amaro das Brotas, 2017.



Figura 48- Missa Campal na Praça de São Benedito
Fonte: Paróquia De Santo Amaro das Brotas, 2017.

A apropriação popular dos espaços livres públicos é fundamental para sua preservação bem como favorecem o desempenho das funções como espaço de sociabilidade e rememoração. Castells (2008) descreve este processo como “mobilização social” que se dá por interesses comuns dentro de um espaço urbano, ele descreve:

(...) sugeri que os movimentos urbanos (processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos) estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. Contudo, em muitos casos, independentemente das conquistas mais evidentes do movimento, sua própria existência já produziu algum significado, não apenas para os atores sociais, mas para toda a comunidade. (...). Com efeito, argumentei, e ainda sustento essa opinião, que tal produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da história, pois o ambiente construído, bem como seu significado, é engendrado por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos (CASTELLS, 2008, p.80).

O processo de mobilização social em Santo Amaro das Brotas pode ser encontrado nas atividades realizadas pelo “Movimento Ciranda Alternativa”. Criado em 2012, por jovens do município com diversas formações – historiador, arqueólogo, arquiteta, administrador,

designers, pedagogos – o movimento busca incentivar a apropriação dos espaços públicos, fortalecer e revitalizar as tradições culturais locais bem como apresentar a comunidade novas perspectivas de lazer. Nas redes sociais, o Ciranda Alternativa se descreve como:

O Ciranda Alternativa é um movimento formado por jovens inquietos da cidade de Santo Amaro das Brotas, Sergipe. Juntos, procuram manter vivas as manifestações culturais locais. O primeiro encontro do movimento aconteceu no dia 4 de março de 2012, data que marcará o calendário cultural da cidade. Munidos de consciência ecológica, os integrantes ocupam civilizadamente os espaços públicos, desenvolvendo atividades que visam dois objetivos: o resgate da cultura de outrora, como as cirandas de roda, o uso de brinquedos artesanais e apresentações de grupos folclóricos, como também a introdução de novas perspectivas de entretenimento, como o “Cine Alternativo”, e as oficinas de artesanato, pintura, etc. Essa pluralidade de atividades atrai um público diverso: pessoas de todas as faixas etárias podem participar, se encaixando nas que mais se identificam. O espaço é livre: a única regra é a diversão sem fronteiras. A atitude dos jovens fundadores vai de encontro à rotina monótona que frequentemente se observa nas regiões interioranas do Brasil, trazendo o despertar de muitos talentos, muitas vezes adormecidos [...] O movimento é livre de qualquer conotação político-partidária, já que é formado por pessoas adeptas das mais diversas correntes. Como o nome sugere, é um movimento alternativo, sem restrições socioculturais. Cultura, opinião e filosofia de vida se unem, formando um “ponto de equilíbrio eclético”. Os custos de aquisição e confecção de cenários, figurinos e oficinas são provenientes dos próprios integrantes, dos ingressos nas sessões do Cine Alternativo e de doações da comunidade local. O Ciranda Alternativa possui, de fato, um corpo diretivo que se reúne semanalmente, no intuito de organizar e planejar as atividades de cada encontro. Esse fato não dissolve o caráter democrático do movimento, pois qualquer um pode vir aos eventos, apresentar seus talentos e ensinar aos interessados. Críticas e/ou sugestões também são bem-vindas e podem ser feitas estabelecendo contato com os organizadores, por meio da fanpage no Facebook: <https://www.facebook.com/cirandaalternativa> ou ainda via e-mail: cirandaalternativa@hotmail.com

O Ciranda Alternativa realiza atividades mensais e outras que possuem uma temática específica, em que destacam-se, em ordem temporal: o Bloco de Carnaval Pinto do Meio – dia, o apoio à Paróquia de Santo Amaro na produção da Paixão de Cristo, a Exposição dos Altares de Santo Antônio; a Semana do Folclore; apoio às atividades cívicas do Dia da Independência; a Intervenção da Primavera; Semana da Consciência Negra; o Memorial Somos Santoamarenses e o Auto de Natal. Além disso, são realizadas parcerias com as escolas do município para realização de oficinas de reciclagem, de danças folclóricas, de fotografia e desenho.



Figura 49- Bloco de Carnaval o Pinto do Meio-dia
Fonte: Rodrigo Oliveira, 2014.



Figura 50 - IV Exposição dos Altares a Santo Antônio, este inspirado na obra de Graciliano Ramos.

Fonte: Rodrigo Oliveira, 2018.

Uma das principais características das atividades do grupo está a realização de cortejos pelas ruas da cidade convidando a população a ir à rua e ocupar os espaços públicos,

com atenção especial àqueles que se encontram em pouco uso. Os percursos são finalizados na Praça Cel. Jacinto Ribeiro, onde está localizada a sede do grupo – o Espaço Cirandar – em espaço cedido pela paróquia e pela Fundação Diva Ribeiro, adjacente à Escola Estadual Esperidião Monteiro. A maioria das atividades ocorrem na própria Praça e nas ruas do seu entorno.



Figura 51- Localização do Espaço Cirandar na Praça Cel. Jacinto Ribeiro
Fonte: NATÁLIA VILELA (2018)



Figura 52 - Percurso dos Cortejos realizados pelo Ciranda Alternativa.
Fonte: NATÁLIA VILELA, 2018.

Um dos principais trabalhos do Movimento se deu através do edital do Programa Mais Cultura nas Escolas do Ministério da Educação. O edital visava fomentar a educação patrimonial nas escolas por meio de aulas sobre patrimônio, excursões em cidades históricas, visitas a museus e oficinas de dança, teatro e fotografia. A partir deste edital o Ciranda Alternativa passou a atuar de modo mais efetivo na Escola Estadual Esperidião Monteiro, onde foi possível a criação do grupo Reisado Tia Lindolfa, composto por crianças de 8 a 12 anos. A criação desse Reisado²¹ mirim, fortalece a prática cultural do município possibilitando a preservação da tradição.



Figura 53 - Reisado Tia Lindolfa
Fonte: Natália Vilela, 2017.



Figura 54- Cortejo Folclórico VIII Semana do Folclore.
Fonte: Rodrigo Oliveira, 2019.

²¹ O Reisado caracteriza-se como uma dança ou auto natalino em homenagem ao dia de reis de origem portuguesa e muito difundido no Norte e Nordeste do Brasil. A festa popular que se realiza na véspera e no dia de Reis; reisada.

A Semana do Folclore tem apreço especial pela comunidade santoamarense, realizada desde 2012, antecede o período antes ou entre o dia 22 de agosto – dia do Folclore. As atividades da semana começam em ações do Movimento junto às escolas do município em palestras sobre a cultura santoamarense e a diversidade cultural brasileira, bem como a realização de oficinas temáticas. Após as atividades semanais, há um cortejo com grupos de dança e música do próprio município, outros grupos convidados, os alunos das escolas municipais e a comunidade em geral, que tem na Praça Cel. Jacinto Ribeiro seu ponto de culminância. O manifesto da Semana do Folclore, descreve que:

“O movimento Ciranda Alternativa, preocupado com a valorização da nossa identidade, vem através deste projeto incentivar as práticas de reafirmação cultural do nosso povo, através de oficinas realizadas junto às escolas do nosso município e a inserção dos grupos folclóricos na comunidade. Temos o intuito de levar aos alunos um despertar sobre a sua importância no processo de formação e reafirmação dessa “tal identidade”, apresentando a eles o deslumbrante mundo das histórias populares, dos jogos e brincadeiras perdidas no nosso inconsciente, e revivendo histórias de mestres populares e grupos folclóricos existentes em nosso município.” (Ciranda Alternativa, 2014).



Figura 55 - Culminância da V Semana do Folclore
Fonte: Rodrigo Oliveira, 2016.

Dessa forma, o Movimento Ciranda Alternativa se coloca como ator social que agem em defesa da proteção da memória e identidade cultural santoamarense, bem como modificam a realidade do município conduzindo ao reconhecimento da própria comunidade como parte fundamental da cultura e democracia.

As ruas de Santo Amaro das Brotas e duas das suas principais praças, a Praça Cel. Jacinto Ribeiro e a Praça de São Benedito, são imbuídas de significado único constituindo um território religioso e cultural: graças as procissões dos seus padroeiros, aos seus personagens emblemáticos, às celebrações das religiões de matriz africana, cortejos folclóricos e o carnaval. Tais atos que fazem parte do sistema patrimonial santoamarense, unindo patrimônio imaterial e material e caracterizando parte do sistema patrimonial da cidade, bem como o uso de seus espaços públicos.

3.4 As Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito – Características e Símbolos

A partir da análise do sistema de espaços de livres de Santo Amaro das Brotas, conseguimos entender o modo como foram formados, bem como suas potencialidades e deficiências. Os principais objetos de estudo desta dissertação, a Praça Cel. Jacinto Ribeiro e a Praça São Benedito (Figura 57), são palco de diversas manifestações culturais importantes para identidade cultural santoamarense mas também possuem características dicotômicas, questões analisadas neste capítulo.

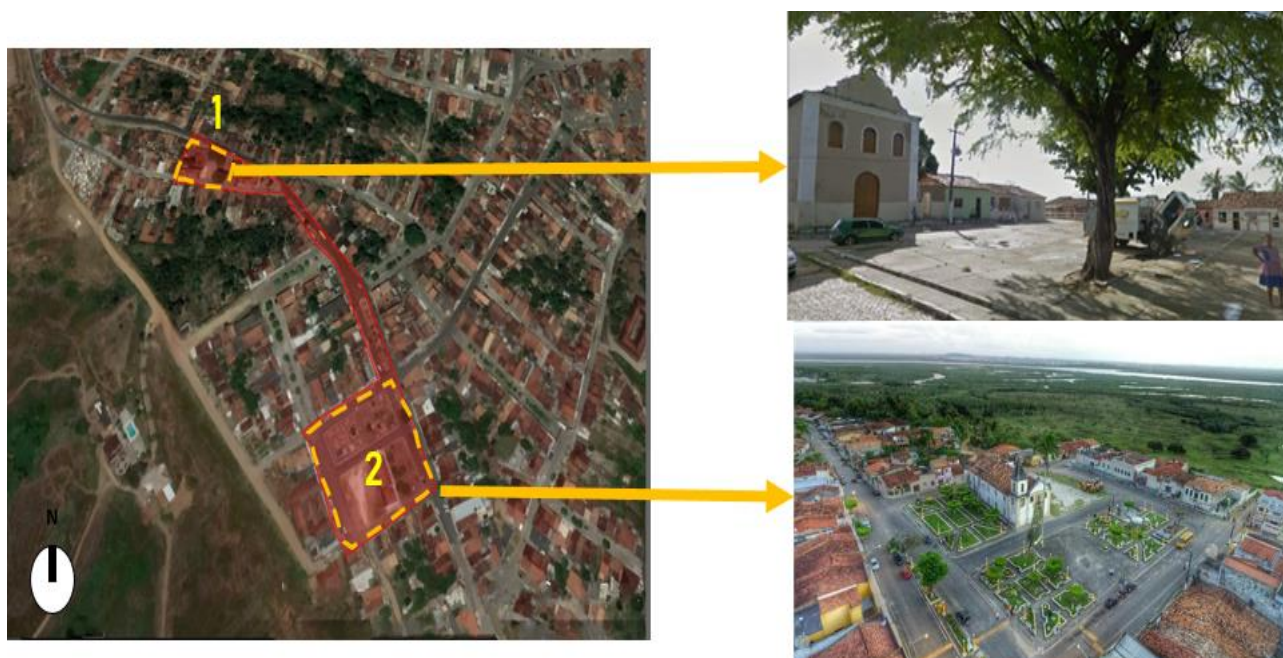


Figura 56- Localização dos espaços livres.

Em que o nº 1 corresponde à Praça de São Benedito e o nº 2 à Praça Cel. Jacinto Ribeiro.

Fonte: autora, 2018.

Codato (2011) explica que nas sociedades escravistas, como no caso do Brasil colonial, existia uma classe dominante e uma classe dominada. O trabalho escravo tinha como meio de produção o chicote, era que fazia os escravos - classe dominada – obedecerem à classe dominante. Tal relação trabalhista estabeleceu padrões econômicos, sociais, políticos e sendo o espaço um produto social, estabeleceu padrões de ocupação e tratamento do mesmo.

Utilizando os conceitos e a terminologia de avaliação de paisagens simbólicas de Dennis Cosgrove (2004) percebemos que como reflexo do contexto de uma sociedade escravista, à época da colonização, as Praças estudadas revelam em suas características morfológicas e simbólicas, serem exemplares da cultura dominante (Praça Cel. Jacinto Ribeiro) e da cultura excluída²² (Praça São Benedito).

Para Cosgrove (ibidem, p.106) “Muito do simbolismo da paisagem é menos aparente [...] Mas ainda serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda sociedade.”

Teixeira (2012) destaca os portugueses tinham especial cuidado na escolha dos sítios onde se implantariam edifícios notáveis nas vilas, dando preferência as topografias dominantes que conferissem o destaque na paisagem e malha urbana.

Tuan (1980, p.173) pontua que “o poder é raras vezes expresso diretamente como uma força física. No mundo humano é exercido através do reconhecimento e aceitação de símbolos de legitimidade.” O autor, ao considerar as épocas pré-científicas defende que a relação de simbolismo relacionado ao sagrado na paisagem é um meio de afirmação ao mundo sobre o poder. Ao associar estes fatos à verticalidade presente em catedrais góticas e torres de igrejas e/ou a preferência de determinadas culturas em implantar seus templos nos lugares mais altos do seu território, Tuan (ibidem) afirma que essas escolhas representam demonstrações de controle e poder sobre o território, à natureza e aos inimigos.

Sabendo disto, em uma leitura da paisagem de Santo Amaro das Brotas percebemos a Igreja Matriz e a Praça Cel. Jacinto Ribeiro no topo de uma colina, sua posição é facilmente localizada e enfatizada por elementos como a torre da igreja e as palmeiras imperiais (Figura 58 e 59). O simbolismo presente nesses elementos evidencia que no universo colonial português a Igreja era parte importante do poderio Estado, sua presença era fundamental para manutenção das práticas colonialistas e o local do seu edifício sede demarcava a centralidade da povoação. Pensando nos comportamentos influenciados pelo simbolismo das

²² Neste trabalho, apesar do reconhecimento da terminologia cunhada por Cosgrove, utilizaremos para a cultura afro suprimida nos processos de colonização, a terminologia de “cultura resistente”, no sentido apreendido por Valente (1994 p.47) a partir da obra do sociólogo Manuel Castells (2008).

paisagens, entendemos porque a Praça Cel. Jacinto Ribeiro é definida pela população como ponto de encontro e um lugar “para ver e ser visto”.



Figura 57 - Demarcação da localização da Praça Cel. Jacinto na paisagem da cidade.
Fonte: Autora, 2019.



Figura 58 – Localização da Praças e o Largo da Rodoviária, de onde a foto anterior foi tirada.
Fonte: Autora, 2019.

O entorno da Praça Cel. Jacinto Ribeiro foi caracterizado desde sua fundação pela proximidade com a Casa de Câmara e Cadeira hoje, Escola Estadual Esperidião Monteiro, com o pelourinho – marco da dominação imposta aos negros e índios- e Igreja Matriz. Devido à vizinhança aos prédios públicos, foi o local escolhido para edificação das casas na cidade dos fazendeiros e outros personagens abastados e influentes como o Cel. Jacinto Ribeiro, que lá construiu a Vila Diva – atual Fundação Diva Ribeiro.

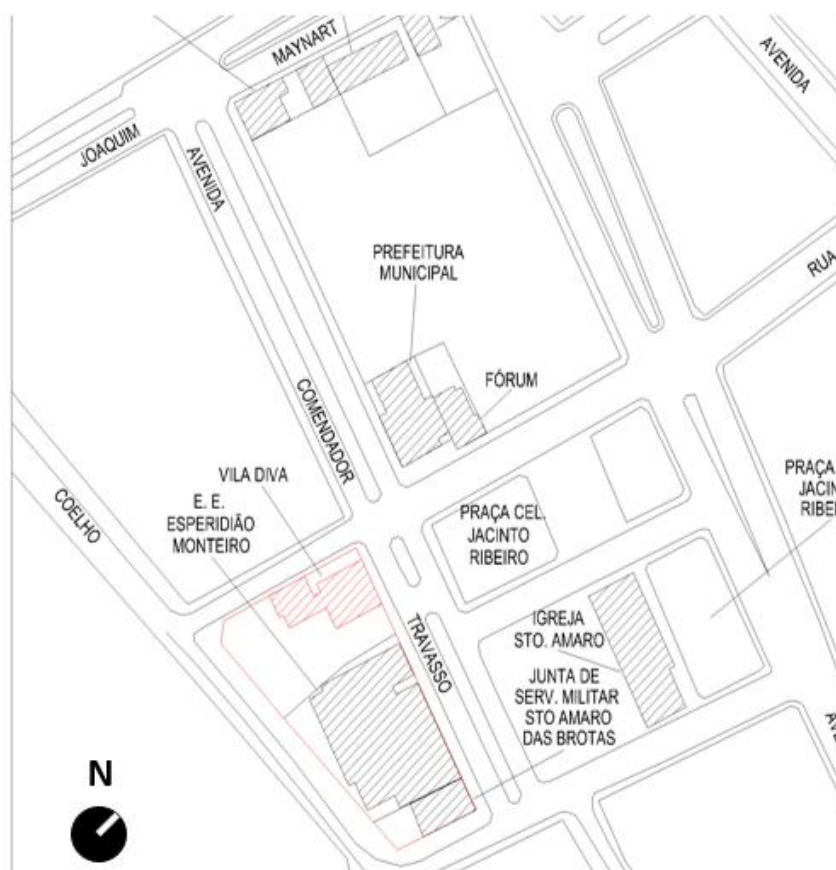


Figura 59 - Principais edificações no entorno da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.
Fonte: Autora, 2019.

Como mencionado anteriormente, a localização dos edifícios religiosos e o eixo viário orientou o crescimento urbano da cidade de Santo Amaro das Brotas e, aliado a este fato sabemos também que a Igreja legitimou o regime escravocrata da sociedade colonial. Sendo o espaço o resultante das questões sociais, para entender o lugar da Praça São Benedito devemos entender a formação das irmandades religiosas de negros no período colonial.

As confrarias – irmandades e ordens terceiras – tinham por finalidade a promoção da devoção a um santo. Os leigos reunidos em torno da devoção ao santo tinham o compromisso de angariar fundos para a construção da ermida ou capela, manter seu culto e promover sua festa” (VALENTE, 1994, p.45).

O catolicismo praticado pela sociedade colonial brasileira tinha seu caráter definido como popular e leigo, assim aos poucos foi ganhando influências indígenas e africanas. De modo que os ritos litúrgicos passaram a apresentar a rigidez e formalidade advinhas dos europeus, mas também a espontaneidade popular brasileira. Diante da institucionalização da escravatura e dos limites católicos, a criação das irmandades religiosas de negros foi fundamental para a convivência entre os negros escravizados e conseqüentemente permitiu a manutenção de sua cultura e proteção da sua religiosidade africana ancestral (*ibidem*, 1994).

Para Valente as religiões africanas ou as que estão ligadas ao povo negro representam uma parcela significativa da *cultura resistente* e, para essa resistência as fraternidades foram fundamentais.

“as irmandades de negros eram os únicos canais possíveis de organização dos escravos dentro do sistema colonial. Em certo sentido e curiosamente foi através da religião católica que o escravo encontrava algum lenitivo para sua situação” (Valente, 1994, p.46)

O sociólogo Manuel Castells (2008, p.24) define a “identidade de resistência” como consequência de uma situação em que os atores sociais estão em condições desvalorizadas e estigmatizadas pela dominação que buscando sobreviver e/ou resistir associam símbolos/princípios de sua cultura com elementos presentes na cultura dominante.

Dentro desses conceitos, o sincretismo religioso resultante da apropriação de elementos simbólicos do catolicismo para o culto das divindades africanas é um produto de resistência cultural. Na realidade colonial brasileira, em meio as dificuldades os negros reinterpretaram o simbolismo dominante para adequá-lo a sua cultura ancestral (*ibidem*, 2008).

Em vista a isso, as igrejas e capelas de irmandades negras constituem parte dos símbolos de uma resistência religiosa e sociocultural diante de uma opressão avassaladora. Posteriormente, com a “Abolição da Escravatura” e a Proclamação da República as irmandades negras entraram em decadência, o catolicismo deixou de ser a religião oficial e então, houve uma abertura maior para a reorganização dos negros junto as suas matrizes culturais (VALENTE, 1994).

A presença de irmandades religiosas de negros em Santo Amaro das Brotas, coincide com o aumento do contingente de pessoas escravizadas na então vila no séc. XVIII, coincide também com o apogeu do cultivo açucareiro. A origem da população africana escravizada na vila foi registrada nos livros de batismo da paróquia, muitos vieram de Angola, Congo, Costa da Mina e Guiné (CUNHA, 2013).

Jacinto Ribeiro (1945) relatou em seu diário que ao visitar a cidade em 1915 as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora do Amparo estavam extintas, suas respectivas capelas estavam em ruínas e seu espaço servia apenas para pastagem de animais. Já em 1952, técnicos do IPHAN visitaram a cidade e documentaram as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Amparo, onde ainda se viam as paredes externas e o frontão (ASSIS, 2018).



Figura 60- Capela do Amparo (atual São Benedito) em ruína.
Fonte: IPHAN, Série Inventários.

Em meados da década de 1940, a população residente no entorno da Capela de Nossa Senhora do Amparo buscou reconstruí-la e, posteriormente a devotou a São Benedito, outro santo reconhecidamente padroeiro de diversas irmandades negras. A partir disso, São Benedito tornou-se também co-padroeiro da cidade e no mês de outubro ocorrem as celebrações em sua devoção. (ASSIS, 2018).

O sociólogo Gilvan Santos²³(2019) relata que o entorno da “Praça São Benedito era conhecido por ser habitado por lavradores e pescadores, descendentes da população africana que foi escravizada. Pela simplicidade de suas habitações cobertas com palhas de coqueiro, o logradouro que corresponde a Rua Manoel Alves Freire, principal acesso ao cemitério local, era conhecido como “Rua da Palha” no “Bairro da Santa Cruz”.

“Talvez seja universal a idéia de “centro” e “periferia” na organização espacial. Em todos os lugares, as pessoas tendem

²³ Entrevista em janeiro de 2017.

a estruturar o espaço – geográfico e cosmológico – com elas no centro e a partir daí, zonas concêntricas (mais ou menos definidas) com valores decrescentes. Valores espaciais que transcendem as culturas individuais [...]” (TUAN, 1980, p.81)

Tuan (*ibidem*, p.18) expõe que o homem tende “a segmentar o espaço etnocentricamente, distinguindo entre sagrado e profano, centro e periferia...” O autor considera ainda que centralidade e superioridade são conceitos importantes para a manutenção da cultura. Em sociedades de classe podemos ver mais claramente, a cultura dominante marcando o centro geográfico da paisagem.

Em oposição à Praça Cel. Jacinto Ribeiro, a Praça São Benedito apresenta um viés periférico, apresentando pouco destaque na malha e/ou na paisagem urbana e um entorno predominantemente residencial.

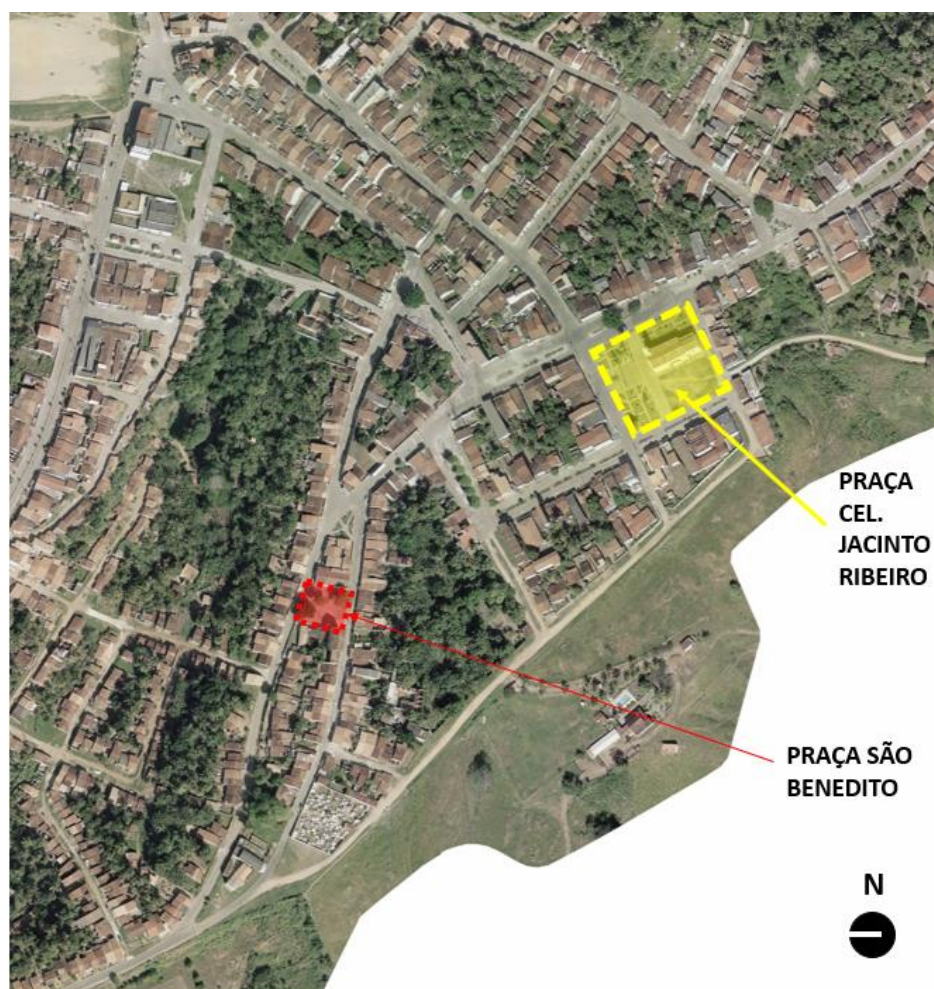


Figura 61 - Demarcação das praças e suas dimensões na malha urbana da cidade
Fonte: Autora, 2019.

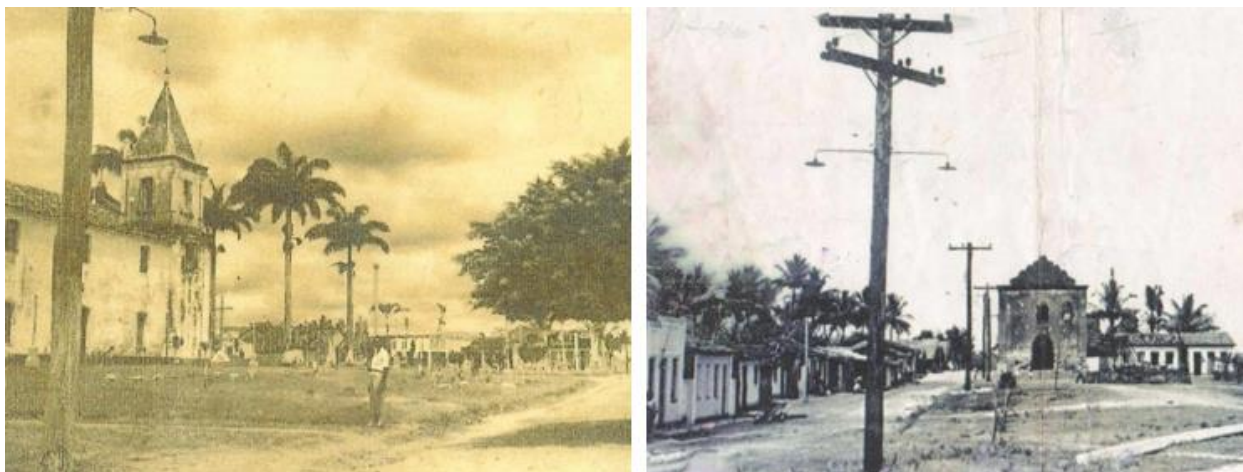


Figura 62 – As Praças e suas respectivas igrejas.
À esquerda, a Praça Cel. Jacinto Ribeiro em 1960. À direita, Praça São Benedito em meados de 1960.

Fonte: Acervo Prof. Gilvan Santos, 2016.

A Praça São Benedito tem seu uso definido pela população do entorno e suas dimensões menores (cerca de 1.000 m²), caracterizando-a por funções de lazer e até mesmo estacionamento para carros dos moradores, já a Praça Cel. Jacinto Ribeiro é reconhecida pelo uso como centro cívico e de lazer. Ambas as praças possuem como elemento principal de seu entorno: igrejas, suas funções também são influenciadas por estas. Na Praça Cel. Jacinto Ribeiro a influência da igreja é cotidiana pois nela são celebradas grande parte dos ritos, enquanto na Praça São Benedito esta influência ocorre sazonalmente, nas festas do santo ou na impossibilidade de uso da Igreja Matriz.



Figura 63- Mapeamento de usos no entorno das Praças

Fonte: Autora, 2018.



Figura 64 -Reisado Tia Lindolfa em apresentação na Praça Cel Jacinto Ribeiro.
Fonte: Rodrigo Oliveira, 2016.



Figura 65- Rito de lavagem das escadarias na Igreja de São Benedito
Fonte: Marcio José, 2010.

As duas praças são imbuídas de significados especiais para a comunidade santoamarense, são espaços onde as pessoas desempenham ações que caracterizam o patrimônio cultural imaterial da cidade.

A Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas foi inscrita no livro de tombo histórico do IPHAN em 20 de março de 1943 sem inclusão da Praça Cel. Jacinto Ribeiro e a definição de perímetro de tombamento. Enquanto a Praça e Igreja de São Benedito não está sob nenhum dispositivo de proteção, Vilela (2018, p.99) credita este a fato à “sua feição modesta, sem o caráter excepcional que determinou os tombamentos na época.”

Seguindo as definições e conceitos atuais acerca do patrimônio cultural fica latente a necessidade de representação e valorização cultural de todos os sujeitos da sociedade. Assim, expressamos que a inclusão da Praça e Igreja de São Benedito em um instrumento de proteção, bem como a elaboração de um perímetro de tombamento para os todos os bens culturais da cidade são ações extremamente necessárias para a representatividade e preservação da identidade cultural santoamarense.

3.4.1 – Tratamento Paisagístico e Levantamento Cadastral das Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito

Nos termos de tratamento paisagístico das praças, a Praça Cel. Jacinto Ribeiro foi alvo de várias remodelações e cuidados de manutenção em detrimento da Praça São Benedito. Em relação a infraestrutura, os dois espaços livres encontram-se deteriorados e apresentam questões sensíveis que afetam seu uso por parte da comunidade. Analisaremos tópico a tópico, os elementos que compõem a paisagem de cada espaço.

Na Praça Cel. Jacinto Ribeiro, temos:

-Vegetação: Possui poucas árvores que não fornecem sombra e conforto térmico suficiente para o uso da praça nas horas mais quentes do dia, as espécies encontradas são De médio porte com Ficus (Ficus benjamina) De pequeno porte com Ixora (Ixora coccínea), De grande porte com Palmeiras Imperiais (Roystonea oleracea), Pinheiro (Podocarpus macrophyllus), Árvore- do – viajante (Ravenala madagascariensis), Cica – (Cycas revoluta).

- Pavimentação: Na Praça encontramos: Placas cimentícias (Extremidades da Praça), Paralelepípedos (Área central da Praça, “terreiro”) e o Asfalto (Ruas adjacentes).

-Fachadas: As fachadas no entorno da Praça Cel. Jacinto possuem as arquiteturas mais relevantes da cidade. Predominam ornamentos como o frontão em pedra calcária da Igreja Matriz, os ornamentos do neocolonial da Vila Diva, pastilhas e revestimentos cerâmicos nas fachadas de construções mais recentes cores como: amarelo, branco, azul e verde.

-Materiais construtivos: Predominância alvenaria e concreto armado.

-Equipamentos e mobiliário: Consistem em bancos de madeira, lixeiras, um chafariz, uma ponte de madeira e algumas estátuas. Encontram-se em mau estado de conservação, com partes faltantes.

-Infraestrutura- Iluminação insuficiente, pouca acessibilidade, vegetação que não favorece a permanência dos usuários na Praça durante as horas mais quentes do dia.

-Ambiente: A Incidência solar muito forte entre as 7 e 15 hrs, ventos constantes e agradáveis, silenciosa durante o dia e a noite durante a semana. Aos finais semanas durante à noite, há mais ruídos.



Figura 66 - Tratamento paisagístico da Praça Cel. Jacinto Ribeiro e seu entorno.

Fonte: Autora, 2018.

A Praça Cel. Jacinto Ribeiro já foi alvo de várias intervenções arquitetônicas, devido a sua centralidade, visibilidade e proximidade a edifícios administrativos muitos gestores empenharam-se em realizar obras na mesma afim de deixar as “marcas” de sua gestão.

A intervenção que deu a maior parte das feições atuais da praça foi realizada em 1999 na gestão do prefeito Renes Barros (1997 a 2000), que reconstituiu o adro central da praça e estruturou-a com canteiros altos de formatos irregulares e passeios com dimensões variáveis entre 2,5m até 0,9 m, de forma que nem todo o espaço é acessível e apresenta muitas não-conformidades.

Em meados de 2014, (Figura 68) a praça recebe uma intervenção em que foram implantadas diversas estátuas de cerâmica com temas diversificados e não coerentes, também variadas espécies vegetais, uma fonte de água e uma ponte de madeira, viveiro de aves, por falta de manutenção todas os elementos deterioram-se e foram retirados posteriormente. A seguir apresentaremos o levantamento cadastral realizado em janeiro de 2018 e atualizado em janeiro de 2019.



Figura 67- Praça Cel. Jacinto Ribeiro após intervenção em 2014.

Fonte: Natália Vilela, 2016.

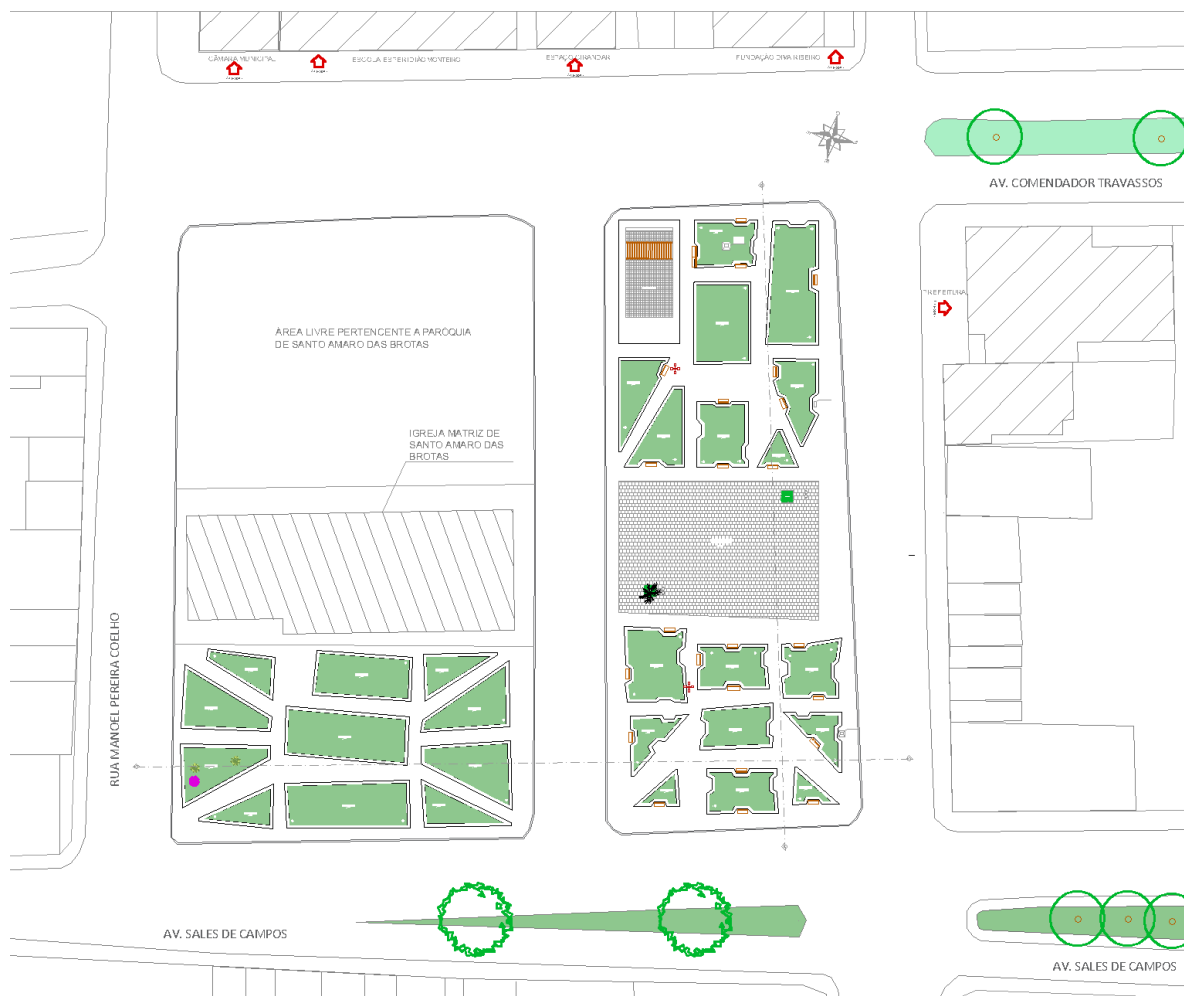


Figura 68- Layout atual da Praça Cel. Jacinto Ribeiro
Fonte: Autora, 2019.



Figura 69 - Praça Cel. Jacinto Ribeiro em abril de 2019.
Fonte: TV Sergipe, 2019

Na Praça São Benedito observamos as seguintes características:

- **-Vegetação:** A vegetação presente na praça de São Benedito consiste em três árvores de grande porte Espinheiro (*Pithecellobium Dulce*), Amendoeira da praia (*Terminalia catappa*).

- **-Pavimentação:** O Piso encontrado dentro da praça são Placas cimentícia que está bastante deteriorado principalmente nas escadarias da praça, no entorno são encontrados Paralelepípedos (Ruas adjacentes) e asfalto (Ruas adjacentes).

-**Fachadas:** As fachadas no entorno da Praça São Benedito possuem arquiteturas mais simples, de acordo com Izabela Tamazo (2015) de caracterizam as tipologias “porta e janela” e “meia morada”, presentes desde o Brasil colonial.

-**Materiais construtivos:** Predominância alvenaria e concreto armado.

-**Equipamentos e mobiliário:** Não existem equipamentos ou mobiliários.

-**Infraestrutura-** Iluminação insuficiente, pouca acessibilidade, falta de mobiliários e pisos deteriorados.

-**Ambiente:** Possui áreas de sombra agradáveis, à noite a iluminação pública é escassa. Apresenta boa ventilação e é muito silenciosa mesmo aos finais de semana.



Figura 70- Tratamento paisagístico da Praça São Benedito
Fonte: Autora, 2019.

A Praça São Benedito foi alvo de apenas duas intervenções, a primeira em meados da década de 1990 foi destinada a pavimentar a praça com placas cimentícias e construir as escadarias e proteção de acesso à praça pela Rua Durval da Cunha Maynard, devido ao desnível existente de cerca de 1,26m entre o piso da praça e a rua.



Figura 71- Levantamento Cadastral da Praça São Benedito
Fonte: Autora, 2019.

Em 2015, foi realizada uma intervenção para o reforço de um muro de arrimo na extensão da citada rua, na ocasião também foram construídas rampas de acessibilidade e foram dispostas mesas de jogos à sombra das árvores, esse mobiliário é praticamente inexistente no momento. Por alguns anos, entre 2012 e 2016, a extensão do muro de arrimo tornou-se um grande mural, com pinturas de artistas da cidade. Em 2017, com a mudança de gestão municipal o mural foi pintado de branco.

Também em 2015, a paróquia realizou obras na Igreja de São Benedito e, uma das modificações realizadas foi a instalação de uma grade cercando a escadaria e o edifício. De acordo com a paróquia, a intervenção foi uma medida de segurança para o bem. No entanto, entendemos que o gradeamento impede a realização dos ritos de sincretismo entre as religiões afro-brasileiras e católica, como a lavagem das escadarias. Essa situação acaba prejudicando o exercício das práticas memoriais fundamentais para construção da identidade santoamarense e da comunidade negra.



Figura 72- Gradeamento da Igreja São Benedito
Fonte: Natália Vilela, 2016.

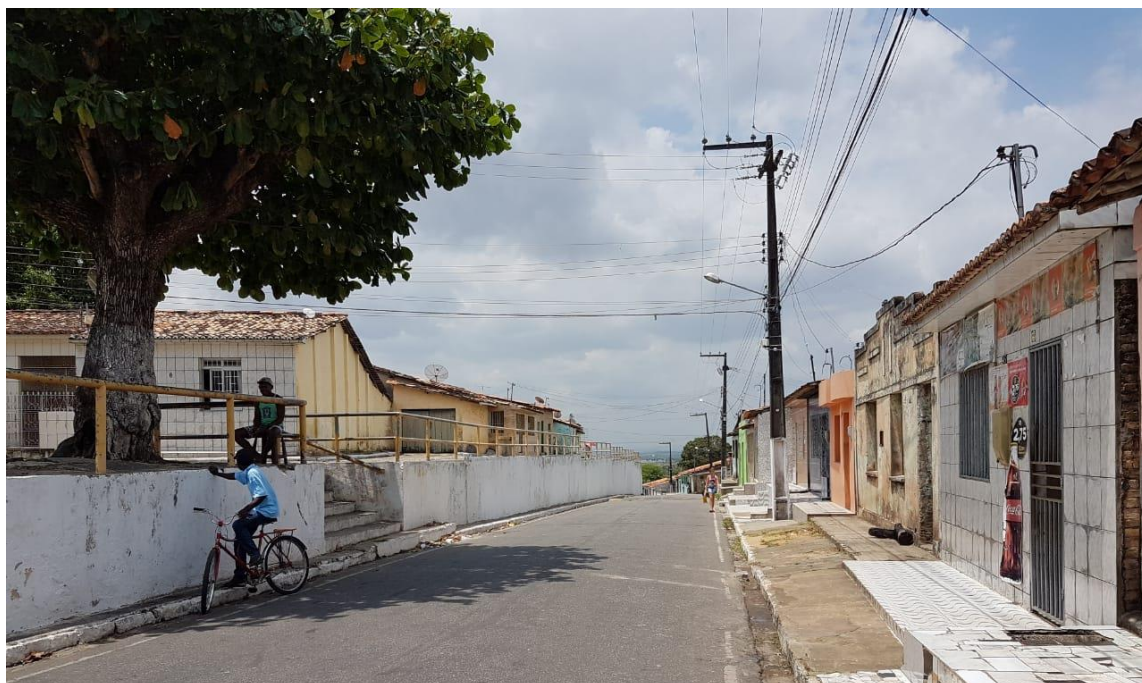


Figura 73- Vista do muro de arrimo existente na Praça São Benedito
Fonte: Rodrigo Oliveira, 2019.

4- INTERVENÇÃO PROJETUAL

4.1 Proposta de Zonas de Proteção

O contexto de cada bem imóvel integrante do patrimônio arquitetônico é um âmbito espacial de geometria única, não normalizável, a ser estudado caso a caso, posto que são igualmente únicas as relações que cada bem imóvel estabelece com seu envolvente material e imaterial. (LOPES, 2012, P.151)

O texto de Lopes (2012) fornece metodologias e conceitos para a delimitação do contexto que envolve um bem patrimonial. Esses parâmetros são fundamentais para elaboração das zonas de proteção e das referidas normas de gestão sobre estas. A conceituação e esclarecimento de cada uma das zonas de proteção é fundamental para o não engessamento de áreas de interesse patrimonial tanto quanto para sua preservação.

Partindo desses princípios buscamos delimitar uma zona de proteção dos bens de interesse cultural – Praça Cel. Jacinto Ribeiro e Praça São Benedito, tendo em vista preservar a relação sistêmica e histórico social entre as praças, bem como os seus entornos. Diante da falta de legislação urbanística específica na cidade de Santo Amaro das Brotas essas definições são fundamentais para a preservação da ambiência e dos recursos naturais da cidade.

Numa definição geral, a legislação da zona de proteção deverá regular aspectos como o uso e parcelamento do solo, para a manutenção de algumas das características inerentes a cada área. O foco da conservação e preservação seja do ambiente construído ao natural, também é imprescindível. Além disso, estabelecemos a necessidade da elaboração de um código de obras da cidade que possa regular as futuras construções da zona de proteção e fora delas.

Para delimitar a Zona de Proteção dos Bens (Figura 75) , foi definido que esta tutela abrange desde as extremidades da Praça Cel. Jacinto Ribeiro englobando desde residências e pequenos comércios de tipologias variadas, como também a Fundação Diva Ribeiro e as edificações institucionais que caracterizam a praça com sua influência cívica e religiosa como: Prefeitura Municipal, Escola Esperidião Monteiro, Igreja Matriz. Abrange também as áreas mais próximas onde existiam o antigo Convento do Carmo, as capelas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora do Rosário que atualmente abrigam as congregações religiosas Santa Terezinha e de Nossa Senhora do Sion, respectivamente. Essa delimitação visa proteger desde a configuração urbana conformada graças à implantação desses templos até a paisagem cultural do município.



Figura 74 - Zona de Proteção dos Bens – Praças
Perímetro da Zona do Bens em amarelo.
Fonte: autora adapt. SEDURB (2019)

Assim, a Zona Proteção dos Bens corresponde ao perímetro da Rua Valdemar Sobral - trecho delimitado a leste pela Rua Manoel Pereira Coelho e a Oeste pela Avenida Sales de Campos – até ao sul com o prolongamento da Rua Durval da Cunha Maynard seguindo pela Rua Padre Dantas até esta encontrar-se com a Avenida Sales de Campos, próximo à Escola São José, continuando até o Cemitério Municipal e nascente de água conhecida como Fonte Grande, protegendo seu característico uso residencial, as particularidades do traçado urbano e o ambiente da nascente. Desse modo corresponde ao perímetro da Rua Lourival Batista até a Rua da Durval da Cunha Maynard até esta encontrar-se com a Avenida Helber Ribeiro e percorrendo todo o caminho até o Porto das Redes e a propriedade da Fazenda Pipa até o prolongamento da Rua Manoel Pereira Coelho.

Diretrizes da Proteção Zona dos Bens:

- Conservação da Praça Cel. Jacinto Ribeiro e da Praça São Benedito
- Conservação dos principais edifícios do entorno com características arquitetônicas relevantes (Igreja Matriz, Vila Diva, Prefeitura Municipal e Igreja de São Benedito).
- Preservação das características urbanísticas dos entornos canteiros centrais, manutenção das características dos lotes e vias.

Usos: Priorização dos usos institucionais, residenciais e pequenos estabelecimentos comerciais.



Figura 75- Perímetro da Zona Especial de Proteção.

Fonte: Autora adapt. do Google Earth.

A delimitação da Zona Especial de Proteção está diretamente ligada a questão histórica da fundação da Vila de Santo Amaro, em que a relação com a proximidade do Rio Sergipe possibilitou a ocupação da colina, além disso pensamos em proteger o traçado urbano inicial, as áreas loteadas a partir do antigo Engenho Caeira não estão inclusas neste perímetro. Assim, as áreas pensadas para fazerem parte desta zona estão diretamente ligadas as praças e ao Rio Sergipe são elas: Toda extensão da Rua Manoel Pereira Coelho ou “rua da Paisagem”, além de toda extensão do Caminho do Porto das Redes e do Caminho do Porto das Canoas, bem como a área do Porto das Canoas e das fazendas adjacentes até o leito do Rio Sergipe no território de Santo Amaro das Brotas voltando em linha reta até

encontrar a Rua Soldado Evaristo continuando pela Rua Padre Dantas até a Avenida Sales de Campos até esta encontrar-se com o Caminho do Porto das Redes.

Diretrizes da Zona Especial de Proteção:

- Preservação da vegetação a margem da Estrada do Porto;
- Preservação do Rio Sergipe
- Preservação do bioma Manguezal
- Uso: agricultura de subsistência, pesca, residência, excursões turísticas de pequeno porte e pequenos comércios

Esta zona visa preservar o enquadramento paisagístico para a fruição estética e a apreciação dos valores dos monumentos, preservando as ambiências e relações visuais presentes na paisagem, mas também os biomas nativos e o traçado urbano mais antigo da cidade.

Delimitamos essas zonas com base nas análises realizadas ao longo do curso do mestrado. Porém, salientamos que as demarcações de perímetros no entorno de bens culturais precisam ser constantemente revisadas e atualizadas para melhor entendimento das dinâmicas da cidade e da comunidade, afim de que se preserve não só ambiências, mas as questões imateriais do contexto e o comprometimento social da população.

4.2- Processos Participativos

Com base nas metodologias apresentadas no capítulo 2, foram elaboradas oficinas participativas e um mapeamento cognitivo com crianças afim de buscar um olhar mais próximo da comunidade, onde seus anseios e entendimentos sobre as Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito fossem considerados no ato projetual.

4.2. 1ª Oficina Participativa Repensando as Praças

Como exposto, este trabalho trata diretamente de questões de preservação do patrimônio material e imaterial de Santo Amaro das Brotas relacionado diretamente com as questões de identidade cultural e memória da comunidade, que neste caso tem nas praças, espaços livres públicos, meio de expressão.

Entendendo esses pressupostos, era fundamental a participação popular individual e de grupos neste projeto.

Desta forma, em meados de dezembro de 2018 nos comunicamos com a comunidade santoamarense afim de agendar a 1ª Oficina Participativa “Repensando as Praças das Igrejas

em Santo Amaro das Brotas”. Foi decidido, que a melhor data seria após a realização das festas do padroeiro realizadas entre 6 e 20 de janeiro de 2019.

Definindo a data em 25 de janeiro de 2019 e local como a Fundação Diva Ribeiro localizada à Praça Cel. Jacinto Ribeiro S/N, passamos a divulgar o evento que foi anunciado desde a missas até as redes sociais, a divulgação foi fundamental para realização da oficina.

Para a realização da oficina buscamos produzir uma pequena apresentação em slides a qual demonstrava desde autoria do projeto, os orientadores acadêmicos até chegar aos objetivos pretendidos com a ideia de participação popular. Assim, a comunidade estaria ciente dos processos que envolvem a elaboração do projeto bem como da importância de sua participação na construção das diretrizes de intervenção.

No dia agendado, compareceram cerca de 25 pessoas para realização da oficina. O número foi menor do que a projeção ideal que era cerca de 40 pessoas. Por ter acontecido em um sábado, acreditamos que a escolha do horário para realização da oficina não foi ideal, às 19 horas e, pensamos em melhor ajustá-lo nos próximos eventos.

Além da apresentação, foram realizadas duas dinâmicas: a construção de painéis de problemas e outro com possíveis soluções dos locais (Figura 77).

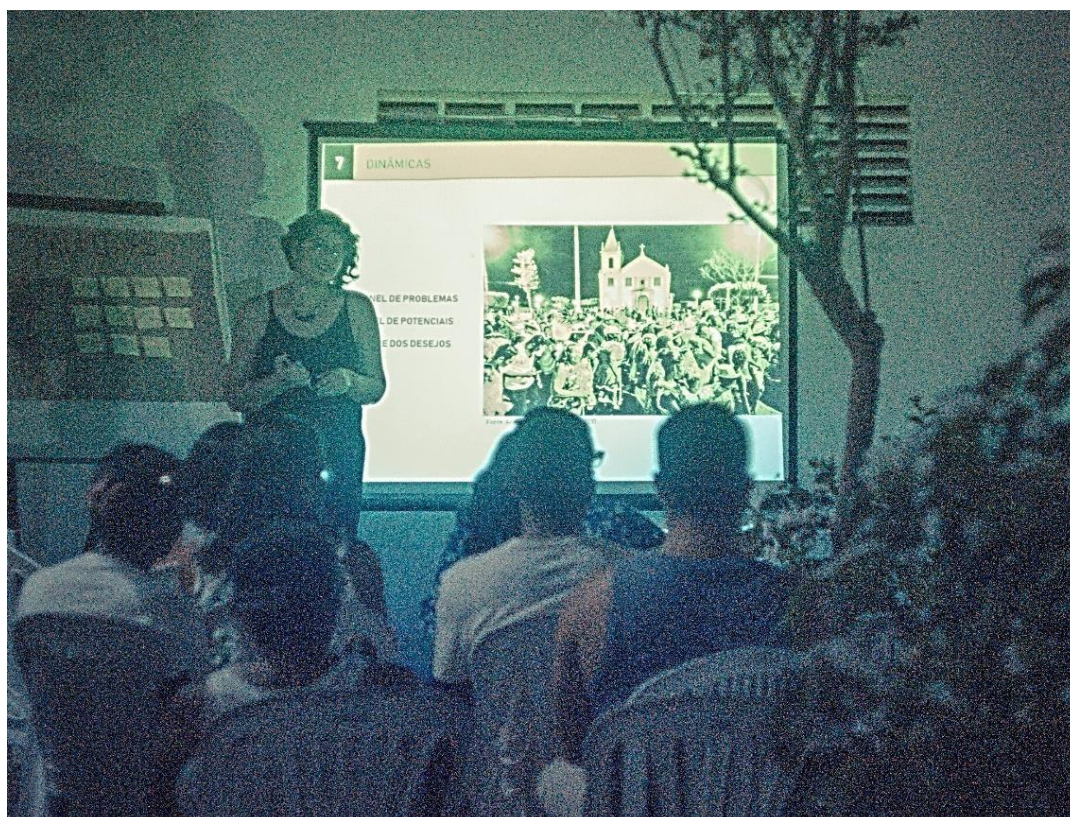


Figura 76- Elaboração do Painel de Problemas das Praças.
Fonte: João Oliveira, 2019.

A dinâmica constituiu na entrega de papéis e canetas aos participantes para que num primeiro momento escrevessem quais eram os principais problemas que as praças de Santo Amaro têm apresentado. Passados cerca de 10 minutos, os papéis eram colados num painel para que discutíssemos brevemente as questões apresentadas, que neste caso apresentaram respostas que correspondiam desde o âmbito da conservação paisagística às questões de convívio social (Figura 78).

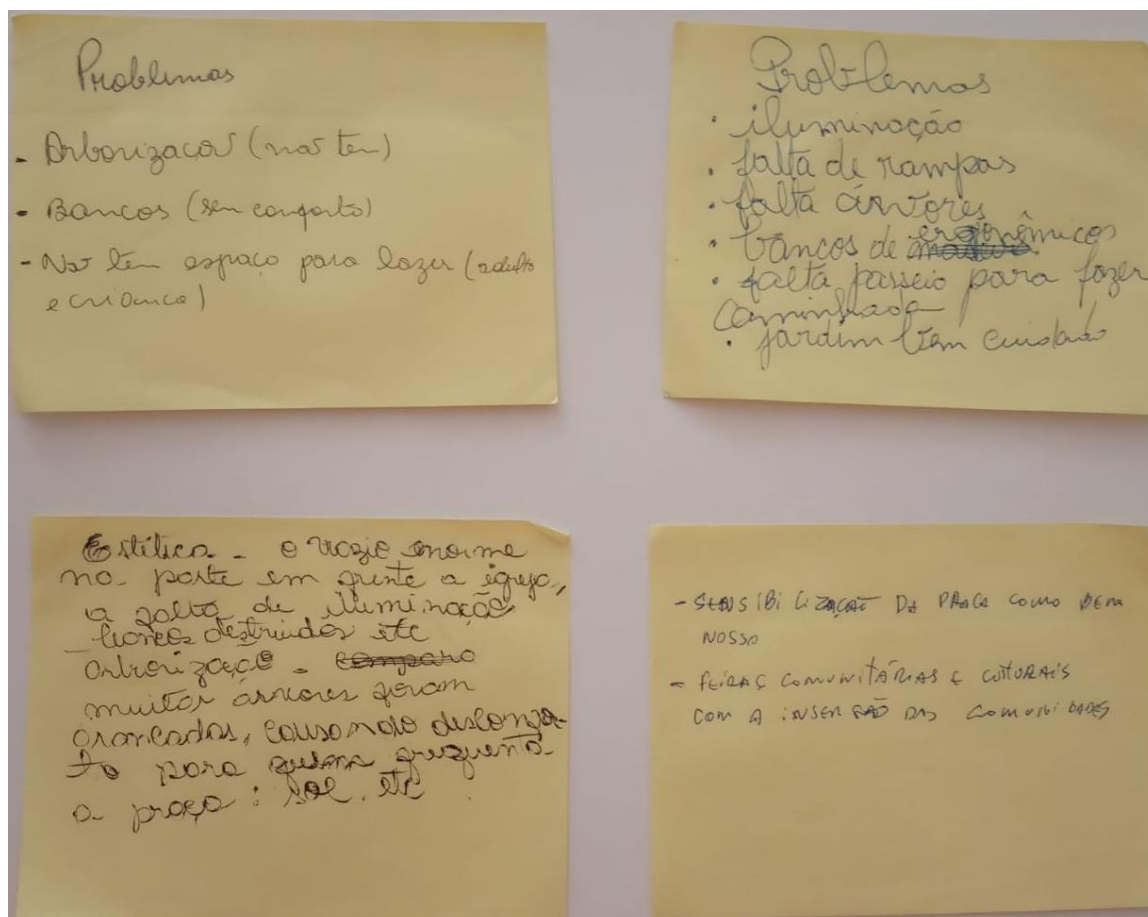


Figura 77- Respostas do Painel de Problemas
Fonte: Autora, 2019.

Em seguida, deu-se sequência a elaboração do painel de potencialidades e soluções, em que as respostas em sua maioria foram focadas em salientar a necessidade de arborização das praças, do seu tratamento paisagístico e projetual com a inserção de acessibilidade e o uso de mobiliários adequados (Figura 79). Ademais, também foram apontadas a necessidade de projetar locais adequados para o uso de crianças, idosos e essencialmente, para apresentações culturais, feiras e rodas de leitura.

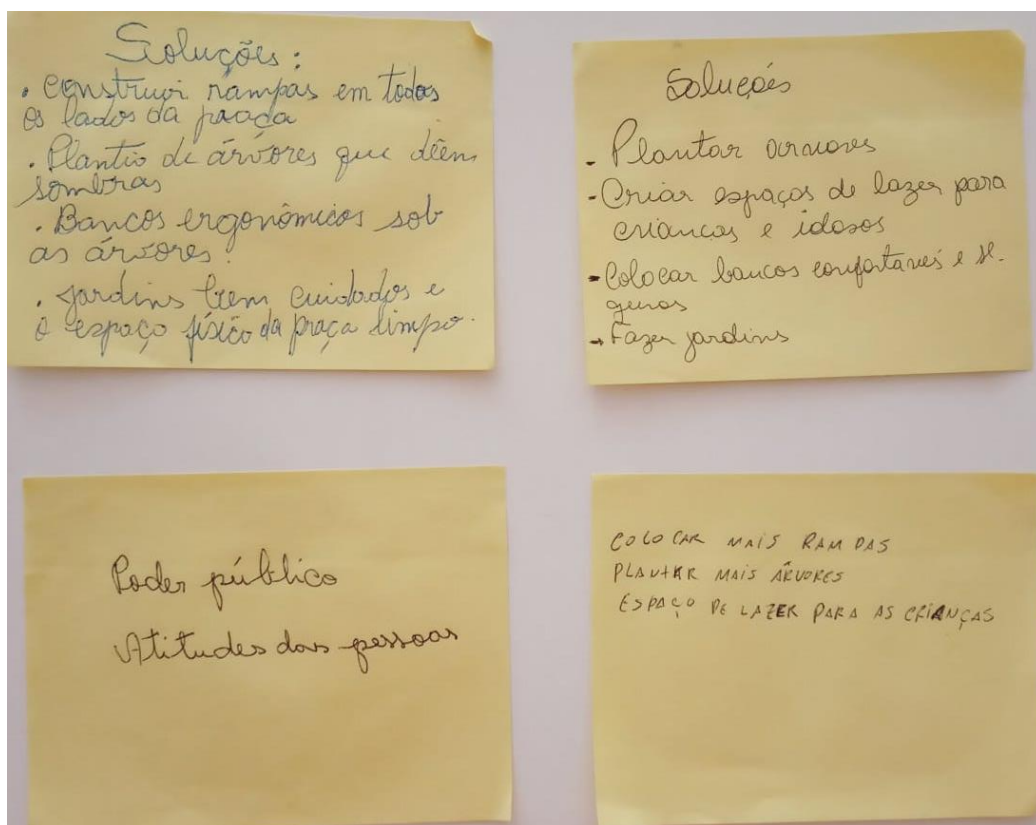


Figura 78- Respostas do Painel de Soluções e Potencialidades
Fonte: Autora, 2019.

A segunda dinâmica consistiu na montagem de uma árvore dos desejos (Figura 80), que objetivou entender quais os desejos mais latentes presentes na comunidade.



Figura 79- Confecção da Árvore dos Desejos.
Fonte: João Oliveira, 2019.

As respostas (Figura 81) envolveram desde a necessidade de sentir-se bem nos espaços com bancos confortáveis, árvores, acessibilidade universal, o desejo de locais multiuso com áreas para feiras e apresentações culturais, como também, salientaram a importância das praças como lugar de memória para a comunidade.

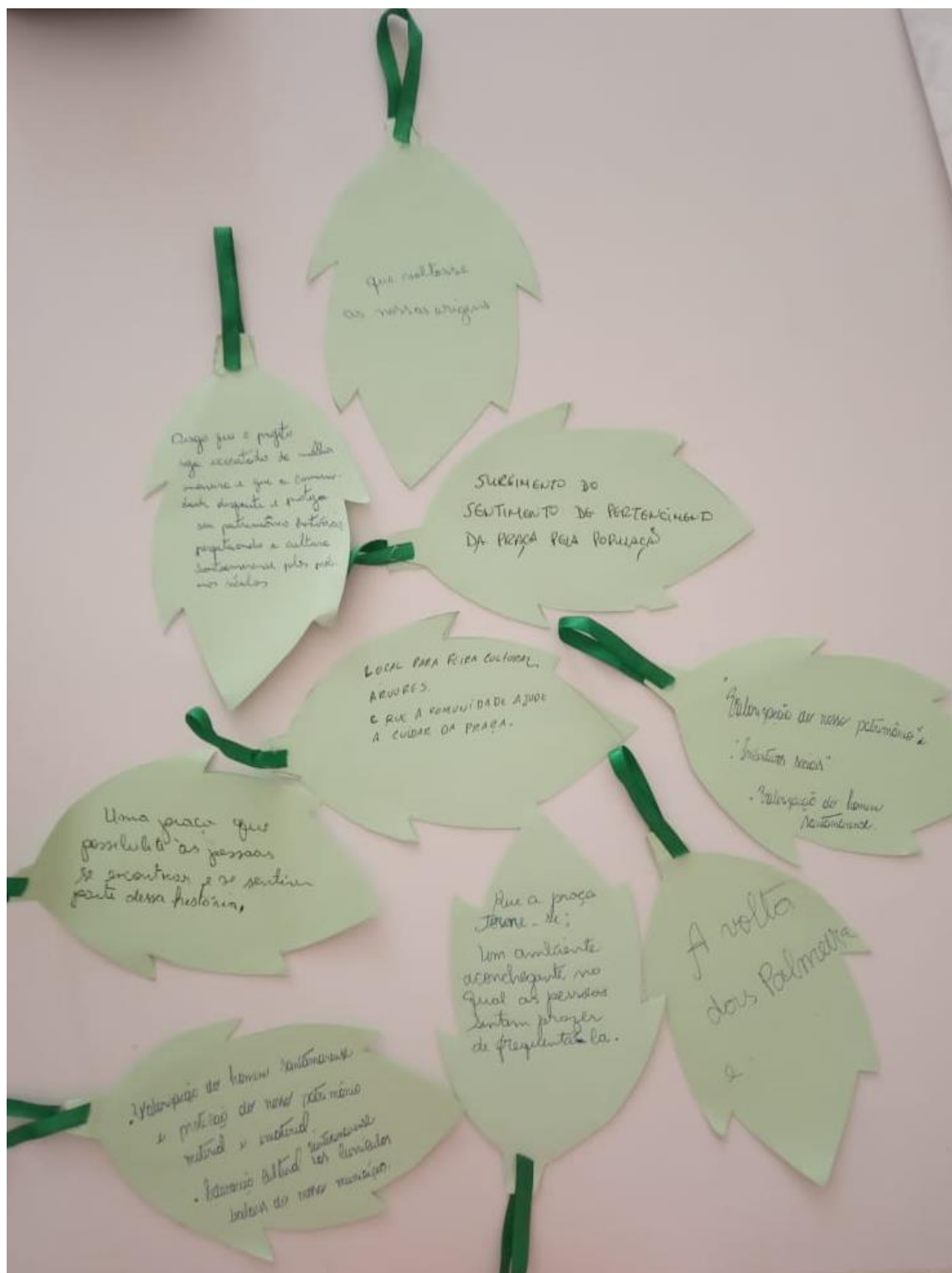


Figura 80- Folhas da Árvore dos Desejos
Fonte: Autora, 2019.

A 1ª oficina foi a oportunidade de contato com a população para que soubessem do desenvolvimento do projeto e expressassem suas opiniões e desejos acerca das praças. Foi fundamental para que o projeto não só envolvesse questões fundamentadas na teoria da preservação do entorno de bens patrimoniais, mas, também em projetos de praças voltados para realidade da comunidade local.

4.2.2 2º Oficina Participativa Repensando as Praças

A 2ª Oficina Participativa tinha como objetivo mostrar o desenvolvimento do projeto das praças por meio de uma maquete e assim, avaliar as decisões e se necessário redirecioná-las. Ocorreu na Fundação Diva Ribeiro localizada na Praça Cel. Jacinto Ribeiro no dia 15 de julho de 2019, segunda-feira às 19 horas, foi divulgada pelas redes sociais e durante duas missas na semana anterior, porém compareceram apenas 10 pessoas. Na ocasião, chovia muito em Santo Amaro das Brotas e associamos esse fato a ausência da comunidade.

No entanto, apesar do número de participantes ter ficado muito abaixo do esperado, a 2ª Oficina foi bastante produtiva. Com o número reduzido, notou-se que as pessoas se sentiram mais à vontade para expor e discutir livremente suas opiniões sobre os projetos apresentados.



Figura 81- 2º Oficina Participativa

Fonte: Autora

Dentre as principais questões que surgiram em relação ao projeto à Praça Cel. Jacinto Ribeiro foram, nas palavras dos participantes: “ porque não seria um projeto de praça antiga com um coreto ?” ao que outros participantes responderam “que não condizia com o tempo de hoje” e a “função do coreto já poderia ser encontrada no anfiteatro” proposto. Outras discussões apontaram que a horta comunitária proposta “não seria boa ideia” e em seu lugar seria melhor ter um “jardim sensorial”, também não foi aceita a proposta de uma nova torre para a igreja ao que foi sugerido que “haja uma escavação e que as ruínas dos alicerces sejam expostas como existe em outros lugares.” Em relação ao projeto como um todo, as reações foram positivas e o partido proposto foi rapidamente assimilado em sua referência aos “caminhos” que a maioria das pessoas realiza na praça.

Em relação as propostas apresentadas para a Praça São Benedito a ideia de retirada do gradeamento em volta da igreja, afim de restaurar o uso em ritos de sincretismo religioso, foi completamente descartada pois, para os participantes da oficina a grade é um elemento essencial de proteção à edificação da igreja, nas palavras deles: “tem impedido que os moradores da área utilizem a calçada lateral da igreja como depósito de materiais de construção e...também como banheiro nas festas de rua”. A área de jogos de mesa proposta para a Praça São Benedito foi entendida como “bem característica” pois os moradores do entorno costumam passar as tardes jogando na praça. A manutenção do adro da igreja foi entendida como essenciais para as manifestações religiosas e brincadeiras infantis, em contraponto foi sugerido a implantação de balizadores nos passeios da Praça São Benedito, para evitar que os moradores da área “utilizem a praça como garagem”. Ademais, foram discutidas o desenho da nova escadaria e foi proposto que a nova pavimentação da praça fosse em pedra portuguesa.

Os projetos apresentados foram revisados de acordo com as opiniões dos participantes da 2ª Oficina. Porém, entendemos que devido ao número reduzido e a faixa etária dos participantes (14 a 40 anos) suas opiniões representam uma pequena parcela da comunidade santoamarense e, desse modo havendo a possibilidade da implementação dos projetos, outras oficinas participativas seriam necessárias para garantir a representação igualitária da comunidade.

No decorrer da 2ª Oficina, firmamos o compromisso da apresentação dos projetos finais à comunidade em dezembro de 2019 durante os eventos de comemoração da Emancipação Política de Santo Amaro das Brotas visando manter a publicidade e conhecimento dos indivíduos sobre sua participação e influência na construção do projeto.

4.3 Mapeamento tipo Deriva com Crianças - Mapeando Emoções

Como meio de fortalecer o desenvolvimento das crianças de Santo Amaro das Brotas, buscamos realizar o mapeamento tipo Deriva com o viés lúdico afim de dar-lhes condições de participação e expressões clara das suas apropriações no lugar da Praça Cel. Jacinto Ribeiro.

A Praça Cel. Jacinto Ribeiro foi escolhida para realização deste mapeamento pois devido à sua centralidade e proximidade com a Escola Estadual Esperidião Monteiro, crianças de toda cidade brincam na praça diariamente, a praça compreende uma grande área e se fazia necessário entender a territorialização infantil. Já a Praça São Benedito é utilizada com frequência por crianças do entorno para brincadeiras que envolvem bolas de futebol, corrida e etc, funcionando como um grande pátio para as crianças da região. Nesse caso, há uma apropriação do espaço central da praça durante as manhãs da semana e, à tarde nos finais de semana.

Ao definirmos como este método seria aplicado, foi fundamental a consciência de que o mesmo deveria ser simples e aproximado das linguagens atuais de comunicação bem como era essencial uma escuta sensível. Pois, como destaca Fernandez (2017, p.17) “Na escuta de crianças, a compreensão apresenta uma complexidade própria, pois a criança tem uma diferente forma de pensar e expressar os pensamentos sobre os diversos assuntos, seu pensamento segue outra lógica”.

Partindo destes pressupostos, elaboramos o Mapeando Emoções. Buscando uma linguagem contemporânea, partimos da iconografia utilizada em redes sociais para representar emoções, os emoticons²⁴ (Figura 83).

²⁴ Emoticons fazem parte da iconografia cibernética, compondo um tipo de linguagem paralinguística. A denominação deriva da junção das palavras de língua inglesa emotion (emoção) + icon (ícone), os emoticons são geralmente utilizados como meios de transmissão de um estado psicológico a partir da expressão facial. Usado desde 1955, ganhou notoriedade ao ser utilizado como meio de comunicação rápida em redes sociais na internet. Disponível em < <http://www.lefigaro.fr/societes/2010/01/05/04015-20100105ARTFIG00704-smiley-ou-l-histoire-d-une-opa-sur-un-sourire-.php> >



Figura 82- Principais emoticons utilizados para expressar emoções.

Fonte: Emojipédia, 2017.

Partindo dessa iconografia, encontramos balões de assopro ilustrados com emoticons, tendo observado anteriormente que o horário em que a Praça Cel. Jacinto Ribeiro era mais frequentada por crianças se dava entre as 16 e 18 horas.

Assim, fomos à praça no dia 17 de janeiro de 2019 no horário supracitado, com os balões cheios e separados em emoticons que representam emoções positivas/ emoticons que representam emoções negativas.

Encontramos cerca de 12 crianças de idades entre 5 e 12 anos, usuárias da praça quase que diariamente e inicialmente mostramos os balões para que as crianças reconhecessem as emoções que estavam representadas. Certificando que eles compreenderiam bem as emoções positivas e emoções negativas (Figura 84).



Figura 83- Parte 1 do Mapeando Emoções em que as crianças reconhecem as emoções como positivas ou negativas.

Fonte: Autora, 2019.

Num segundo momento, foi pedido às crianças para escolherem balões de emoções positivas e procurar o lugar da praça que fazia com que eles se sentissem assim. Eles escolheram livremente e esperaram no local escolhido (Figura 85), fui até eles e pude mapear e anotar suas respostas. Depois, a mesma sequência foi feita com as emoções negativas.

Algumas repostas sobre a escolha dos lugares, foram:

“Aqui é o lugar de brincar”

“Essa é a parte mais legal porque a gente brinca de viagem”

Frases relacionadas à escolha da ponte de madeira pela maioria das crianças quando indagadas porque gostam daquele lugar e porque era aquele era um ponto de emoções positivas.

Quando indagados sobre emoções negativas, um dos locais escolhidos foram os restos de um tronco de uma das palmeiras imperiais em que a justificativa dada foi:

“Fico triste porque a palmeira morreu e era tão bonita e alta”

Outro local escolhido como ponto negativo foi um antigo chafariz arruinado, para o qual foi dito que se tratava de um ponto negativo, pois:

“Era bonito e tinha água, agora está velho e feio.”

“Não tem mais água”

De acordo com Tuan (1980) paisagens mais naturais são permanentemente atrativas, fazendo parte do imaginário humano como lugares ideais, nesse sentido os elementos que despertavam emoções negativas nas crianças estão relacionados a perda de elementos naturais na praça, como a água e as palmeiras imperiais. Também entendemos que a perda desses elementos está baseada, em maioria, associadas a falta de manutenção básica da praça.





Figura 84- Parte 2 do Mapeando Emoções em que as crianças escolhem os pontos da praça que lhes despertariam emoções positivas ou negativas. À esquerda da figura, demonstramos as escolhas que acarretam emoções positivas, à direita estão as que causam emoções negativas.

Fonte: Autora, 2019.

Por outro lado, as emoções positivas são dominadas por pontos que embora não destinados às crianças, mas que favorecem a ludicidade, as brincadeiras livres e o uso da imaginação, dentre os elementos vistos como positivos destacamos a ponte de madeira e o adro em frente à igreja no qual muitas crianças podem andar de bicicleta livremente.

Os resultados condizem com a fala de AZEVEDO (2002, p.95), que também salienta a como se devem ser os espaços infantis:

“A organização dos espaços destinados às crianças deve considerar os mecanismos perceptivos e cognitivos das mesmas, aos quais elas recorrem para mapearem seu espaço; ou seja, deve levar em conta essa apropriação do espaço pela criança, é feita principalmente, a partir de relações topológicas. E conhecer como esta se desloca, se orienta e delimita seu território, exercitando seus domínios, irá fortalecer a interação usuário- ambiente. A imagem de espaços de dominação, controladores e limitadores, muitas vezes concebidos e interpretados como a solução para os espaços destinados às crianças, deve ceder ao conceito de espaços com senso de liberdade, de experimentação.”

Por fim, nos reunimos e sentados lados a lado brincamos de “entrevista” Improvisando um microfone com pirulitos, perguntamos a cada um o que eles desejavam para a Praça, como local de brincadeiras. Algumas respostas foram:

“Aquele negócio que sobe e desce... chama uma gangorra”.

“ Outras palmeiras novas”

“Caixa de areia”

“ Que tivesse um carrinho e um balanço”

“Coelhinhos e bichinhos”



Figura 85 - Mapeamento dos pontos de emoções positivas e negativas pelas crianças. Em que os pontos vermelhos são emoções negativas e os pontos azuis são emoções positivas, em amarelo a demarcação do território infantil na Praça Cel. Jacinto Ribeiro.

Fonte: Autora, 2019.

Esse mapeamento permitiu entender o lugar da praça pela ótica das crianças, sendo possível localizar a partir dele o território infantil na Praça Cel. Jacinto. Sendo fundamental para a elaboração do projeto, principalmente nas decisões que nortearam as áreas para crianças.

4.4 Referências Projetuais

A fundamentação de um projeto exige realização de pesquisas sobre ideias e projetos com necessidades semelhantes, suas propostas de usos e principais soluções projetuais utilizadas para reestruturação, bem como a compatibilização dos mesmos diante das legislações atuais, afim de elaborar repertório e aplicar ao projeto as propostas mais adequadas a sua situação.

As referências de projeto para as Praça Cel. Jacinto Ribeiro e Praça São Benedito apresentam atributos semelhantes a esta, oferecendo ideias que aproximam o público do uso e convívio nas praças. Essas referências a seguir, apresentam soluções inspiradoras para as diferentes necessidades programáticas e condições físicas a serem solucionadas no projeto.

Além das referências projetuais, citamos aqui referências bibliográficas que auxiliaram na concepção das intervenções projetuais, são:

- Praças Brasileiras (2010) - Fábio Robba e Silvio Macedo;
- Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil (2010) – Ivete Farah, Mônica Bahia e Raquel Tardin (orgs);
- Projeto de Praça Convívio e Exclusão no Espaço Público (2008)- Sun Alex
- Paisagismo Brasileiro na virada do Séc. XX- 1990 a 2010 (2012)- Silvio Soares Macedo

4.4.1 Requalificação de Praças em Catanduva – SP

A cidade de Catanduva está localizada no interior do estado de São Paulo a cerca de 384 km da capital São Paulo. Foi fundada em 1918 e atualmente possui cerca de 120 691 habitantes.

Os projetos das praças foram desenvolvidos a partir de uma parceria entre o escritório Barbieri + Gorski com a arquiteta paisagista Rosa Grená Kliass. Uma das características referenciais desse projeto está no faseamento das execuções do mesmo, a Praça Matriz teve seu planejamento entre 2007 a 2010 e sua construção em 2012, já a Praça 9 de julho foi planejada entre 2007 a 2013 e a execução da obra se deu em 2014.

Inicialmente, as Praças da Matriz e Nove de Julho (Figura 87) eram uma só praça, denominada São Domingos. Posteriormente, a Praça da Matriz graças a presença da Igreja Matriz da cidade teve seu uso sempre associado à igreja, enquanto a outra metade tornou-se Praça Nove de Julho, pois relaciona-se com Revolução Constitucionalista de 1932 e portanto, está relacionada a funções cívicas. Para reformular esses espaços, foi dada ênfase para solução de espaços de circulação e estacionamento tanto no entorno como no interior das praças

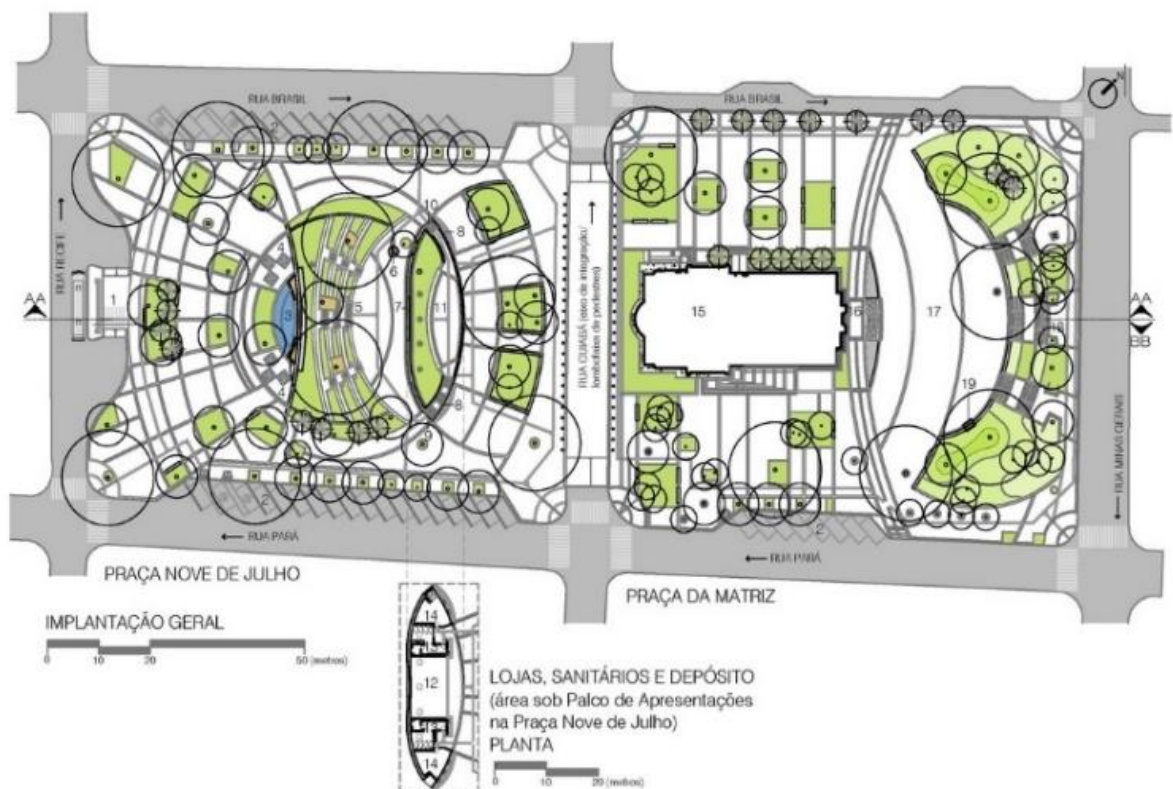


Figura 86- Implantação das Praças da Matriz e Praça Nove de julho
Fonte: ARCHDAILY, 2017.

Praça da Matriz de Catanduva é chamada de “A praia da cidade”. Muito frequentadas, tanto a igreja para cerimônias religiosas como a praça para ponto de encontro.

Em virtude dos usos da praça serem voltados principalmente para o lazer e eventos, o foco da intervenção foi criar um espaço de qualidade estética e ambiental, promovendo a recuperação e valorização da vegetação existente, além de buscar atender os preceitos da acessibilidade e restaurar a igreja matriz. Desse modo, a arquiteta paisagista Rosa Kliass dedicou atenção especial às árvores existentes e a implantação de novos conjuntos.

O projeto entendeu a Praça da Matriz (Figura 88) como um grande átrio com patamares valorizados por um conjunto de palmeiras. Além disso foi dividida em dois compartimentos, o primeiro formado por uma esplanada com vegetação arbórea de grande porte que contempla também um terminal de ônibus existente. O segundo compartimento, tem pequenos anfiteatros e um espelho d’água (Figura 89).

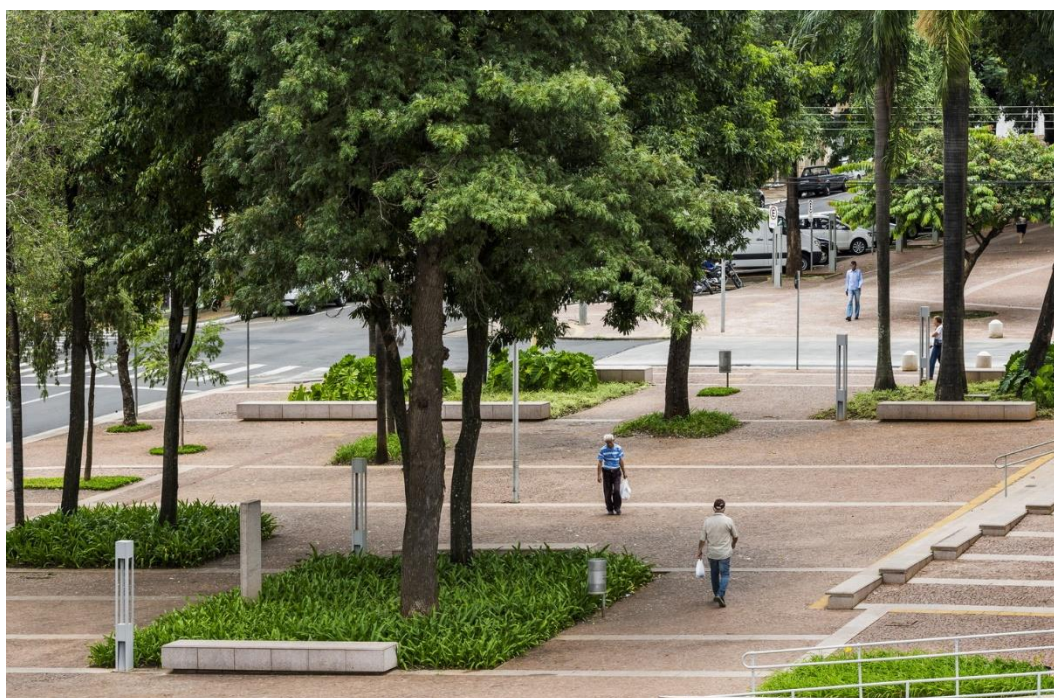


Figura 87 – Tratamento paisagístico da Praça Matriz de Catanduva-SP.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.



Figura 88 - Vista do Anfiteatro e das fontes d'água no piso da Praça Matriz.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.

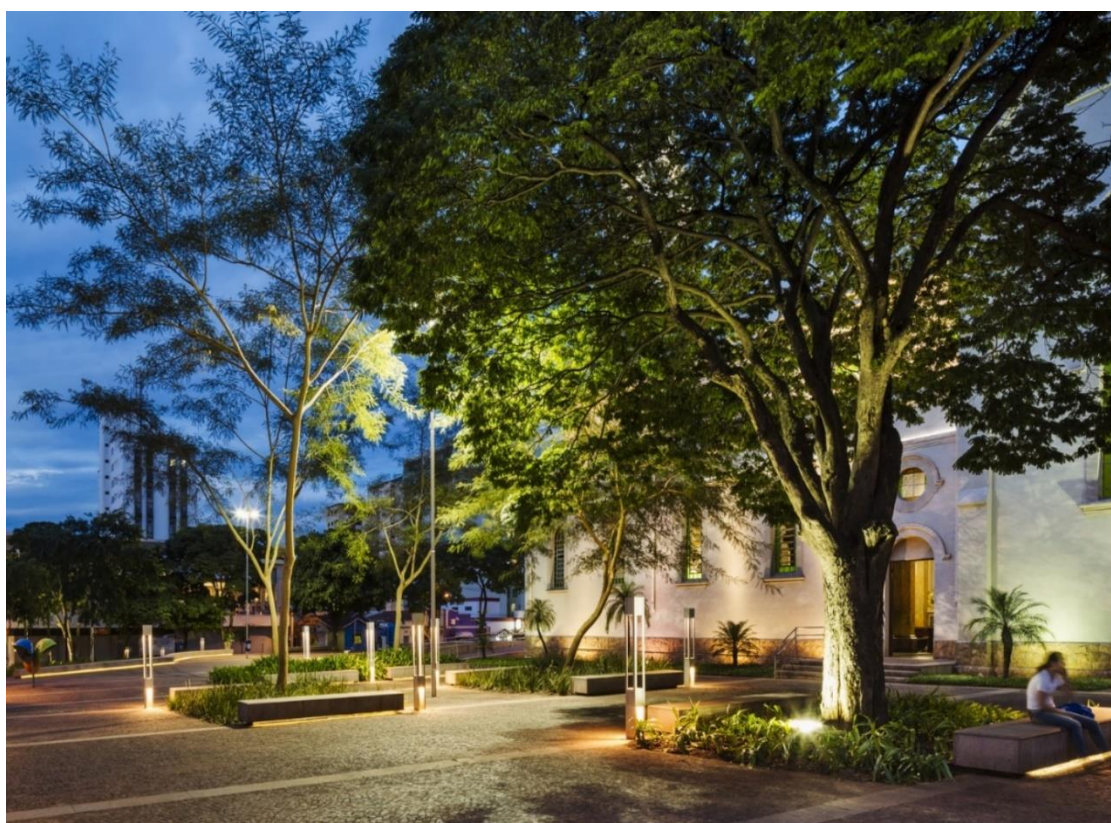


Figura 89 – Iluminação na Praça da Matriz em Catanduva.
Fonte: ARCHDAILY, 2017.

Continua a Praça da Matriz, a Praça Nove de julho tem um forte caráter histórico e simbólico pois faz referência a Revolução Constitucionalista de 1932 para além de seu nome com dois elementos iconográficos: um monumento ao Soldado Constitucionalista e um mural em baixo relevo denominado “A despedida” ou “A partida”. A nova configuração da praça descolocou esses elementos para áreas em que estes seriam melhor valorizados, também buscou-se preservar a vegetação existente criando áreas de estar sob a sombra das árvores.



Figura 90 - Painele Iconográfico na Praça 9 de Julho.
Fonte: BARBIERI+GORSKI, 2019.

Entre as duas praças, a Rua Cuiabá (Figura 91) foi elevada ao nível de piso de ambas praças para assegurar a ligação entre elas. Porém, a Praça Nove de Julho (Figura 92) possui um desnível em relação a Praça da Matriz, esse fato permitiu a instalação de uma área de comércio, ponto de informações turísticas e sanitários onde sob a laje de cobertura também foi implantado um palco de apresentações interligado com o anfiteatro. Este setor abriga os monumentos referentes a Revolução Constitucionalista e acomoda os usuários nas festividades culturais. Um conjunto de vertedouros de água foram implantados no plano reverso às arquibancadas do anfiteatro.

Este projeto foi escolhido como referencial pois sua morfologia e o uso das praças que se aproximam das situações encontradas nos objetos de estudo deste trabalho. A Praça Matriz de Catanduva apresenta os usos religiosos, culturais e de lazer semelhante à Praça Cel. Jacinto Ribeiro. Por sua vez, os desníveis encontrados na Praça 9 de julho se assemelham à situação existente na Praça São Benedito. Ademais, o tratamento paisagístico

e o respeito aos usos existentes nas praças são valores que devem ser aplicados nos projetos desenvolvidos.



Figura 91 - Elevação de piso na Rua Cuiabá
Fonte: ARCHDAILY



Figura 92 - Anfiteatro e fontes de piso na Praça 9 de julho.
Fonte: ARCHDAILY

4.4.2 Intervenção em Espaços Livres Públicos em Mariana – MG

Mariana é uma das principais cidades históricas de Minas Gerais, distante cerca de 110 km da capital Belo Horizonte, a economia local é movida pelo turismo e extração de minérios. O centro histórico é conhecido pelo seu casario colonial e as grandiosas igrejas barrocas com fachadas voltadas, quase sempre, para alguns espaços livres públicos.

De 2003 a 2004 alguns desses espaços livres foram alvos da elaboração de um projeto de intervenção por parte do escritório Arquitetos Associados baseado em Belo Horizonte - MG. Com o objetivo de valorizar os espaços e reduzir interferências desagradáveis a paisagem, as premissas projetuais visaram respeitar os monumentos históricos existentes, ressaltar a relação espaço livre– edificações e, potencializar a ocupação humana das áreas.

As propostas para permitem que eventos importantes tanto para os moradores, quanto para os turistas possam ser realizados nesses espaços. Os projetos (Figura 94) prezam pela simplicidade construtiva e uso de materiais locais que possam facilmente relacionar-se e integrar-se a preexistência, preservando a ambiência do conjunto urbano do séc. XVIII.

Um dos espaços que receberam a intervenção foi a praça localizada à frente da Igreja de São Pedro dos Clérigos que recebeu um tratamento paisagístico que adaptado à declividade do acesso à igreja, os materiais e mobiliários empregados não destoam ou atrapalham a fruição da paisagem e ambiência histórica.



Figura 93 - Planta Baixa da Intervenção na Praça de São Pedro dos Clérigos

Fonte: Arquitetos Associados, 2019



Figura 94 - Praça da Igreja de São Pedro dos Clérigos
Fonte: Arquitetos Associados, 2019.

Na praça da Sé de Mariana, o foco da intervenção foi a recomposição do piso da praça seca para atender não só a necessidade de acessibilidade no local, mas também não destoasse da configuração urbana histórica.

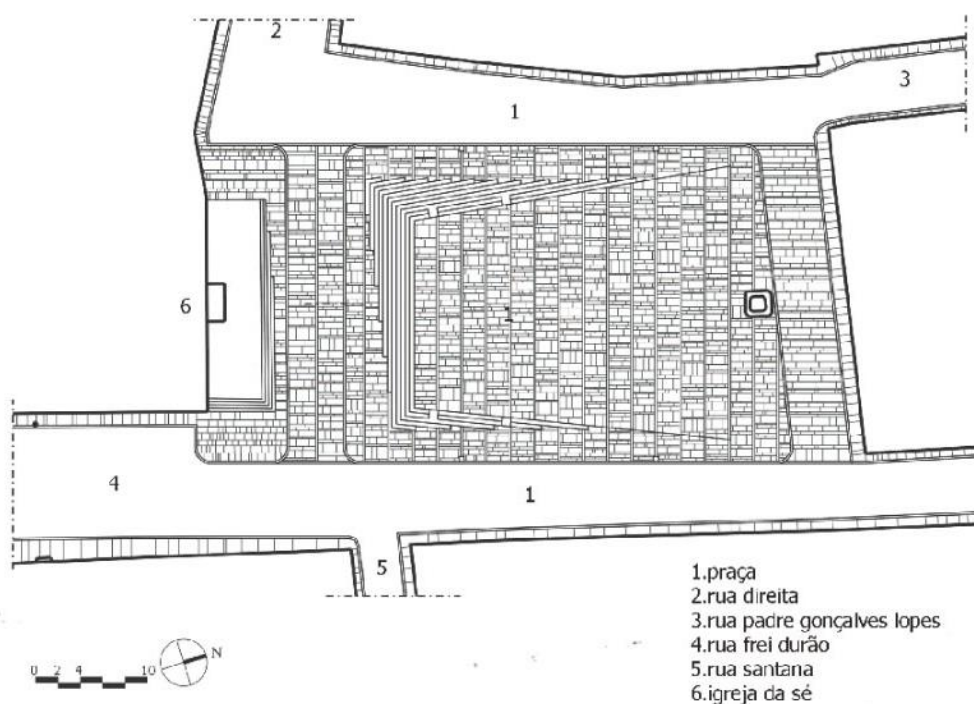


Figura 95- Planta baixa do projeto de intervenção na Praça da Sé de Mariana - MG.

Fonte: Arquitetos Associados, 2019.



Figura 96- Intervenção na Praça da Sé de Mariana - MG.
Fonte: Arquitetos Associados, 2019.

4.5 Estruturação das propostas projetuais

No decorrer do projeto, foi possível aproximar o referencial teórico em atividades práticas que ora fundamentaram ou qualificaram as decisões projetuais, a seguir temos um quadro síntese exemplificando a relação entre conceitos e decisões projetuais.

Conceito	Praça Coronel Jacinto Ribeiro	Praça São Benedito
Espaço livre público/ Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU Nº 11 - Participação Popular	Oficinas de Participação Popular realizadas em janeiro e junho de 2019	Oficinas de Participação Popular realizadas em janeiro e junho de 2019
Praça Brasileira	- Permanência do adro da igrejas - Espaços multiusos correspondentes às funções contemporâneas das praças	- Permanência do adro da igrejas - Espaços multiusos correspondentes às funções contemporâneas das praças
Identidade, Memória e Paisagem Cultural/ Preservação do Patrimônio Cultural	• Preservação dos elementos característicos de ligação – Praça – Igreja (Adro) • Recomposição do eixo de palmeiras imperiais • Exposição das fundações da possível torre da igreja • Criação do percurso memorial das praças e portos • Implantação de totens informativos sobre o histórico das praças e edifícios significativos no entorno • Mapeamento dos usos/fluxos característicos das praças e redesenho visando sua manutenção	• Preservação dos elementos característicos de ligação – Praça – Igreja (Adro) • Redesenho da grade de proteção da escadaria da igreja – Possibilitando a lavagem em ritos afro • Criação do percurso memorial das praças e portos • Implantação de totens informativos sobre o histórico das praças e edifícios significativos no entorno • Mapeamento dos usos/fluxos característicos das praças e redesenho visando sua manutenção

Figura 97- Tabela de aplicação dos conceitos

Fonte: autora, 2019.

Foi elaborado um mapa de figura fundo visando entender as relações entre os espaços livres da cidade de Santo Amaro das Brotas, principalmente em relação as Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito. A partir do mapa foi possível perceber que embora existam muitos espaços livres privados intraquadras, a relação de vivência social tem seu foco principal nas ruas e praças.



Figura 98- Figura Fundo com destaque para o espaço das Praças e o percurso entre elas destacado em vermelho.

Fonte: autora, 2019.

A elaboração do diagrama foi fundamental para o entendimento dos fluxos mais constantes na Praça que são diretamente ligados aos prédios institucionais em seu entorno, além disso foi possível observar e entender as apropriações da Praça por parte da comunidade que ajudaram a decidir sua setorização e relação de usos.

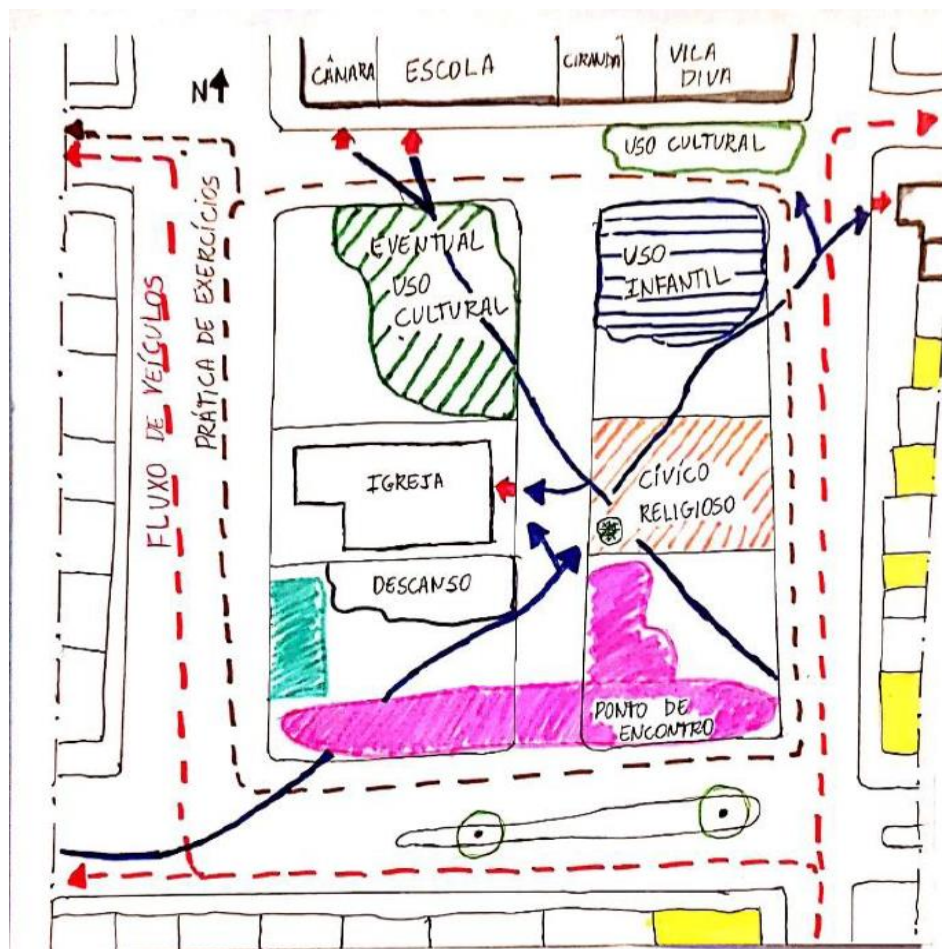


Figura 99 - Diagrama conceitual Praça Cel. Jacinto Ribeiro
Fonte: autora, 2019.

O diagrama da Praça São Benedito se faz importante para percebermos a diferença de fluxos em relação à Praça Cel. Jacinto Ribeiro, visto que seu entorno é basicamente residencial. Outro fator importante foi a percepção do uso da praça como estacionamento irregular, visto que as ruas adjacentes à praça são estreitas, mas fundamentais para o trânsito em direção à saída da cidade.

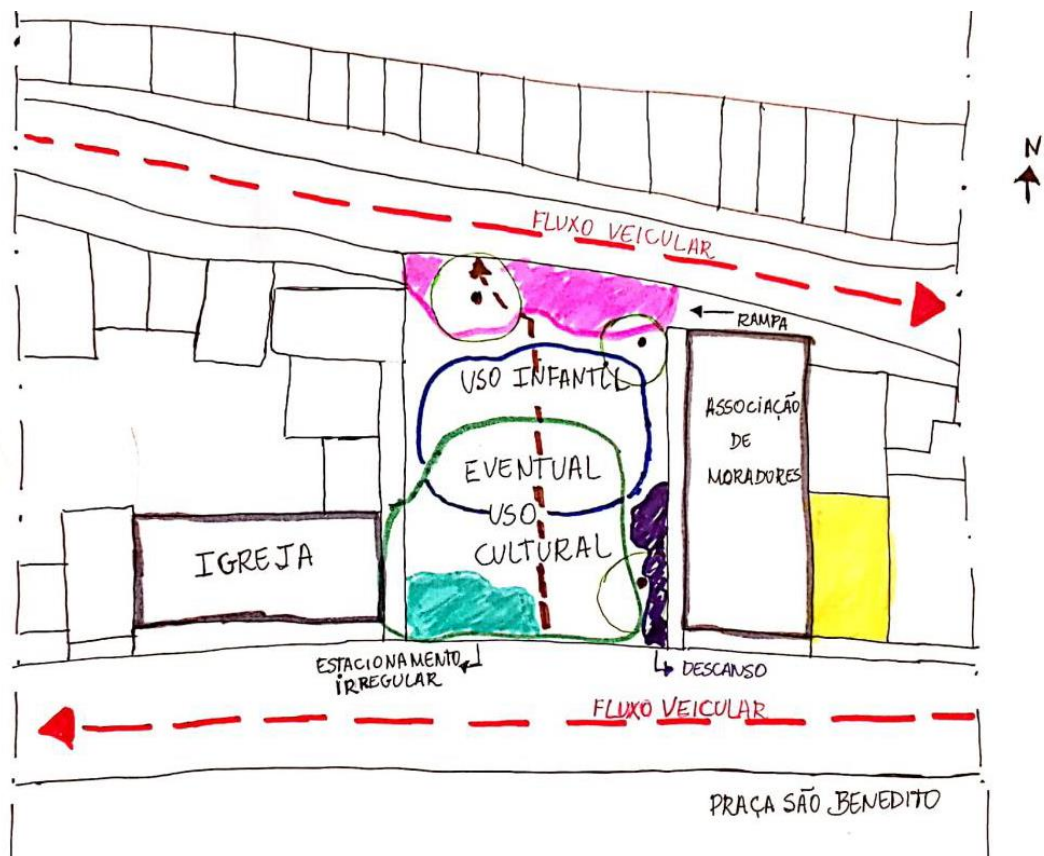


Figura 100- Diagrama Conceitual Praça São Benedito

Fonte: Autora, 2019.

4.6 Anteprojeto da Praça Cel. Jacinto Ribeiro

Esse anteprojeto (Anexo 1) tem como premissas principais: a manutenção dos usos e apropriações existentes na Praça Cel. Jacinto Ribeiro e o respeito a cultura local. Junto a estes princípios, alinhavamos a percepção dos fluxos significativos existentes bem como à ideia de uma arborização adequada ao clima local e os desejos expressos pela comunidade durante as oficinas participativas.



Figura 101- Croqui proposta inicial da Praça Cel. Jacinto Ribeiro
Fonte: autora, 2019.



Figura 102- Implantação da Praça Cel. Jacinto Ribeiro
Fonte: autora, 2019.

Dentro da proposição de manutenção de usos, mantivemos como ponto de encontro a área central da praça, a criação da faixa do circuito de caminhada, a área de jogos de mesa no local de preferência dos adultos maiores.

O projeto também propõe que na rua existente entre a fachada principal da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas e a Praça Cel. Jacinto Ribeiro seja implantada um tipo de *Traffic Calm*, para reduzir a velocidades dos veículos garantindo a segurança dos pedestres nos eventos culturais. Para isso, há a indicação da construção de platôs na via, elevados ao nível dos passeios da praça com pavimentação de blocos de concreto intertravado com textura e cores diferentes da pavimentação utilizada no entorno, afim de destacar aos motoristas que estão em uma zona prioritária para pedestres



Figura 103- Representação Gráfica da Área de Jogos de Mesa
Fonte: Autora, 2019.

No âmbito de preservação da memória, o adro central da igreja também foi mantido com a recomposição do eixo de palmeiras imperiais, visando a manutenção de suas características simbólicas na paisagem. Como sugerido na 2ª Oficina Participativa, esse projeto propõe a escavação das fundações do que viria a ser a segunda torre da Igreja Matriz e além disso, a criação de um percurso de reconhecimento patrimonial ligando as Praças São Benedito e Cel. Jacinto Ribeiro aos Portos da Rêdes e das Canoas.



Figura 104- Representação Gráfica do Adro Central e eixo das palmeiras imperiais
Fonte: autora, 2019.

A proposta também visou adequar esse espaço livre a contemporaneidade, implementando espaços como anfiteatro, redário, academia de ginastica, jardins sensoriais e uma praça para suporte das manifestações culturais santoamarenses.



Figura 105- Representação Gráfica Bicicletário
Fonte: Autora.

Para adequar-se aos resultados apurados no mapeamento cognitivo com crianças, definimos a área em que entendemos uma territorialização infantil como parques infantis separados por faixas etárias de 0-6 anos e 6-12 anos, também buscamos recompor no paisagismo os elementos de sua preferência como a ponte de madeira, o espelho d'água e as palmeiras.

Propomos ainda a inserção de uma nova edificação para suporte aos usos culturais da praça, um espaço para agregar as funções de apoio como banheiros, cafeteria e posto de informação e uma pequena galeria para exposições e atividades da Escola Estadual Esperidião Monteiro. O volume foi pensado de modo a integrar os espaços livres com as edificações do entorno, especialmente a escola e o Movimento Ciranda Alternativa para que possam utilizá-lo como ponto de apoio às suas atividades.



Figura 106- Croqui Esquemático da Edificação de apoio na Praça Cultural

Fonte: Autora, 2019.

O edifício de apoio é composto por dois pavilhões de concreto que abrigam os usos de cafeteria, banheiros e posto de informação, no sentido norte/sul foi implantada uma pérgola que deve oferecer suporte às atividades culturais. Pensando no conforto ambiental do edifício de apoio já que este recebe a insolação no sentido Oeste durante à tarde, a cobertura borboleta está suspensa cerca de 1,50 m por dois pilares de concreto afim favorecer a ventilação.

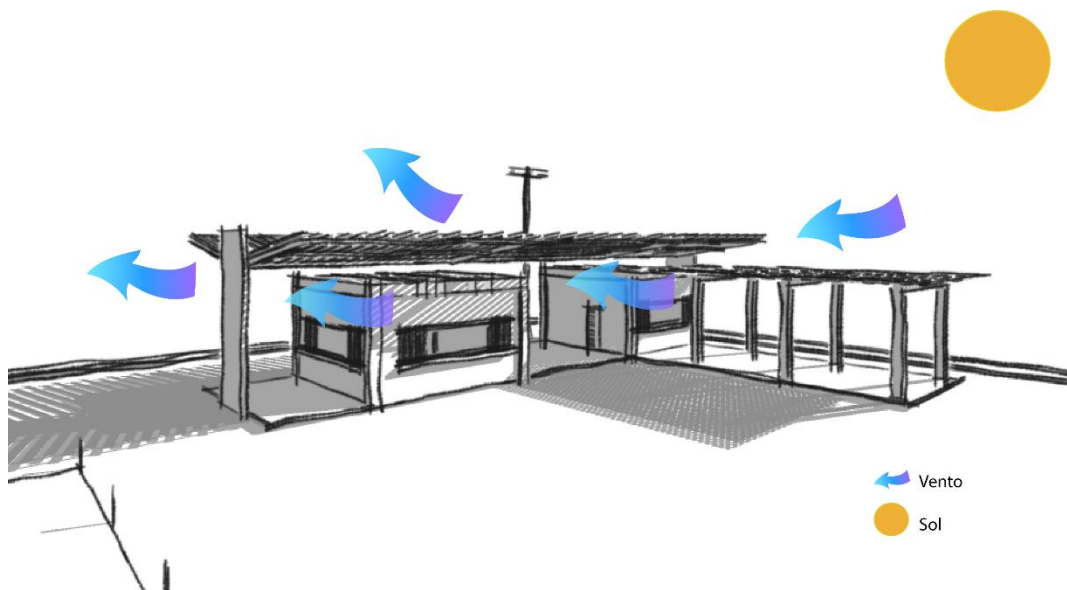


Figura 107- Esquema de insolação e ventilação da Edificação de Apoio.
 Fonte: autora, 2019.

Formalmente, ao pensarmos na relação entre a edificação proposta e seu entorno buscamos essencialmente o respeito diante do patrimônio existente, visando estabelecer o que Beatriz Kühl, em uma relação com a música chama de “diferenciação em dissonância” – uma relação que interpreta o entorno histórico visando estabelecer uma harmonia para valorizar o conjunto de modo respeitoso e “polifônico”.

Assim, a edificação de apoio cultural proposta buscou estabelecer uma relação de respeito à Igreja Matriz tendo nela referências para sua composição, dentre essas: estão os cunhais do edifício antigo que foram utilizados no edifício novo em madeira e a utilização de muxarabi, presente em janelas da Igreja, na cobertura da pérgola cultural estabelecendo assim uma sutil relação visual. Também foram consideradas as proporções entre a edificação proposta que mede 5,50 metros de altura em relação a Igreja Matriz que tem 12 metros de altura e a Escola, com cerca de 8 metros de altura.



Figura 108- Representação gráfica da Edificação Proposta
Fonte: autora, 2019.

4.7 Anteprojeto da Praça São Benedito

Seguindo as premissas de manutenção dos usos e apropriações, o anteprojeto da Praça São Benedito (Anexo 2) visou a manutenção do caráter definido seu pelo entorno residencial. Em contrapartida, visando atender sugestões propostas nas oficinas participativas o projeto também limitou usos da praça caracterizados pelo seu entorno, mas que são entendidos como prejudiciais a fruição do espaço e preservação do patrimônio edificado.



Figura 109- Implantação da Proposta para a Praça São Benedito

Fonte: autora, 2019.

O projeto teve como objetivo principal a demarcação da área do adro da Igreja de São Benedito, deixando-o livre para o exercício das manifestações religiosas ali realizadas também foi priorizado os acessos as residências e a associação de moradores que se abrem para a Praça. Ademais, a proposta visa fomentar uma revisão dos acessos à praça, o

estabelecimento de uma área de jogos de mesa com novo mobiliário urbano, a manutenção das árvores existentes e o redesenho do gradeamento da Igreja de São Benedito.



Figura 110 - Representação Gráfica da Praça São Benedito
Fonte: autora, 2019.

Em relação aos acessos, foi proposta uma nova escadaria de acesso à Praça São Benedito pela Rua Durval da Cunha Maynart com novos guarda-corpos. Os acessos de carros à Praça podem ser limitados com inserção de balizadores na entrada da Rua São Benedito e na Av. Lourival Batista.



Figura 111 - Croqui da ideia para Praça São Benedito
Fonte: Autora, 2019.



Figura 112- Representação da proposta de acesso para a Praça São Benedito
Fonte: autora, 2019.

Para a proteção da Igreja de São Benedito, sugerimos a substituição das grades de ferro por portões de correr de alumínio afim de que estes se abram totalmente em frente as escadarias da igreja possibilitando a realização dos rituais de sincretismo religioso.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como foco inicial compreender padrões morfológicos e as questões socioculturais e simbólicas existentes em parte do Sistema de Espaços livres de Santo Amaro das Brotas para então, elaborar propostas intervenção projetuais e diretrizes de conservação para as Praças Cel. Jacinto Ribeiro e São Benedito.

Assim, estabeleceu-se a tarefa de entender a formação urbana e social da cidade de Santo Amaro das Brotas para enfim chegar ao entendimento das principais características físico-simbólicas relacionadas as praças. Dentro desta temática, o referencial teórico buscou aproximar-se tanto dos padrões morfológicos e questões históricas que permeiam os lugares, quanto das questões imateriais do patrimônio cultural que em muitos casos tem nas praças um local de representação.

Ao nos debruçarmos sobre a cidade de Santo Amaro das Brotas e suas principais praças, nos deparamos com um complexo sistema físico e simbólico que muito representa não só a história da cidade e seus habitantes quanto do Brasil. Diante dessa constatação, percebemos a importância da preservação não só de uma praça mas, de toda paisagem cultural e ambiências da cidade.

Aliado a isso e percebendo a desigualdade social histórica presente no discurso simbólico dos espaços livres estudados, deu-nos a constatação que este trabalho deveria perseguir a ideia de uma construção de espaços livres públicos não só mais igualitários quanto fiéis às suas características e apropriações. Para tanto, estabeleceu-se o processo participativo por meio das oficinas e pelo mapeamento cognitivo com crianças. As oficinas e o mapeamento configuraram um processo de escuta e aproximação do outro surpreendentes, de modo que muitos pressupostos acerca do lugar das praças e a da opinião da comunidade foram desestruturados e remodelados a partir de então.

Porém, as oficinas participativas tiveram limitações em sua execução, seja pelo desinteresse da comunidade em comparecer ou pela dificuldade de obtenção de respostas quando houve mais pessoas presentes. Apesar disso, entendemos a realização deste processo participativo como fundamental para o desenvolvimento prático do projeto pois aproximou-o da realidade santoamarense. Diante da realidade santoamarense, em que os projetos urbanísticos são desenvolvidos à revelia popular, acreditamos que o processo participativo pode tornar a comunidade consciente diante que deve e pode tomar decisões acerca de sua cidade.

Ainda dentro do âmbito da participação popular, esse trabalho inspirado pelas ações do Grupo GAE – PROARQ -URFRJ entendeu que a participação de crianças na construção dos espaços públicos e lugares de memória é imprescindível pois, além de possuírem um

olhar único e rico sobre a cidade, são cidadãos e parte fundamental para a construção de um futuro digno e preservação dos simbolismos presentes no lugar.

As análises também demonstraram que a cidade necessita, de modo imediato, de uma legislação urbanística e ambiental específica para o seu território, afim de regular suas construções, melhorar a qualidade urbanística e preservar a paisagem existente. Nesse sentido, a proposta de criação de áreas de preservação expostas nesse trabalho representa apenas uma pequena parte do que viria a ser essa legislação.

A estruturação dessa legislação esbarra na pouca organização do poder administrativo e legislativo municipal. Durante as oficinas de participação popular, ficou claro que a população santoamarense, embora muito ativa na produção cultural da cidade, permanece acuada quando se trata do seu papel nas decisões urbanísticas da cidade. Perante a isso, reforçamos aqui que as universidades e seus estudantes podem transpor o muro entre a academia e o mundo exterior, informando, expondo e até mesmo ajudando em ações da população em geral.

Dentre as dificuldades enfrentadas nessa pesquisa, a mais latente foi a a distância dos objetos de pesquisa-projeto. A necessidade de conferência, revisão e busca de material base para elaboração das propostas atrasou etapas.

Apesar das questões citadas, entendemos que este trabalho alcançou seus objetivos em relação ao estudo dos sistemas de espaços livres de Santo Amaro das Brotas e as questões simbólicas que lhes estão imbuídas. Em contrapartida, atingiu em parte o objetivo quanto ao desenvolvimento dos projetos de requalificação e preservação do patrimônio com base na participação popular. Dito isso, salientamos que no caso de implementação dos projetos de requalificação aqui apresentados existe a necessidade da realização de outras oficinas participativas afim de revisá-los.

O projeto de espaços públicos vai além do desenho em si, principalmente se estes constituírem lugares de memória, há nesses espaços discursos políticos, vozes e vontades que devem ser atendidos no gesto projetual para que assim se construam espaços igualitários e seguros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHDAILY BRASIL. **Requalificação de Praças em Catanduva / Rosa Grena Kliass Arquiteta + Barbieri + Gorski Arquitetos Associados.** Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/867162/requalificacao-de-pracas-em-catanduva-rosa-grena-kliass-arquiteta-plus-barbieri-plus-gorski-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em 30 de maio de 2018.

ARQUITETOS ASSOCIADOS, **Intervenção em espaços públicos do centro histórico de Mariana**, Disponível em <http://www.arquitetosassociados.arq.br/?projeto=intervencao-em-espacos-publicos-do-centro-historico-de-mariana>. Acesso em 31 de março de 2018.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público.** São Paulo: Editora SENAC, 2008.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone A. de. **Espaços Livres inseridos na paisagem urbana: Memórias, rugosidades e metamorfoses.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFPE, Recife, 2006.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público.** Editora SENAC, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas.** Revista Conexões v. 2, n.1, 2004.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Arquitetura Escolar e Educação: Um modelo de Conceitual de Abordagem Interacionista.** Tese Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

ALTERNATIVA, Ciranda. **Ciranda Alternativa.** Disponível em <https://ptbr.facebook.com/cirandaalternativa>. Acesso em 30 de junho de 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1987.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.** In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

BOMFIM, Clovis. **Retratos da História de Santo Amaro das Brotas.** Santo Amaro das Brotas, Gráfica e Editora J. Andrade. 2007.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias.** Ed. Vozes, Petrópolis, 1986.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna - Europa, 1500-1800.** Tradução de Denise Bottmann, Companhia das Letras, 2010.

CALDEIRA, Júnia Marques. **Praça: Território de sociabilidade; uma leitura sobre o processo de restauração da praça da Liberdade, em Belo Horizonte.** Dissertação de Mestrado, Campinas, 1998.

CAMPOS, João Sales de. **Dados Históricos sobre Santo Amaro das Brotas.** Aracaju, Gráfica Editora João XXIII, 1972.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Tradução: Maria Leticia Ferreira, São Paulo, Contexto, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas instrumentos,** IEDS, São Paulo – Belo Horizonte, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** Tradução de Marcus Marcionilo. Coleção Todas as Artes. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

CHOAY, Françoise. **Patrimônio e Mundialização.** Tradução Paula Seixas. Ed. Licorne São Paulo, 2005.

_____. **O Urbanismo. Utopias e realidades.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

COSGROVE, Dennis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1989).

CODATO, Adriano. **O espaço político segundo Marx**. *Revista Crítica Marxista*. n 32, p.35 a 55, Campinas, 2011. 99

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma**. Trad. José Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975.

DEBORD, Guy. **Introdução à uma crítica de geografia urbana**. Tradutor desconhecido. Biblioteca Virtual Revolucionária. Paris, 1995.

FERNANDEZ, Flora Monte Alegre Olmos. **Criança e cidade: Construção da paisagem sob a ótica do brincar**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2018.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro escravo em Sergipe, uma introdução ao seu estudo**.

Ci & Trop., Recife, 1988.

FREIRE, Felisbelo. **A antiga villa de Santo Amaro das Brotas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1914.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto** Coordenação do Programa Soluções para Cidades, São Paulo, ABCP, 2013.

GATTI, Simone; ZANDONADE, Patrícia. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto** Coordenação do Programa Soluções para Cidades, São Paulo, ABCP, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A CIDADE NO BRASIL – período colonial**. Revista Caminhos da Geografia, v. 12, n. 38, p. 8 – 15, 2011.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. Revista Historiæ, Rio Grande, n.3, p. 27-46, 2012.

GOMES, Paulo César da C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda, São Paulo 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade** / tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília: UnB, 1963.

HULSMAYER, Alexander Fabbri. **A cidade através dos seus sistemas de espaços livres: estrutura e configuração da paisagem urbana – um estudo de caso em Umuarama - PR**– São Paulo: Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2014.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**- Sergipe – Santo Amaro das Brotas. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280660&search=sergipe|santo-amaro-das-brotas|infograficos:-informacoes-completas>>, Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, **Carta Internacional Sobre a preservação do "Spiritu loci"**, Quebec, 2008.

ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, **Carta Internacional para Salvaguarda de Cidades Históricas**, Washington, 1986.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª Ed. Tradução: Carlos S. Mendes Rocha. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Breve histórico da Internacional Situacionista – IS.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>>.

LANNA, Ana Lúcia D. **Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos. Cidade e colonização espanhola e portuguesa: particularidades, semelhanças e diferenças**, in IV Seminário de História da cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: 27-29 nov. 1996.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de Preferência na “Cidade Maravilhosa”**– Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2017

LAROCCA, Alexandro Gasparini; CARDOSO, Carolina; DI ANGELIS, Bruno. **Análise Paisagística e de Infraestrutura das Praças do Conjunto Habitacional do Café – Londrina PR** IN Revista Nacional do Gerenciamento de Cidades, v.05, n. 34, pg. 105 a 119, 2017.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio histórico.** Coleção primeiros passos; 51. Brasiliense, São Paulo, 2004

LOPES, Flávio, **Patrimônio Arquitetônico e arqueológico. Noção e Normas de proteção.** (capítulo 4 – parte 1). Lisboa, Caleidoscópio, 2012.

MACEDO, Silvio Soares et. Al. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**– 1. ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MACEDO, Silvio Soares. **Espaços livres** IN Paisagem Ambiente – Ensaios, São Paulo, FAUUSP, Nº 7, 100 1995, pg.15-56.

MACEDO, Silvio Soares et. Al. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**– 1. ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MAGNOLI, Miranda. **Espaço livre – Objeto de trabalho. Paisagem e Ambiente:** ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 175-198, 2006.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MARX, Murillo. **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MASCARO, Juan Luis (org). **Infraestrutura da Paisagem.** Masquatro Editora, Porto Alegre, 2008.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar.** In: ARANTES, Antonio Augusto. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000, p. 177-185.

MELO, Ricardo Moreno de. **Cultura popular: pequena discussão teórica.** Rio de Janeiro, 2004.

MENDONÇA, Bruno Ragi Eis. **Os espaços livres e a estruturação da paisagem: uma avaliação das praxialidades do subúrbio ferroviário do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado - UFRJ/PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2018

MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lúcia. **Entorno de bens tombados.** [Pesquisa e texto de Lia Motta e Ana Lúcia Thompson]. 174 p.: il.; 23cm. – (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4) – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010.

MUNFORD, Lewis. **A Cultura das Cidades.** Tradução: Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1961.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NORA, Pierre. _ (dir.). **Les lieux de mémoire.** v.1-3. Quarto Gallimard, Paris, 1997.

NORA, Pierre. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”.** Projeto História, São Paulo, 1993.

- ORAZEM, Roberta Bacellar. **Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580-1880)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Natal, RN, 2015.
- PATRIOTA, Lúcia Maria. **Cultura, Identidade Cultural e Globalização**. Qualit@a - Revista Eletrônica do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UEPB, n. 001, João Pessoa, 2002.
- PORTA, Paula. **Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**, IPHAN/Monumenta, 2012.
- QUEIROGA, E. F, BENFATTI, D. M. **Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n. 24, p. 81-87, 2007.
- QUEIROGA, E. F. et al. Notas gerais sobre os sistemas de espaços livres da cidade brasileira. In: CAMPOS, A. C. A. et al. (Org.). **Sistema de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**, 4ª edição, São Paulo, 1978. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de
- RIBEIRO, Jacinto Dias. **Diário de um santoamarense**. Rio de Janeiro, 1945.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. IPHAN/COPEDOC, Rio de Janeiro, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora da Unicamp, São Paulo, 2007.
- RISÉRIO, Antônio. **Uma história do povo de Sergipe**. Aracaju, SE: Seplan, 2010.
- ROBBA, Fábio e MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. São Paulo, EDUSP, 2010.
- SANTOS, Gilvan de Jesus e SANTOS, Silvaney Silva Santos **Santo Amaro das Brotas do histórico ao lúdico: século XX**. Aracaju: J. Andrade, 2017.
- SANTOS, José Luís dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Luciana de Souza. **Sob As Águas Do Rio Sergipe: Relação Comercial E Marítima Do Porto De Santo Amaro Das Brotas/SE - A partir do tráfico interno de escravos no Século XIX**. Monografia de Bacharelado em Arqueologia – UFS Laranjeiras, 2014. 101
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo, EDUSP, 2013.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SAUER, C.O. **Foreword the historical geography**. *Annals of the Association of American Geographers*, 31(1), 1941b.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público – jardins no Brasil**, Editora FAPESP, São Paulo, 1996.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SEPLANTEC. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia/SEPLANTEC. **Perfis Municipais: Santo Amaro das Brotas**. Aracaju, 1997.
- SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de Recursos Hídricos – SRH. **Gestão participativa das águas de Sergipe**. Aracaju, 2002. 72 p.
- SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista literária do gabinete de leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe. Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa/Núcleo de pós-graduação em Educação. São Cristóvão/Sergipe, 2006.
- SITTE, Camillo. **A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- TAMASO, Izabela. **Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás** IN Revista ANTROPOLÓGICAS, Ano 19, nº 26, pg. 156 a 185, 2015.
- TÂNGARI, Vera R. **Um outro lado do Rio**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. FAUUSP, São Paulo, 1999.

TEIXEIRA, Manuel (coord.). **A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

TEIXEIRA, Manuel. **Traçados Urbanos Portugueses, Simbiose De Culturas IN Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas Vol. III**, Imprensa da Universidade de Coimbra, Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31571/6/24%20espa%C3%A7os%20e%20paisagens.pdf?ln=pt-pt>, Acesso em 17 de janeiro de 2019.

TONUCCI, Francesco. **Frato 40 anos: Com olhos de criança**. Porto Alegre, Artmed 2008.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VILELA, Natália Assis Pereira, **Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe**, Rio de Janeiro, Dissertação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural - IPHAN, 2018.

ZONNO, Fabiola do Valle. **O valor artístico na relação passado-presente. Modos de interpretação do lugar**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.00, Vitruvius, ago. 2016

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6171>>.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização – problemas teóricos de restauro**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2008, p. 160-163.

ANEXOS



LEGENDA

1

IGREJA MATRIZ

2

PRAÇA CÍVICA - RELIGIOSA

3

PRAÇA CULTURAL

4

EDIFICAÇÃO DE APOIO (CAFETERIA, W.C, INFORMAÇÕES)

5

GALERIA CULTURAL

6

PONTE DAS CRIANÇAS

7

PARQUE INFANTIL 0 - 6 ANOS

8

PARQUE INFANTIL 6 - 12 ANOS

9

ESPELHO D' AGUA

10

ANFITEATRO

11

ÁREA JOGOS DE MESA

12

PONTO DE ENCONTRO

13

CIRCUITO CAMINHADA/ CORRIDA

14

BICICLETÁRIO

15

ACADEMIA

16

REDÁRIO

17

JARDIM SENSORIAL

ÁRVORES EXISTENTESPALMEIRA EXISTENTE

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
Programa de Pós- Graduação em Arquitetura- PROARQ
Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio- MPPP

MESTRANDA:

ANA CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA

ORIENTADORES:

VERA REGINA TÂNGARI / ROGÉRIO GOLDFELD CARDEMANN

ENDEREÇO:

PRAÇA CEL. JACINTO RIBEIRO, S/Nº
SANTO AMARO DAS BROTAS - SE

ESCALA:

1/250

FOLHA:

A1

PRANCHA:

IMPLANTAÇÃO PRAÇA CEL. JACINTO RIBEIRO

01/01

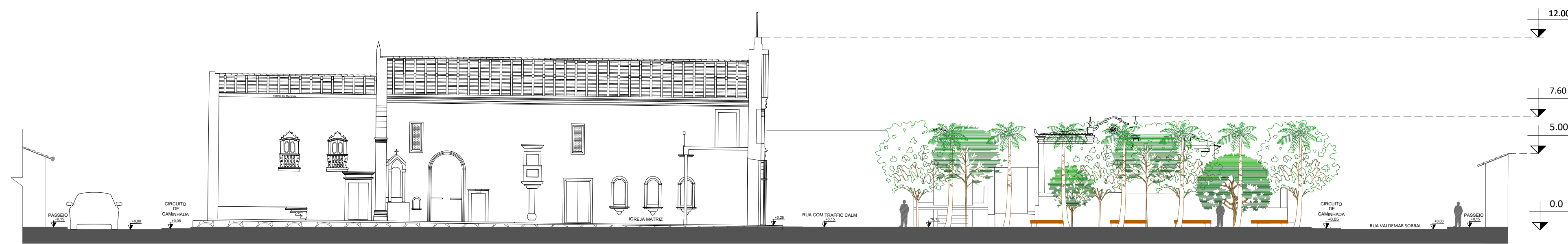
DATA:

09/08/2019

REVISÃO:

R5

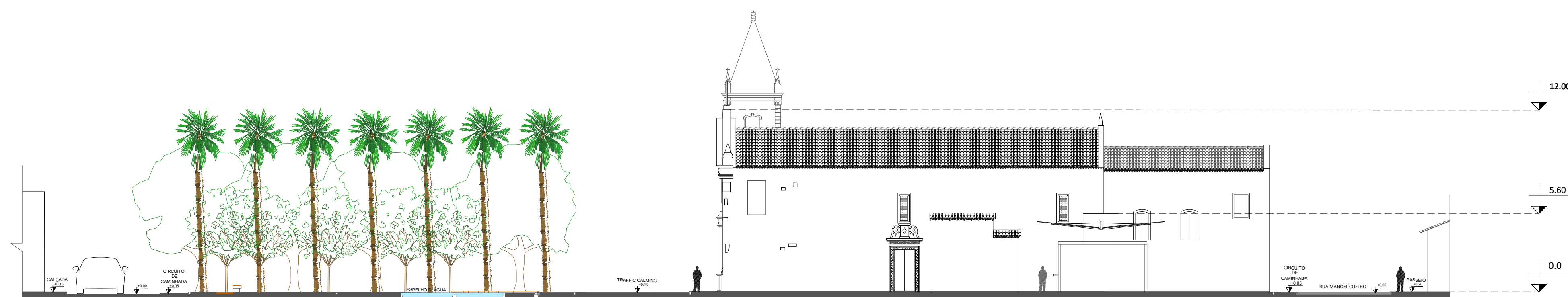
OBSERVAÇÕES:



01 CORTE AA
ESCALA 1/250



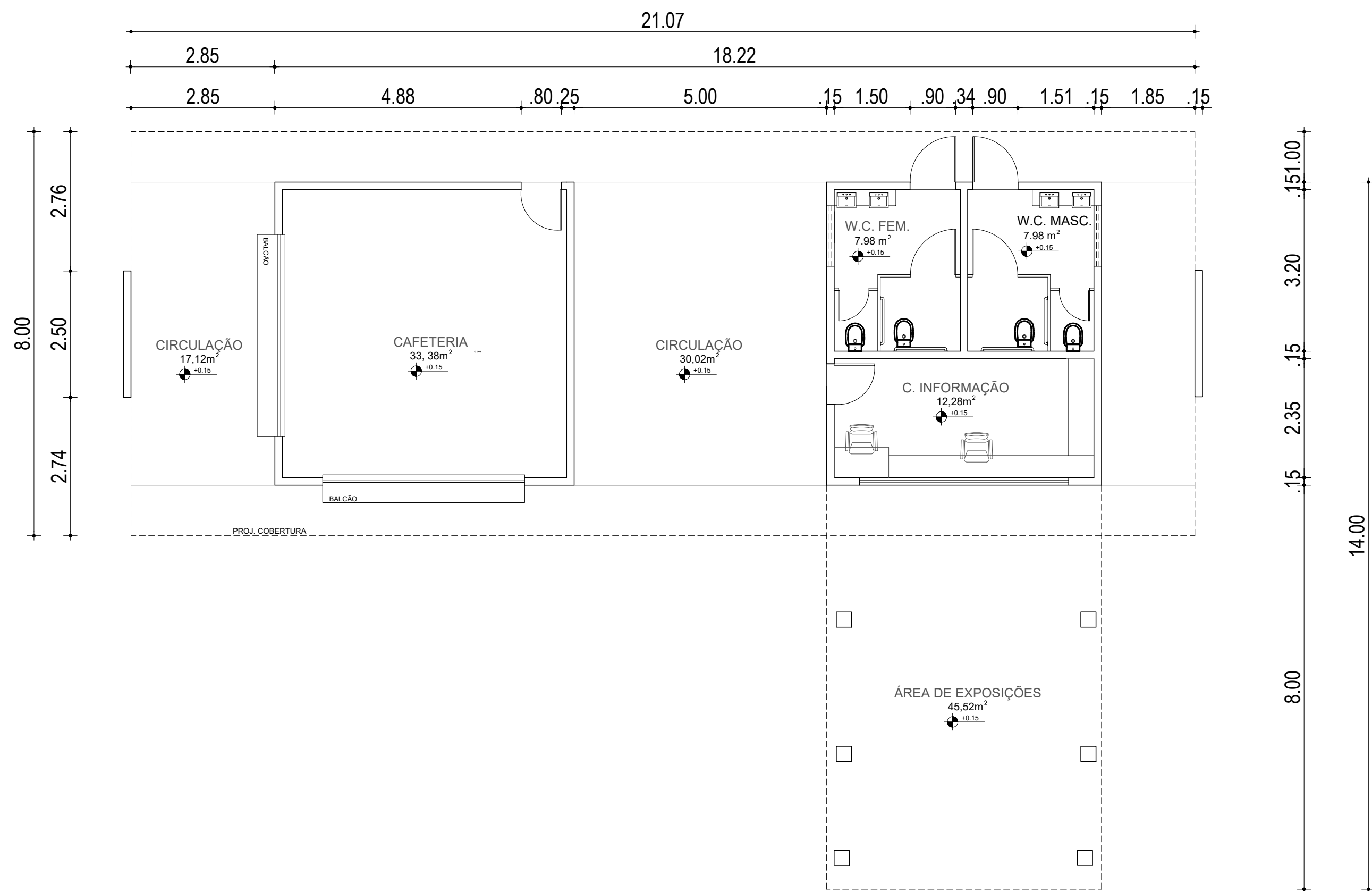
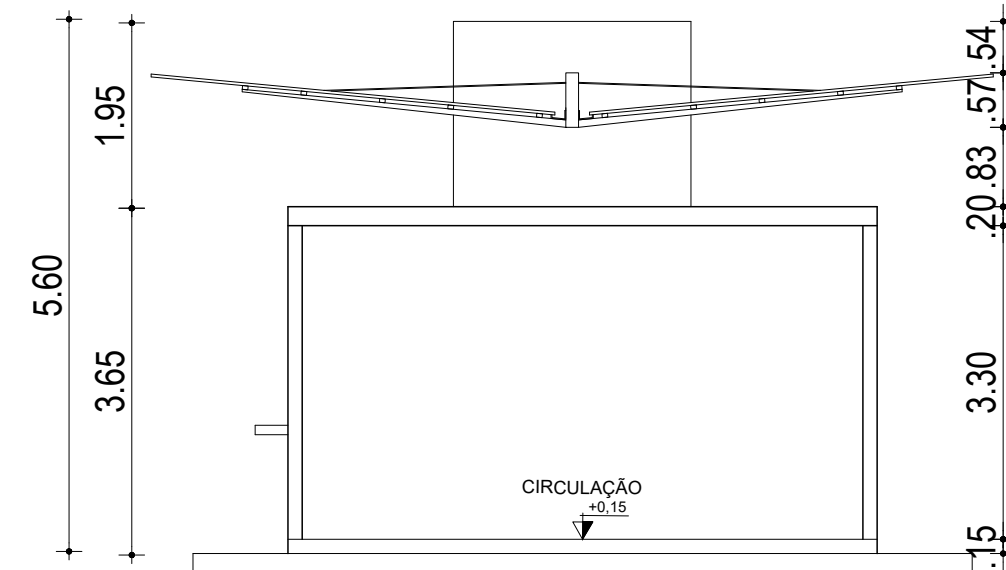
02 CORTE BB
ESCALA 1/250



03 CORTE BB
ESCALA 1/250


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
 Programa de Pós- Graduação em Arquitetura- PROARQ
 Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio- MPPP

MESTRANDA:	ANA CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA		
ORIENTADORES:	VERA REGINA TÂNGARI / ROGÉRIO GOLDFELD CARDEMANN		
ENDEREÇO:	PRAÇA CEL. JACINTO RIBEIRO, S/Nº SANTO AMARO DAS BROTAS - SE		
ESCALA: 1/200	FOLHA: A1	PRANCHIA: CORTES PRAÇA CEL. JACINTO RIBEIRO	
02/02	DATA: 09/08/2019	REVISÃO: R5	OBSERVAÇÕES:





QUADRO DE ÁREAS	m²
ÁREA TOTAL	1.000,00
PRAÇA /ADRO	249.83
ÁREA DE JOGOS DE MESA	86.60

LEGENDA

1 PRAÇA / ADRO

2 IGREJA SÃO BENEDITO

3 ÁREA DE JOGOS DE MESA

4 ESCADARIA

5 RUA SÃO BENEDITO

6 BALIZADORES

7 SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

ÁRVORES EXISTENTES

PALMEIRA EXISTENTE

UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura- PROARQ

Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio- MPPP

MESTRANDA:

ANA CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA

ORIENTADORES:

VERA REGINA TÂNGARI / ROGÉRIO GOLDFELD CARDEMANN

ENDEREÇO:

PRAÇA SÃO BENEDITO, S/Nº

SANTO AMARO DAS BROTAS - SE

ESCALA:

1/200

FOLHA:

A1

PRANCHA:

IMPLANTAÇÃO PRAÇA SÃO BENEDITO

01/02

DATA:

09/08/2019

REVISÃO:

RS

OBSERVAÇÕES:

01

IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

ESCALA 1/200



01 CORTE AA
ESCALA 1/250

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
Programa de Pós- Graduação em Arquitetura- PROARQ
Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio- MPPP

MESTRANDA: ANA CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA			
ORIENTADORES: VERA REGINA TÂNGARI / ROGÉRIO GOLDFELD CARDEMANN			
ENDEREÇO: PRAÇA SÃO BENEDITO, S/Nº SANTO AMARO DAS BROTAS - SE			
ESCALA: 1/75	FOLHA: A1	PRANCHA: CORTE AA PRAÇA SÃO BENEDITO	
02/02	DATA: 10/08/2019	REVISÃO: R2	OBSERVAÇÕES: